



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 13

I Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 22 de Maio de 1997

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa.*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto e José Aguiar.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pelas 10, 20 horas.

No **Período da Ordem do Dia**, iniciou-se o debate sobre as **Propostas de Resolução do Plano a Médio Prazo 97/2000, Plano da RAA para 1997**, bem como a **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre Orçamento da RAA para 1997**.

Sendo assim, utilizaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Ponte (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), António Meneses (*PSD*), Humberto Melo (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Augusto Elavai (*PS*), Natividade Luz (*PS*), Manuel Serpa (*PS*), Norberto Messias (*PS*), Madruga da Costa (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), José Monjardino (*PP*), José Francisco Fernandes (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Mark Marques (*PSD*), António Gomes (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), António Almeida (*PSD*), João Cunha (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), Manuel Azevedo (*PSD*), Jaime Medeiros (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), Victor Cruz (*PSD*), Carlos Fraga (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Aires Reis

(PSD), Manuel Brasil (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral), Habitação e Equipamentos (José Contente), Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes), Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César).

Os trabalhos terminaram às 20.05 horas.

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.

Agradecia a vossa atenção para a chamada que se vai proceder.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; **PP** - Alvarino Pinheiro, João Greves, José Monjardino; **PCP** - Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Uma vez que não haverá Período de Antes da Ordem do Dia, vamos entrar de imediato na ordem de trabalhos com a **apreciação e votação das Propostas de Resolução do P.M.P. 97/2000, sobre o Plano da RAA para 1997, bem como a Proposta de DLR do Orçamento da RAA para 1997.**

Vamos iniciar o nosso debate com a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, seguindo-se posteriormente as intervenções dos diversos Srs. Deputados.

Eu chamo a vossa atenção para o facto de que, como manda o Regimento, deve ser dada a palavra a dois oradores que não sejam do mesmo grupo ou representação parlamentar ou ainda do Governo.

Dada a circunstância de haver apenas cinco membros do Governo e o seu Presidente, ter-se-á que alternar muitas vezes deputados do PS e do PSD, para uma intervenção apenas de um membro do Governo. E provavelmente, em consequência disso, teremos hoje durante a manhã apenas uma intervenção oriunda do Governo e à tarde de outro membro do Governo. Isto para não ficarmos apenas com intervenções do Governo só no primeiro ou segundo dia da discussão.

Em relação aos tempos, eu vou referir os que foram atribuídos para este debate e votação do Plano e Orçamento e que são os seguintes:

Governo - 5 horas;

PS - 5 horas;

PSD - 5 horas;

PP - 1,30 hora;

PCP - 1 hora;

Este é o tempo do debate, pois para as intervenções finais há outros tempos próprios e que são:

Governo - 15 minutos;

PS - 15 minutos;

PSD - 15 minutos;

PP - 10 minutos;

PCP - 8 minutos;

Dadas estas informações, vamos então iniciar a apreciação do Plano a Médio Prazo, Plano e Orçamento para 1997.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente Srs. Deputados

O período vigência do P.M.P. 1997-2000, que agora submetemos à aprovação desta Assembleia, irá coincidir com um período de profundas transformações na Europa e no mundo em geral.

Como tendências dominantes, iremos certamente assistir a uma cada vez maior globalização (leia-se mundialização) das economias e a uma cada vez maior liberalização das trocas comerciais. Como consequência, teremos uma crescente movimentação de pessoas e de capitais, uma intensificação dos fluxos comerciais e a criação de grandes zonas de influência financeira, económica e política. Serão as zonas de influência do dólar, do yen e do futuro EURO.

Actualmente, já cerca de 50% das transacções mundiais são feitas em dólares e apenas 15% em moedas europeias.

Para a desejável ampliação desta posição relativa da Europa no comércio mundial, a criação de uma moeda única, forte e credível, será um instrumento de decisiva importância. Esta é uma questão que determinará, no quadro de vigência deste P.M.P., o agendamento político da U.E., de todos os países que a integram e, obviamente, também o da nossa Região.

Assim:

- sendo objectivo prioritário da política deste VII Governo Regional assegurar para a Região um nível de desenvolvimento económico e social compatível com as medias nacionais e europeias;

e tendo presente que as principais prioridades de actuação política europeia serão:

- início da 3ª fase da U.E. em 1 de Janeiro de 1999;
- definição dos países fundadores do EURO nos 1ºs meses de 1998, com base nos resultados alcançados no corrente ano de 1997;
- futuro alargamento da U.E., aos Países de Leste;
- definição do novo quadro financeiro da U.E. (fundos estruturais) para substituição do Pacote Delors II, que acaba em 1999;

assegurar, no seio da U.E., a coesão económica e social;

- e, finalmente, a luta contra o desemprego que está a atingir níveis preocupantes na quase generalidade dos países da U.E., os documentos apresentados pelo Governo Regional a esta Assembleia - P.M.P. 1997-2000, Plano e Orçamento para 1997 -

assumem particular importância, uma vez que identificam os principais desafios que se colocam à Região nos próximos 4 anos, definem as principais medidas de política e inventariam os indispensáveis instrumentos financeiros para lhes fazer face.

Com uma situação transitada dos governos que nos antecederam, com aspectos bastantes gravosos, nomeadamente em termos de crescimento económico - em que no contexto europeu, apenas a Região Autónoma dos Açores e mais duas Regiões Gregas os 4 D.O.M. Franceses apresentam um P.I.B. inferior a metade da média Europeia - e em termo de disponibilidade de Fundos Comunitários, onde viemos encontrar apenas um quantitativo muito reduzido de fundos não comprometidos até ao final de 1999, altura em que finda o Pacote Delors II, o VII Governo Regional, está fortemente empenhado e decidido em iniciar um processo de profundas transformações na nossa economia, dentro do espírito da Nova Autonomia que colheu a expressa adesão de cerca de 46% do eleitorado da nossa Região, Espírito da Nova Autonomia que, desde logo, e diferente na postura do actual Governo face a sociedade em geral e aos Órgãos de Governo da República.

Nova postura, caracterizada pelo diálogo e vontade de articular com os parceiros económicos e sociais regionais e forças políticas representadas nesta Assembleia, uma sintonia de posições na defesa do que é essencial para o aperfeiçoamento da nossa autonomia e para o nosso desenvolvimento.

Nova postura também no relacionamento com o Governo da República e com as instâncias comunitárias, mantendo um diálogo permanente e valorizando a solidariedade e a cooperação, como formas de garantir e potenciar todos os meios e instrumentos disponíveis para o desenvolvimento da Região.

As principais linhas de orientação estratégica deste Governo, na execução do P.M.P. aqui em apreciação, são as seguintes:

- revitalização da economia empresarial regional e dinamização de novas formas de participação e de parceria entre o sector público e o sector privado, como forma de melhorar a sua competitividade e criar novos empregos;
- diminuição progressiva do enorme e asfixiante peso do sector público na economia regional, mediante um programa de privatizações, que fizemos inscrever em capítulo

próprio do P.M.P., cuja calendarização será determinada pelas situações concretas e objectivas do mercado;

- assegurar uma maior coesão social pelo combate permanente a todas as formas de exclusão social, ao desemprego estrutural e ao desemprego juvenil e pelo reforço da igualdade de oportunidades a todos quantos vivem nos Açores;

- assegurar uma presença activa em todos os fóruns nacionais e europeus em que a Região tenha a possibilidade de participar, por forma a poder exercer a sua influência política na defesa da autonomia e do desenvolvimento.

Relativamente a este último ponto, cabe aqui uma referência especial à próxima revisão dos Fundos Comunitários, para o período pós-1999, período este que coincide precisamente com o início efectivo da U.E.M. e com o muito provável alargamento aos países do Leste Europeu.

Esta sobreposição de acontecimentos vai exigir do Governo Regional uma atenção e um esforço redobrados já que é absolutamente indispensável garantir à Região a continuação do apoio dos Fundos Estruturais que, conforme tudo parece indicar, não deverão ver o seu montante global aumentar, não obstante passar a haver mais candidatos à sua utilização - precisamente os PECO (Países da Europa Central e Oriental).

Como V. Exas. sabem, nos debates e trabalhos preparatórios já havidos nas instâncias comunitárias no âmbito da revisão dos Fundos Estruturais, parece estar já a desenhar-se uma nova orientação para a sua aplicação, que vai no sentido da concentração das verbas nas Regiões efectivamente mais carenciadas e em grandes projectos ou "pólos de projectos", em detrimento de pequenos programas dispersos e muitas vezes executados sem qualquer lógica de desenvolvimento.

É nesta orientação que se enquadra a actuação que o Governo Regional tem vindo a ter em todos os Fóruns Europeus em que tem participado, nomeadamente no Comité das Regiões, na Assembleia das Regiões da Europa e na Conferência de Presidentes das R.U.P., com o objectivo de introduzir no Texto do próprio Tratado da U.E. um artigo relativo à situação de ultraperiféricidade e de um Protocolo anexo ao mesmo, contendo os compromissos a assumir pelas partes contratantes.

Desta forma, o conceito de ultraperiféricidade passará a ter um peso político considerável, que não deixará de facilitar o acesso aos Fundos Estruturais.

Igualmente, passará a existir uma base jurídica adequada que possibilitará legislar sobre esta matéria, facto que não acontece actualmente e que tem dificultado a tomada de medidas específicas adequadas às Regiões Ultraperiféricas Europeias.

Na sequência destas grandes linhas de orientação estratégica, consideraram-se como grandes objectivos a prosseguir no prazo de vigência deste P.M.P. os seguintes:

1) - fortalecer e diversificar o que actualmente constitui a Base Económica Regional (sectores agrícola e das pescas com todas as fileiras de produção que os integram), reforçando os seus níveis de produtividade, por forma a assegurar-lhes um desenvolvimento continuado e auto-sustentado;

2) - apoiar e promover os demais sectores de actividade produtiva, com especial ênfase para o turismo e melhorar os níveis de eficiência de algumas infraestruturas essenciais ao funcionamento da economia regional, como sejam as energéticas, de transportes e de comunicações;

3) - melhorar e modernizar o sistema de produção e de acesso aos bens e serviços públicos essenciais, nomeadamente os da saúde e da educação, por forma a que respondam cabalmente as funções que lhes competem no quadro dos sistemas sócio-económico regional;

4) - finalmente, fomentar o desenvolvimento das componentes que sustentam e condicionam as condições de vida e bem estar das populações, como sejam as referentes à habitação, ambiente, cultura e desporto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O valor de investimento previsto no P.M.P. 1997-2000, da responsabilidade deste VII Governo Regional, atinge o montante de 168,3 milhões de contos, valor este que, a preços correntes,

- é o dobro (+ 98,6%) do investimento previsto no P.M.P. para 1993- 1996, apresentado pelo Governo Regional que nos antecedeu;

- é superior em 28,6% ao somatório dos investimentos previstos nos diferentes orçamentos anuais revistos daquele mesmo P.M.P. para 1993-1996;

- é também, superior em 51,8% aos investimentos efectivamente efectuados naquele mesmo período.

Independentemente da preferência por qualquer um destes critérios de comparação, é inegável que o montante de investimento previsto neste P.M.P. é o maior de sempre na nossa Região.

E é este valor de 168,3 milhões de contos que é comparável com o de períodos anteriores, pois é o valor que resulta da utilização de critérios de financiamento idênticos aos utilizados no passado. Pensamos, no entanto, introduzir algumas alterações num futuro próximo, pelo que, muito provavelmente já no próximo Plano para 1998 inscreveremos investimentos que, até à data, apenas tinham reflexo em Contas de Ordem (caso de alguns projectos de investimento das E.P., Autarquias Locais, Juntas Autónomas de Portos, e projectos novos como o cabo de fibra óptica e Geotermia, estes dois últimos projectos novos co-financiados com Fundos Comunitários), bem como de outros projectos, muitos deles da responsabilidade directa do próprio Governo Regional, que, também até hoje, nunca foram inscritos na sua totalidade nos Planos da Região, tendo passado, assim, sempre à margem de qualquer controlo e fiscalização desta Assembleia e da população em geral.

Também passaremos a fazer passar pelo Orçamento da Região verbas de Fundos Comunitários que foram atribuídas à Região e que, igualmente até à data, nunca foram contabilizadas no Orçamento, nem sequer em Contas de Ordem.

É uma questão de rigor e de transparência orçamental.

Estas são verbas de Fundos Comunitários que nos foram atribuídas, que são nossas, que temos a obrigação de as utilizar segundo critérios que sejam do conhecimento de todos. Esta Assembleia e toda a população têm a obrigação de saber a forma como estes fundos são aplicados e quem são os seus beneficiários.

Se considerarmos estes montantes de Fundos Comunitários, então o valor total do investimento do P.M.P. passará a ser de 241,7 milhões de contos, valor superior em 44% aos actuais 168,3 milhões de contos inscritos nos 33 Programas de investimento do P.M.P..

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A superação do atraso estrutural da nossa Região, é um desafio que muito provavelmente durará mais de uma década, mais de uma geração. Por isso mesmo, exigirá um grande e contínuo permanente empenhamento político: empenhamento político na procura de políticas estruturais adequadas, coerentes e consistentes; empenhamento político na obtenção dos meios de financiamento mais adequados.

O esforço de investimento da Região não poderá nunca ser inferior ao do passado.

A diminuição do investimento originaria um retrocesso, com consequências desastrosas para o objectivo de convergência real com as economias nacional e europeia, que este Governo quer a todo o custo prosseguir.

A diminuição do investimento comprometeria, inevitavelmente, a melhoria dos níveis de competitividade da Região, prejudicando a sua integração na U.E.M. e atirando-a, talvez definitivamente, para uma situação de marginalidade no processo de globalização das economias.

Mas se o volume, se a quantidade do investimento é assim tão importante, a forma como ele é aplicado, a sua qualidade, não o é menos, pelo que, cada vez mais, se exigem critérios rigorosos de programação e de avaliação dos projectos, bem como do controlo das respectivas aplicações.

Nesta matéria seremos muito exigentes connosco próprios e com todos aqueles que, directa ou indirectamente, forem utilizadores ou beneficiários de verbas do Orçamento da Região.

Não nos podemos nunca esquecer que todas as verbas que investimos, quer sejam originadas na Região ou transferidas do O.E. ou de Fundos Comunitários, representam sempre trabalho acumulado de alguém. Temos, pois, obrigação moral, profissional e ética de procurar aplicar estas verbas das formas que, em cada momento, sejam as mais eficazes para a prossecução dos objectivos fixados e para a colectividade no seu todo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Independentemente de uma apresentação mais pormenorizada do Plano e dos diferentes sectores de actividade económica regional, que será feita por cada um dos Secretários Regionais que integram este Governo, é de referir que o investimento previsto no P.M.P. está repartido pelas quatro Secretarias da seguinte forma:

S.R.A.P.A. - 27,2%

S.R.E.A.S. - 23,5%

S.R.H.E. - 23%

S.R.E. - 22,7%,

repartição esta que é já eficientemente elucidativa das prioridades da política económica e social deste Governo.

Para o corrente ano de 1997, o investimento do Plano atingirá o montante de 37,7 milhões de contos, encontrando-se a sua repartição pelas diferentes Secretarias do Governo Regional afectada pelo esforço de reconstrução dos estragos causados pelos temporais que assolaram a Região no final do ano passado e que está concentrado, principalmente, na S.R.H.E. e da S.R.E..

O valor do investimento que a S.R.H.E. apresenta em 1997, está também afectado pela execução financeira de alguns projectos realizados materialmente no ano anterior e que, por falta de verbas e/ou de cabimento orçamental, não puderam ser pagos no ano em que foram realizados.

Verifica-se, no entanto, uma distribuição das verbas pelas diferentes Secretarias Regionais no Plano de 1997 muito semelhante a do P.M.P., pelo que as prioridades definidas pelo Governo Regional irão ser prosseguidas de uma forma mais ou menos uniforme ao longo de todo o período de vigência do P.M.P..

Sintetizando, podemos afirmar sem qualquer sombra de dúvida, que quer o P.M.P. para 1997-2000, quer o Plano para 1997, são planos que vão determinar um efeito fortemente expansionista na nossa economia, com todas as consequências vantajosas daí advenientes para o sector privado da nossa economia, para a manutenção e criação de novos postos de trabalho e para a população em geral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao contrário do Plano que, como acabámos de ver, é fortemente expansionista, o Orçamento que este Governo apresenta para 1997, é um Orçamento que reflecte um grande esforço de contenção nas despesas de funcionamento.

O valor global da despesa prevista para 1997 é de 112,5 milhões de contos, dos quais 70,5 milhões de contos são despesas correntes, 4,3 milhões de contos despesas de capital e, como já vimos, 37,7 milhões de contos, despesas do Plano.

Tomando por referência o Orçamento Revisto de 1996, registamos as seguintes variações:

Despesas correntes +0,9 em 1997

Despesas de capital -62,1 %

Despesas do Plano +12,8% em 1997.

Se, porém, tomarmos por referência a execução orçamental de 1996, as variações passarão a ser de:

Despesas correntes + 9,3% não considerando a dotação provisional;

Despesas de capital -61%

Despesas do plano +36,9%.

Na estimativa das fontes de financiamento desta proposta de orçamento, procurou-se que as mesmas se ajustassem o mais possível à realidade, por forma a permitir uma boa execução orçamental das despesas, designadamente, das despesas de investimento, a qual só é possível se se verificar uma boa realização de receitas.

Nesta perspectiva, as receitas fiscais apresentam um crescimento médio de pouco mais de 11%, acréscimo este que é superior à estimativa constante do OE/97 em cerca de 2%. Este diferencial, porém, é perfeitamente aceitável se considerarmos que as previsões de crescimento da economia têm vindo a ser revistas em alta. Por outro lado, há intenção de se proceder a uma análise criteriosa das razões que conduziram a um crescimento dos impostos directos de somente 1,2%, crescimento este muito inferior ao registado a nível nacional.

As receitas provenientes de Fundos Comunitários estão também previstas em função daquilo que, efectivamente, julgamos vir a receber durante o ano. Quanto às transferências do O.E. e às receitas provenientes de empréstimos a contrair pela Região, os seus montantes estão já fixados no O.E. para o corrente ano de 1997, pelo que o seu valor não poderá ser excedido.

Relativamente ainda às despesas correntes, que, sem considerar a dotação provisional, crescem 9,3% relativamente a execução orçamental de 1996, é necessário ter presente que foram contemplados em 1997 acréscimos excepcionais em três áreas a saber:

- Saúde (mais 2,2 milhões de contos);

-Transportes Escolares (mais 0,2 milhões de contos);

- ADSE (mais 0,15 milhões de contos).

Se não se tivesse efectuado este esforço no sentido de atenuar os défices nestes sectores, as despesas correntes cresceriam apenas 5,2%.

As despesas com pessoal, por seu turno, quando comparadas com a execução de 1996, denotam um acréscimo de 8,5%. Esta evolução é explicável pois, a par do crescimento da massa salarial, teremos também de considerar as promoções e progressões do pessoal na sua carreira profissional, que, de forma particular no caso da Educação, tem registado taxas de crescimento superiores à média, fundamentalmente devido ao facto do sistema de ensino estar a recrutar cada vez mais docentes com habilitação própria, portanto mais eficazes, mas também mais dispendiosos. E ainda ontem ouvimos o Sr. Secretário Regional da Educação referir, nesta Câmara, que 20% dos docentes que actualmente prestam um valioso contributo a esse sector nesta Região, não tem habilitação própria. É evidente que quando a tiverem, naturalmente serão remunerados como tal, mas isso terá um reflexo directo e imediato no orçamento da Região.

De referir também que está anunciado um aumento de 25% no vencimento base do pessoal médio da Administração Pública, que, quando se efectivar, virá tornar insuficiente a verba orçamentada, obrigando, certamente, ao recurso à dotação provisional de 2 milhões de contos, criada junto do S.R.P.F.P..

Verifica-se também que, no Orçamento de 1997, a despesa com aquisição de bens e serviços decresce relativamente à dotação revista de 1996. Se atendermos ao valor da respectiva execução orçamental, verifica-se um crescimento de 7,3%. Este acréscimo é porém inferior ao registado entre 1995 e 1996, o qual se situou nos 10,4%.

As necessidades de financiamento líquido previstas nesta proposta de Orçamento, são de 15,9 milhões de contos.

As amortizações da dívida pública regional durante o ano, serão de 3,1 milhões de contos, pelo que o montante global de financiamento a efectuar pelo Governo atingirá os 19 milhões de contos.

O Governo Regional desenvolverá uma política de financiamento e de gestão da dívida pública regional, por forma a assegurar o objectivo de minimização de custos

de endividamento e, neste sentido, sempre dentro de critérios rigorosos de prudência e de rigor, não hesitará em recorrer ao mercado externo, sempre que os custos de operação "all in cost", incluindo as operações "swaps", sejam mais favoráveis que os obtidos no mercado nacional.

Perante este aspecto, o Governo já apresentou nesta Assembleia - aguardando agora agendamento que, segundo creio, ficará para o dia imediato à votação do Plano - de uma Anteposta de Lei a submeter à Assembleia da República, pedindo precisamente autorização para que o Governo Regional possa recorrer aos mercados externos, para obter os meios financeiros indispensáveis para o financiamento deste Plano.

A finalizar, não poderei deixar de referir e de relevar um aspecto bastante importante que diz respeito ao processo de elaboração do Plano e da forma como este foi executado este ano, ou seja, com a larga participação da comissão técnica de planeamento, um órgão que já não reunia há mais de 10 anos, devendo garantir a ligação com a orgânica regional de planeamento e as Secretarias Regionais, com a participação directa dos Secretários, Directores Regionais e inúmeros técnicos superiores, cujas opiniões foram igualmente contempladas no Plano Regional.

Além disso, recebeu também o Governo, importantes contributos da Câmara do Comércio, Câmaras Municipais, Associações Sindicais, Associações de Agricultores e partidos políticos com assento nesta Assembleia, cujas sugestões procurou-se também reflectir nos Planos agora em discussão. Diálogo este que...

Deputado João Cunha (PSD): É só diálogo, mais nada!

O Orador: ... não está encerrado, nem nunca estará durante o período de execução dos Planos que agora - espero bem! - sejam aprovados por esta Câmara.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte para pedir esclarecimentos.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A questão que eu queria colocar prende-se exactamente com a última parte da intervenção do Sr. Secretário Regional e tem a ver com o processo de elaboração do Plano.

Eu não sei se aconteceu em todas as ilhas, mas pelo menos aconteceu na Ilha Terceira, pela qual fui eleito, o Partido Socialista em tempo de campanha eleitoral, distribuiu aquilo a que chamou um "contrato com os Terceirenses".

Nesse mesmo contrato - e passo a citar - dizia-se o seguinte:

"Queremos fazer um contrato com os eleitores da Terceira, assumindo o compromisso de, no caso de vencermos as eleições, o cumprirmos escrupulosamente. Como são medidas concretas será fácil, depois, aos eleitores, avaliar o nosso desempenho".

Ora uma das medidas concretas que se apresentava, dizia assim - e passo novamente a citar - :

"Reactivar o Conselho de Ilha, trabalhando em conjugação de esforços com as assembleias municipais e com as câmaras, no sentido de dignificar esse órgão e de usar real importância política, particularmente na elaboração dos planos e orçamentos e no acompanhamento da respectiva execução".

A questão que eu coloco agora ao Sr. Secretário, é no sentido de saber que conselhos de ilha é que foram ouvidos e no caso de não terem sido ainda ouvidos, como é que justifica, logo à partida, o incumprimento de uma promessa que consta de um contrato que o Partido Socialista diz ter assinado com os eleitores, pelo menos com os da Ilha Terceira?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças, gostaria de pôr duas questões e fazer duas referências relativamente a algumas das suas afirmações.

A globalização da economia e a criação da moeda única são metas que desejamos todos atingir a curto prazo.

O desenvolvimento económico da nossa Região, em convergência com o resto do País e com a Europa, são naturalmente objectivos de política que devem nortear a actuação de qualquer governo.

Nessa medida, pergunto ao Sr. Secretário Regional qual o quadro macro-económico subjacente a este Plano a Médio Prazo? Ou seja, quais os crescimentos do PIB previstos para os próximos 4 anos?

Qual o défice orçamental previsto?

Qual a dívida prevista?

Qual a taxa de desemprego ou de criação de emprego?

E qual a inflação prevista nestes próximos 4 anos?

A segunda questão que queria pôr, também em relação a este Plano, é no sentido de saber quais são as origens de fundos para os próximos 4 anos, nomeadamente no que se refere às transferências do Orçamento do Estado e transferências da União Europeia?

As duas questões que queria precisar, referem-se ao investimento e aos chamados fundos extra-Plano e ao propósito do Sr. Secretário passar a inscrever no Plano, todos os fundos canalizados para a Região, destinados a empresas públicas, até empresas públicas nacionais, nomeadamente a Marconi ou a Telecom, através do investimento previsto nos cabos de fibra óptica, como é que legalmente justifica isso, na medida em que - desculpe-me Sr. Secretário - não se trata de rigor, mas sim de empolamento, trata-se de registar e contabilizar por duas vezes, no mínimo, as mesmas importâncias.

Portanto, as empresas públicas têm a sua contabilidade própria, têm a sua própria autonomia, têm inclusivamente a sua autonomia patrimonial própria.

Não pode fazer passar no Orçamento da Região as verbas destinadas a essas empresas, a não ser, única e exclusivamente, em contas de ordem, como aliás tem sido feito.

Não quero com isto dizer que certos fundos, nomeadamente os que são canalizados para o IFADAP, não possam passar por contas de ordem no Orçamento da Região, mas são apenas esses, e não obrigatoriamente.

Essa é uma questão de opção. Não é uma questão de rigor, nem é uma questão de transparência.

Peço-lhe até que não empole o Orçamento Regional, que não empole o Plano dos Açores, porque se contabilizar duas vezes as mesmas importâncias não tem nada a ver com transparência. E os açorianos não estão a dormir.

Quanto à segunda questão que se refere à comparação que o Sr. Secretário fez das despesas correntes não considerando a dotação provisional, pois peço-lhe imensa desculpa, mas essa é uma comparação perfeitamente incorrecta sob o ponto de vista técnico.

Presidente: Sra. Deputada, agradece que abreviasse, porque o seu tempo está a esgotar-se.

A Oradora: Já termino, Sr. Presidente.

Para comparar a dotação com a execução, tem que ter em conta que a dotação provisional já está distribuída pelas várias Secretarias na execução. Enquanto que na dotação provisional, ela está só na Secretaria das Finanças.

Portanto, tem mesmo que comparar. E aí as despesas correntes crescem 12,5%.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses para pedir esclarecimentos.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Um pouco também na sequência da intervenção da minha colega de bancada, no seguimento das afirmações do Sr. Secretário de que em próximo orçamento, que pelos vistos não é este, pretenderá contabilizar e registar todas as verbas que são da responsabilidade e execução da administração regional e que não tem vindo a ser feito, eu gostava de perguntar-lhe muito concretamente, o seguinte:

Há uma área fundamental da responsabilidade da administração regional e que é executada pela própria, que tem a ver com verbas do orçamento da Segurança Social, nomeadamente verbas que têm vindo a ser aplicadas em investimento.

A pergunta concreta é no sentido de saber se no próximo Orçamento para 1998, irá o Sr. Secretário Regional considerar essas verbas do orçamento da Segurança Social?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para responder aos esclarecimentos pedidos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão do Sr. Deputado Joaquim Ponte, foram feitas algumas considerações sobre o processo de elaboração do Plano em que não foram considerados os conselhos de ilha, mas as Câmaras Municipais foram ouvidas no âmbito do órgão técnico de acompanhamento que é precisamente...

Deputado Joaquim Ponte (*PSD*): Posso facultar-lhe cópia do papel que aqui tenho!

O Orador: Está bem, Sr. Deputado, mas as Câmaras Municipais foram consultadas no processo de elaboração do Plano.

E mais: dentro ainda do processo de elaboração do Plano, houve uma reunião feita pelo Governo, em conjunto com todas as Câmaras e à qual o Sr. Deputado até já fez ontem aqui referência, que parece que não gostou muito dela, mas o problema não é meu.

Deputado Rui Pedro Ávila (*PS*): Ele nem sequer esteve lá!

O Orador: Ah não esteve?!

Deputado Joaquim Ponte (*PSD*): Não estive não!

O Orador: Ah então falou baseado em informações certamente que lhe chegaram deturpadas.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Não, ele não esteve lá, porque não foi convidado!

O Orador: Quanto às observações feitas pela Sra. Deputada Berta Cabral, as taxas de crescimento do PIB que no passado nos conduziram à posição da cauda relativamente a todas as regiões europeias, este Governo está fortemente empenhado em tirar a Região desta situação relativa e pelo menos pô-la um pouco mais para cima, isto é, mais junto pelo menos da média nacional que no seu todo está ainda abaixo da média europeia.

Deputado João Cunha (*PSD*): Isso não é resposta!

Deputado José Maria Bairos (*PSD*): Isso é uma resposta "altamente técnica"!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, não tenha muitas preocupações quanto a este aspecto...

Deputada Berta Cabral (PSD): Tenho que ter, pois é essa a minha missão.

O Orador: ... porque o que este Governo vai fazer, irá certamente melhor do que os 20 anos de governação do vosso partido.

Em relação às suas preocupações da Sra. Deputada, no que diz respeito a fontes de financiamento das quais eu também partilho e que já foram suficientemente expostas na exposição que fiz, devo acrescentar que relativamente às transferências comunitárias nós estamos a fazer tudo para manter, ou mesmo superar, os montantes de fundos estruturais que actualmente vêm para a Região.

Relativamente às transferências do Orçamento de Estado, estão em curso os trabalhos de elaboração e preparação da Lei de Finanças Regionais. Os Srs. Deputados sabem perfeitamente que os trabalhos realizados no âmbito do grupo de trabalho já terminaram e que agora até à fase da sua aprovação na Assembleia da República, esta Assembleia ainda vai ter que ser ouvida. Nós tencionamos consultar todas as forças sociais, todos os partidos políticos com actividade na Região neste sentido, por forma a que os interesses dos Açores sejam perfeitamente defendidos e que as nossas necessidades de desenvolvimento estejam asseguradas.

É, pois, um trabalho que nunca acaba, que necessita de um empenhamento político permanente e constante. E neste aspecto, que é um dos aspectos essenciais, todas as forças interessadas no desenvolvimento dos Açores deveriam também participar construtivamente.

Presidente: Sr. Secretário, está no limite do seu tempo.

O Orador: Tenho muita pena de não dispor agora de mais tempo, mas ainda terei mais tempo para responder ao longo destes 3 dias, não tanto quanto eu desejaria, no entanto estarei sempre à vossa disposição ao longo do debate para as respostas que entendermos convenientes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte para mais esclarecimentos.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu falei aqui apenas daquilo que foi um compromisso do Partido Socialista na campanha eleitoral, o qual os senhores se propunham cumprir escrupulosamente.

Quem se propôs reactivar o conselho de ilha foi o Partido Socialista, não fui eu.

De resto, devo dizer ao Sr. Secretário que até nem me parece que seja uma grande proposta em termos eleitorais ou em termos práticos.

O Sr. Secretário certamente saberá, quando me responde com audição das Câmaras, que conselho de ilha e essas, são entidades diferentes.

V. Ex^a. já tem 7 meses de exercício de poder, portanto já deu pela diferença entre Câmaras Municipais e conselhos de ilha.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ele não sabe ler ou ainda não percebeu!

O Orador: Quanto à reunião das Câmaras Municipais, Sr. Secretário, eu não gostei dessa reunião.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Não esteve lá, como é que não gostou?!

O Orador: Não tive o privilégio de poder participar nela.

Eu gostaria muito de ter participado nessa reunião, mas o Sr. Secretário sabe porque é que eu não estive lá...?

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Porque não foi convidado?!

O Orador: Porque recebi o convite para essa dita reunião, tal como os meus colegas de Comissão (e eles estão aqui por isso não me deixam mentir!) no dia seguinte à mesma ter começado e esse convite vinha do seu gabinete.

Foi por isso que eu não estive lá, Sr. Secretário!

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): Agora o diálogo é assim?!

Esta é que é a "Nova Autonomia"?!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só quero voltar a pôr a pergunta que fiz, porque não me considero esclarecida minimamente.

Eu continuo a perguntar quais são os crescimentos do PIB esperados para os próximos 4 anos?

Qual é a taxa de desemprego esperada para os próximos 4 anos?

Vozes da bancada do PSD: Ele não sabe!

A Oradora: Qual é a taxa de inflação esperada para os próximos 4 anos?

Qual é a dívida esperada para os próximos 4 anos?

Vozes da bancada do PSD: Ele não sabe!

A Oradora: E dizer-me que eu não devo estar preocupada com este tipo de questões, é o pior que se pode dizer a uma pessoa que foi eleita, que está aqui com toda a legitimidade e que quer respostas para as questões que põe!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

O conselho de ilha é composto pelas câmaras municipais, assembleias municipais, e juntas de freguesia. E os deputados que queiram participar podem fazê-lo, sem direito a voto.

E tanto assim é, que no conselho de concertação social não têm assento as juntas de freguesia, nem as assembleias municipais.

O PS, reconhecendo isso - isso já vai ser discutido nesta Sessão - tem uma proposta no sentido de se incluir no conselho de concertação social as juntas de freguesia.

Portanto, a audição aos conselhos de ilha não é tão descabida como isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A minha postura, e penso que deve ser a de todos os deputados nesta Assembleia, é a de contribuírem e participarem como é seu dever e obrigação, nos debates que estão aqui em curso, de discussão dos dois Planos e do Orçamento.

E a postura dos meus colegas de bancada até agora, ao colocarem questões ao Governo, foi de seriedade, de ponderação, foi com o intuito de legitimamente serem esclarecidos nas matérias que entendem.

Parece-me que é mau indício, no início deste debate, que da parte do Governo, a resposta a perguntas que são feitas de uma forma séria e com conteúdo técnico, seja de uma ligeireza e da forma como foi feita, do género "vai ser 1% acima da média nacional, não esteja preocupada com isso. Eu agora não tenho tempo para lhe responder, mas durante o debate até ao fim eu hei-de dizer-lhe".

Penso que é mau prenúncio, no início deste debate, que haja da parte do Governo Regional este tipo de postura em relação às questões levantadas pelos deputados desta Assembleia e, nomeadamente, desta bancada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para responder.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se há pouco não continuei no uso da palavra, foi porque a própria Mesa da Assembleia chamou-me à atenção de que eu já tinha esgotado o meu tempo. Como nós vamos estar aqui reunidos durante 3 dias...

Deputado João Cunha (*PSD*): Outra vez?! A gente já sabe isso!

O Orador: ... certamente eu terei oportunidade de usar da palavra, como é lógico.

Pormenorizando agora mais um pouco, eu devo dizer aos Srs. Deputados, nomeadamente à Sra. Deputada Berta Cabral, que quanto a endividamento para o futuro, este Governo tenciona recorrer ao mínimo indispensável.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Quanto?

O Orador: Neste momento, eu tenho concebido um modelo em que não recorro a nenhum endividamento. Mas isto está dependente das transferências que nós conseguirmos obter do Orçamento de Estado para a Região. Isto está dependente também do andamento e aprovação da Lei de Finanças Regionais.

No entanto, segundo o modelo que eu concebi, é possível executar os 168,3 milhões de contos do Plano, ou o total que são 241,7 milhões de contos, considerando outros

fundos que não passam pelo Plano e alguns deles que financiam investimentos da responsabilidade directa do Governo e que se fossem considerados no seu todo, diríamos que os investimentos no sector agrícola ultrapassam, **de longe**, o valor actualmente inscrito no Plano, aproximando-se certamente dos 60 milhões de contos, mas esta é uma questão que havemos de ver ano a ano e quando nós próprios tivermos aptos a fazer passar pelo Orçamento da Região estas verbas que não é possível ainda, mas cuja fonte presumo a Sra. Deputada sabe qual é, portanto estamos a falar da mesma coisa.

Relativamente ao quadro macro-económico da taxa do crescimento do PIB, a Sra. Deputada sabe perfeitamente que com os indicadores que nós temos, e com os modelos macro-económicos que nós temos, ou seja, a forma como eles foram e são arrançados, nós não podemos fazê-lo com o rigor com que essa taxa é fixada por exemplo a nível nacional.

No entanto, com estes níveis de investimento, nós sabemos que vamos ter taxas de crescimento do PIB superiores às que têm surgido no passado, ou seja, uma taxa de crescimento superior à da inflação e só assim é que haverão crescimentos reais.

Digo-lhe também que contamos, no espaço de execução deste Plano, com reforços dos fundos comunitários.

Trata-se de um campo no qual nós temos feito muitos esforços e estamos convencidos que vamos colher bons frutos.

Foi já recentemente aprovado em Conselho de Ministros, no quadro da gestão dos fundos comunitários, um acréscimo de verba que será tornada pública muito brevemente.

Também contamos com a disponibilidade já anunciada para 1997 e 1998, dos 5 milhões de contos da reserva nacional para fazer face a este plano de investimentos.

Por outro lado, dir-lhe-ei também que, no seu todo, o recurso ao endividamento só será feito na estrita medida em que as transferências do Estado para a Região forem feitas. E elas vão ser substancialmente aumentadas, segundo os indícios que já temos dos trabalhos desenvolvidos no seio do Ministério das Finanças, nos quais participou um representante desta Assembleia, dando um precioso contributo, bem como um representante do Governo.

Portanto, muito brevemente todos os partidos e parceiros sociais irão ser chamados à apreciar esta Lei que é fundamental e que vai certamente marcar um novo ciclo na história da Autonomia da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra.. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao PIB, inflação ou desemprego, estamos conversados.

Não há maneira de sabermos, porque não há indicadores, porque não se procurou encontrar esses indicadores.

Há meios de o fazer e se quiser depois explico-lhe como é que se faz!

(Risos da bancada do PSD e do Secretário Regional das Finanças e Planeamento)

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ela tem 3 dias para vos dar aulas!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Os açorianos já lhe deram as explicações necessárias no devido tempo!

Deputada Berta Cabral (PSD): Não foi tanto assim, Sr. Presidente, e daí a sua preocupação sentado nessa bancada!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Ah não se preocupe com isso!

Presunção e água benta não lhe faltam!

A Oradora: Está bem!

Devo ter aprendido consigo!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): A água benta eu sei de onde é que herdou!

(Risos da bancada do Governo)

A Oradora: Em relação às verbas extra-Plano - e como o Sr. Secretário já deu um grande ênfase ao sector da agricultura - nós vamos esclarecer isso já.

Verbas extra-Plano sempre as houve. E os investimentos da agricultura sempre contaram com essas verbas.

O que o Partido Socialista prometeu aos agricultores foi a duplicação dessas verbas do Orçamento.

Não vale a pena estar-se agora a falar de verbas extra-Plano, porque elas sempre existiram, não é novidade nenhuma, sempre estiveram lá inscritas e os agricultores sabem disso!

Portanto, não vale a pena estarmos aqui a iludir as coisas.

Passar isso para o Plano não lhe resolve problema algum.

O investimento é feito na mesma. E o Sr. Secretário é o primeiro a dizer que o importante é o investimento que é feito e não o que se diz.

Portanto, se esse investimento é feito na mesma, é precisamente indiferente. Não lhe resolve o problema do défice orçamental.

Segunda questão:

O jornal "Açoriano Oriental" de hoje diz que para a Região virão 50 milhões de contos.

O Sr. Secretário diz que tem um modelo que não prevê endividamento.

Eu não sei a que é que se referem os 50 milhões que lá estão, porque a notícia é confusa, portanto a partir daí, insisto de novo em saber qual é o endividamento que esta Região vai contrair nos próximos 4 anos para cumprir este Plano?

É o mínimo que eu lhe posso perguntar, quando estamos aqui a discutir um plano de investimentos de 168 milhões de contos, em que não são conhecidas as origens de fundos para essas aplicações.

Em relação ao crescimento do PIB, é facto que têm havido crescimentos reais, mas sempre houve. É natural que continue a haver crescimentos superiores à inflação.

O que é preciso é que haja crescimentos superiores aos nacionais e aos da Europa, para crescermos em convergência.

Essa foi a minha primeira pergunta, a qual continua sem resposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas para algumas observações.

Quanto à **magna** questão do conselho de ilha que há-de certamente condicionar o desenvolvimento económico e social da Região, penso que essas questões já foram esclarecidas.

Quanto às questões do desemprego, como sabem, nós temos em Abril de 1997 uma taxa de desemprego da ordem dos 10,2%.

Portanto, eu penso que com a aplicação deste plano de investimentos, com a capacidade que revelámos e espero que seja positiva, de atrairmos investimentos, de fazermos novas parcerias, que esse valor venha a ser reduzido ao longo destes próximos 4 anos.

Em relação à pergunta que a Sra. Deputada faz, dizendo que é o mínimo que pode perguntar, eu também posso dizer-lhe qual é o mínimo que lhe posso responder.

Se me pergunta que o mínimo que hoje pode perguntar é "qual será o endividamento previsível da Região nos próximos anos?", o mínimo que eu lhe posso responder é que isso não só dependerá de nós aqui nesta Assembleia, como também da sua bancada aqui e na Assembleia da República, onde a Lei de Finanças Regionais será aprovada. Ou seja, consoante as propostas que o seu partido apresentar ou apoiar na Assembleia da República, certamente ter-se-á uma visão definitiva sobre as transferências e sobre o endividamento no que diz respeito aos Açores.

As estimativas que nós fazemos é que de acordo com o que já existe em termos de trabalhos preparatórios da Lei de Finanças Regionais, é razoável - tendo em conta o défice estrutural da Região - estimar que de forma gradual o endividamento possa ir desaparecendo até ao ano 2000.

É este o ponto da situação actual.

Gostaríamos que essa gradualidade fosse melhorada. E para isso contamos, certamente, com o vosso apoio para esse fim.

Em relação à questão do Orçamento Regional da Segurança Social, a mesma é respondida pelo Sr. Secretário.

E tendo em conta que são estas as magnas questões com que nos confrontamos de momento...

Vozes da bancada do PSD: Magnas?!

O Orador: ... face à intervenção de apresentação dos Planos e do Orçamento, eu julgo que da parte do Governo os esclarecimentos estão inteiramente prestados.

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de dizer em primeiro lugar à Sra.. Deputada Berta Cabral que eu não falo em função de artigos de jornal.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu falo aqui dentro desta Casa, para apreciar honestamente as questões que estão aqui em debate!

Em segundo lugar, e quanto aos PIBs e essas coisas...

Vozes da bancada do PSD: Pois os PIBs "e essas coisas!

O Orador: ... eu peço à Sra. Deputada Berta Cabral que nos dê uma explicação técnica quanto à forma e as razões, porque ao fim de 20 anos da mesma governação, a Região dos Açores aparece colocada em último lugar relativamente a todas as regiões europeias, apenas acompanhada pela Região de Guadalupe!

Explique-nos isso tecnicamente, Sra. Deputada!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra.. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A taxa de desemprego é já uma velha questão sobre a qual eu e o Sr. Presidente do Governo temos tido o gosto de não estarmos de acordo.

Primeiro, porque eu falo sobre taxas de desemprego do Serviço Regional de Estatística e o Sr. Presidente fala sobre taxas de desemprego publicadas no Diário de Notícias.

(Risos da bancada do PSD)

A taxa de desemprego do Serviço Regional de Estatística - e eu apresento um fax emitido por aquele Serviço, porque pedi oficialmente os dados - na Região atingiu o valor de 5,6% no 1º trimestre de 1997, valor idêntico ao 4º trimestre de 1996; o valor de 10,2 que veio publicado no Diário de Notícias refere-se a um trabalho de um jornalista que calculou a taxa de desemprego em sentido lato, valor que já não é utilizado nem calculado pelos serviços oficiais do Instituto Nacional de Estatística, nem pelo Serviço Regional de Estatística.

Concluindo, porque eu também pedi o IPC, este tem o valor de 1,9% e a taxa de desemprego 5,6%, no 1º trimestre de 1997.

Não faço mais comentários, porque nestas coisas eu trabalho com valores oficiais.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Tal como o Presidente do Governo.

A Oradora: Sr. Presidente do Governo, vir falar de finanças regionais e pedir o apoio dos partidos políticos, digo-lhe que já é tarde.

No dia da comemoração dos 100 dias do Governo, o Sr. Presidente foi questionado pelos jornalistas sobre essa questão e respondeu-lhes que quando precisasse de ajuda pedia-a. Pois já devia ter pedido!

Se a Lei de Finanças Regionais lhe estivesse a correr bem, o Sr. Presidente sabe bem melhor que eu que já tinha "engalanado em arco"!

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Mas mesmo assim, a Sra. Deputada devia gostar mais dos Açores do que de mim!

(Risos da bancada do Governo)

A Oradora: Naturalmente que sim.

De qualquer modo, o Partido Social Democrata está desde a 1ª hora, em várias intervenções públicas feitas por mim e por outras pessoas, na disposição de fazer tudo

o que estiver ao seu alcance para que os Açores saiam deste processo o melhor possível.

Portanto, com a ajuda que pediu agora poderá contar.

Em relação ao crescimento dos Açores nos últimos 20 anos, Sr. Secretário, gostava que o senhor tivesse sido o 1º Secretário Regional das Finanças. Talvez percebesse melhor o patamar baixo de que esta Região saiu.

Ou já não se recorda do que eram os Açores na década de 60?!

Já não se recorda o que eram os Açores na década de 70?!

Partimos de uma posição de 39% em relação à Europa. E estamos a 48%.

Foi um caminho longo, um caminho difícil, de criação de infraestruturas que não existiam - e o Sr. sabe bem disso, porque já tem idade suficiente...

(Risos das bancadas do Governo e do PSD)

A Oradora: ... e foi um trabalho árduo e os Açores estão, como todas as outras regiões ultraperiféricas, num processo de recuperação difícil.

Os Açores não estão nem melhor, nem pior do que os 4 DOM's como referiu há pouco!

Não estão nem melhor, nem pior do que as outras regiões ultraperiféricas que tiveram que fazer um processo de desenvolvimento, dentro do possível, porque a Europa também não parou, nem os países pararam nem Portugal não parou.

Aí é que está o problema-chave. Ou seja, se os Açores tivessem feito um processo de desenvolvimento sozinhos, sem que os outros tivessem crescido também, já estariam na média europeia.

Assim, estamos a crescer na medida do possível.

Relativamente a crescimentos do PIB eu continuo a aguardar e no fim dos 4 anos veremos o que haverá para dizer.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Há-de ver!

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões apenas de natureza técnica.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário Regional fez comparações com as verbas previstas no Plano com as execuções do anterior Plano a Médio Prazo. O que pressupõe, à partida, que já deve ser do seu conhecimento os relatórios de execução financeira de 1996.

Como não é do conhecimento dos deputados, nomeadamente do Grupo Parlamentar do PSD, porque isso é também importante para o debate e para que possamos também estar em igualdade de circunstâncias, eu solicitaria a V. Ex^a. , se fosse possível, que mandasse distribuir ainda no decurso deste debate, o relatório de execução financeira do Plano relativo a 1996, para que pudéssemos confirmar efectivamente os valores, quer do Sr. Secretário quer eventualmente de outros Membros do Governo.

Em relação às verbas dos fundos estruturais - FEOGA, orientação para o IFOP e para o Fundo Social Europeu - existe a verba de 46 milhões de contos, isto é, verbas extra-Plano.

Eu gostaria que o Sr. Secretário, se possível, fizesse o favor de discriminar estes 46 milhões de contos, por cada um destes fundos que acabei de referir, para que pudéssemos avaliar, aí sim, quanto é que está consignado a cada um deles. Até porque isso deve ser-lhe fácil, pois até um colega seu já fez...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Faça um requerimento!

O Orador: Não é preciso fazer nenhum requerimento.

Eu estou aqui no debate do P.M.P. e, portanto, como este é um assunto importante que necessitamos de saber, penso que não é preciso fazer requerimentos numa altura destas!

Sr. Presidente do Governo, não me diga que é preciso isso!

Então para que é que aqui estamos se não é para obter essas informações?!

Tenha calma, Sr. Presidente do Governo, porque isto agora ainda é que está começando!

Segunda questão, Sr. Secretário Regional:

Gostaria que me confirmasse o que está aqui escrito relativamente aos fundos estruturais, nomeadamente os projectos inscritos no REGIS II, ou seja, gostaria que me dissesse se todas as verbas desse projecto estão contidas no P.M.P..

Deputado João Cunha (PSD): Isto é que é diálogo!

Presidente: Vamos voltar às nossas intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Entretanto o Sr. Deputado Eugénio Leal pretende interpelar a Mesa?

Deputado Eugénio Leal (PSD): Pretendia sim, Sr. Presidente.

Gostaria de saber se o Sr. Secretário Regional das Finanças não vai dar respostas às questões que coloquei.

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças fez-me um sinal, indicando que daria resposta noutra altura.

O Sr. Deputado pretende continuar os seus pedidos de esclarecimento. Tem 30 segundos para o fazer.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para solicitar a confirmação - não é de valores - do que está escrito na página 121. Ou seja, que todas as verbas dos fundos estruturais, das infraestruturas, nomeadamente todos os projectos financiados pelo REGIS II, estão incluídas no Plano a Médio Prazo. Sim ou não?

Era só essa confirmação do que está escrito nessa página 121, no 3º parágrafo.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Tomei devida nota.

Deputado João Cunha (PSD): Se não há respostas os senhores ponham os vossos técnicos que estão ali em cima a trabalhar!

Presidente: Bom, vamos voltar às nossas intervenções.

Deputado João Cunha (PSD): Tomou nota! Isso é que é o tal diálogo?!

Presidente: Tem a palavra e a tribuna o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

A minha primeira abordagem ao Plano para 1997, Plano de Médio Prazo 1997-2000 e Orçamento para 1997 incidirá sobre o Círculo Eleitoral que me elegeu - a Ilha das Flores. Como uma das ilhas mais pequenas, mais afastada e com menos população, vive muito na dependência do orçamento público regional, por isso mesmo o seu desenvolvimento depende em absoluto dos investimentos públicos que se efectuarem durante os próximos 4 anos. Por outro lado, estamos quase a meados do ano de 1997, pelo que o Plano e Orçamento para 1997, em muitos aspectos, terá apenas uma vigência de 6 meses, pelo que temos de olhar os problemas do desenvolvimento regional, muito mais em termos de Plano de Médio Prazo do que de Plano Anual.

A Ilha das Flores sofreu os prejuízos conhecidos com as tempestades que nos fustigaram; é natural que comece por fazer algumas referências ao Programa em que se propõe resolver a situação e os problemas causados por essas tempestades - Programa 33, Calamidades; e, desde já, coloco uma primeira preocupação - o orçamento para 1997 vai efectivamente ser executado? É uma interrogação que reputamos de muito legítima, porque alguns projectos bem dotados, têm de ser totalmente executados nos 6 meses que já referimos. Vão executar-se até Dezembro 130.000 contos em caminhos rurais e florestais? 250.000 na pavimentação da Estrada Regional e 150.000 na protecção dos recursos hídricos?

Acreditamos que as pontes da Ribeira Grande e do Ferreiro se construam, mas gostaríamos que o Governo Regional também nos explanasse o que se vai passar com a ponte da Ribeira da Cruz. Estando prevista a repavimentação da Estrada Regional, é indispensável que seja encarada a situação desta ponte, elaborando-se novo projecto, verificando se as dotações existentes são suficientes e construindo efectivamente aquela ponte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Algumas obras fundamentais e urgentes para as Flores não nos parecem devidamente contempladas no Plano para 1997. É o caso da ampliação da Escola Secundária Padre Maurício de Freitas, necessária para que existam as devidas condições de leccionação dos 12 anos de Ensino que aquela escola terá a partir de Outubro. É o caso da necessidade de apoio para a conclusão das obras da Residencial da SITURFLOR, a

qual deveria terminar este ano. O mesmo direi em relação ao Polivalente da Casa do Povo das Lajes o qual deveria também terminar no corrente ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quanto aos programas do sector agrícola, espero e desejo que seja desta vez que se construa o matadouro das Flores.

Em alguns projectos destes programas, com as pequenas dotações de que são providos, pouco pode ser executado.

Preocupa-nos a ausência de verba capaz de contribuir para o saneamento financeiro da União de Cooperativas das Flores.

Quanto às pescas considero essencial referir três aspectos fundamentais ao desenvolvimento deste sector nas Flores:

- apoio à construção de embarcações para a pesca artesanal, sendo meramente simbólica a verba inscrita nos Planos;
- implementação de uma rede de frio de apoio às pescas;
- reparação dos portos pesqueiros e rampas de varagem;

O porto das Lajes está contemplado com 125.000 contos no programa 14 e 50.000 no Programa 33. Para além das acções prevista para este ano (iluminação, farol, rampa de varagem), é indispensável que a verba atribuída para os próximos anos seja aplicada nas infraestruturas que ainda lhe faltam - parque de contentores, parque de combustíveis, parque de gado, etc.

Os programas 15 - Desenvolvimento dos transportes aéreos, 16 - Consolidação e modernização do sector eléctrico, 23 - Desenvolvimento do sistema de solidariedade social, 24 - Protecção Civil, 26 - Património e actividades culturais, têm dotações aceitáveis para a Ilha das Flores.

O Programa 28 - Habitação - em nosso entender, deveria ter verbas muito mais avultadas a executar na Ilha das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Temos algumas preocupações que desde já quero levantar.

Não estamos seguros de que esteja contemplada na proposta de Plano a conclusão da estrada de Ponta Delgada - Morro Alto, fechando o circuito da volta da Ilha, a qual é fundamental ao desenvolvimento turístico das Flores.

Não nos apercebemos da verba necessária à implementação do aterro sanitário das Flores.

Consideramos que seria importante ter-se dotado o P.M.P. de verba para a implementação dum parque de campismo naquela Ilha.

Tem este Governo o dever moral de cumprir o compromisso assumido pela Região, no passado, em relação à construção do Polivalente da Casa do Povo da Fajã Grande das Flores. Obras como esta, em que outros criaram expectativas, foram elaborados projectos e já se gastou dinheiro público, há que dar continuidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O combate à eutrofização das lagoas (principalmente à lagoa de Lomba) e a limpeza da Rocha dos Bordões, são acções que, em nosso entender, devem ser implementadas, num futuro breve.

Nos próximos 4 anos virá a ser captado na Região mais um canal de televisão, que de acordo com a proposta de P.M.P., será acessível a toda a população. Consideramos fundamental que efectivamente esse canal chegue a toda a população, incluindo os açorianos que vivem no Grupo Ocidental. Do mesmo modo, se for implementado o Projecto do Cabo de Fibra Óptica, esse projecto tem obrigatoriamente de incluir as Flores e o Corvo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas pretendi deixar estas breves considerações sobre algumas necessidades que se colocam às Flores durante a vigência deste P.M.P.; procurei tirar algumas ilações em função das propostas que estamos a apreciar.

Não pretendi ser exaustivo, até porque tão importantes como as verbas orçadas e as acções propostas, será a capacidade que o Governo Regional terá para executar essas acções, ampliando o orçamento proposto. Os Planos e o Orçamento só serão efectivamente instrumentos de desenvolvimento se forem criteriosamente executados, utilizando as verbas orçamentadas e levando a cabo todas as acções propostas.

É isto que esperamos e estou certo, é isto que esperam os açorianos em geral e os florentinos em particular.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão, no que diz respeito a 3 aspectos por ele referidos.

Efectivamente, estão contemplados cerca de 700 mil contos no P.M.P. para as pontes nas Flores, que já estavam atrasadas, mas agora já está instalado o estaleiro e o empreiteiro já começou a fazer as devidas reparações.

A ponte da Ribeira da Cruz também está incluída nesta fase.

Houve uma alteração relativamente ao projecto inicial, uma vez que a estrutura que lá estava, com os últimos temporais, veio-se a verificar que não suportaria uma intervenção, tal como estava inicialmente projectada.

Por isso é que se fez esta alteração ao projecto para essa intervenção seja efectivamente segura.

Gostaria de referir, por outro lado, que a verba orçamentada para a repavimentação da estrada Lajes - St^a. Cruz, é uma verba importante, mas está dentro dos nossos planos considerar as Flores uma das ilhas que necessita de um trabalho mais rápido face ao estado das estradas actualmente verificado.

Relativamente à questão da habitação, não estou de acordo com a afirmação feita, uma vez que face ao executado, nós temos um aumento da ordem dos 100%, nomeadamente no apoio à construção e aquisição de habitação, da ordem dos 250% em relação ao apoio à recuperação de habitação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, também para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

No que respeita a algumas das questões que eu consegui tomar nota, no que toca à Ilha das Flores, queria dizer-lhe que na área dos caminhos florestais e rurais, há dois tipos de verbas que estão contempladas neste Plano, aliás como é do seu conhecimento.

Há as verbas que dizem respeito ao Programa "calamidades", que no caso das Flores andam à volta dos 170 mil contos que referiu. Porém, quero dizer-lhe também que para além dessa verba, ainda está contida no Plano a verba de 210 mil contos. Ou seja, nós temos aqui 380 mil contos a investir no conjunto destes dois programas na Ilha das Flores.

Relativamente ao caso concreto do circuito da volta da ilha e, concretamente, ao fechamento do mesmo, é uma preocupação que me foi posta aquando da visita do Governo Regional à ilha e que vai ser considerada. Aliás, porque o fecho dessa volta é um caminho florestal, portanto isso será considerado.

Em relação ao matadouro, neste momento, está-se a fazer a reavaliação do projecto. Acontece que sob o ponto de vista técnico, haviam deficiências que não contemplavam algumas das obrigações comunitárias.

Está-se a renegociar esse processo inclusivamente com o empreiteiro e as verbas aqui cabimentadas para o matadouro consistem na comparticipação regional respeitante a esse investimento. Está, portanto, efectivamente cabimentado o financiamento desse matadouro.

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais também para prestar alguns esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um breve esclarecimento naquilo que respeita às questões levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão relativamente à escola secundária nas Flores.

Na verdade, essa obra está consignada no nosso Plano a Médio Prazo. A razão pela qual ela não aparece no ano de 97, deve-se apenas à inexistência do projecto.

Na realidade, aquela escola vai ver a sua transformação em secundária efectivada e isso implica a sua ampliação através da introdução de um módulo de laboratórios necessários ao ensino secundário. E como aquela escola tem um projecto diferente das restantes, isso implica a feitura de um projecto específico para a mesma, projecto esse que nesta altura está a ser preparado e que será realizado ao longo deste ano.

Portanto, não é possível fazermos a obra este ano, mas ela está devidamente inscrita no P.M.P. para 98e é nossa intenção fazê-la no próximo ano.

Em relação a ambos os polivalentes que aqui referiu, pois eles estão considerados entre as obras que a Segurança Social apoiará.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aspectos que ficaram esclarecidos com as explicações dos Srs. Secretários Regionais. No entanto, há dois ou três aspectos que eu gostaria de referir.

Um desses aspectos é o caso da ampliação da escola.

O Sr. Secretário diz que a mesma está contemplada no P.M.P., que estão a desenvolver o respectivo projecto. Mas a realidade é que já em Outubro próximo vamos necessitar de mais salas de aula. Daí o meu interesse em ser esclarecido sobre a resolução deste problema sem haver anomalias em relação à estrutura que lá está, porque em meu entender, não faz sentido fazer-se remendos agora para depois proceder-se à ampliação. Aliás, nós nas Flores temos muito medo das situações provisórias e temos o exemplo da ponte sobre a Ribeira Grande que foi uma obra provisória durante 30 anos e ficou assim até a água a levar, tal como é do vosso conhecimento.

Por outro lado, preocupa-nos tudo isto, porque se a memória não me falha, estão aqui apenas 50 mil contos no Programa 18.1 - construções escolares.

Será que este montante vai ser suficiente?

Será que estes 50 mil contos serão direccionados para a ampliação da escola?

Que tipo de ampliação se pretende? Será através da criação de outro edifício ou ainda isso está em fase de estudo, não havendo um conhecimento preciso neste momento?

Todas estas questões que eu coloco, preocupam-me e estou convencido que preocupam toda a comunidade local.

Em relação à Ribeira da Cruz, o Sr. Secretário refere-se ao conjunto das pontes, mas a situação é completamente diferente.

Dado que vai haver parte da repavimentação daquela estrada, não sabemos até que ponto é que se tem hoje conhecimento exacto sobre o que se vai realizar naquele troço de estrada que ficou completamente destruído, como aliás todos nós sabemos, em consequência dos últimos temporais.

No que diz respeito à habitação, Sr. Secretário, eu penso que há aqui um problema que não é comparável. Ou seja, nos anos anteriores as intervenções, no que toca à habitação na Ilha das Flores, foram muito reduzidas.

Eu penso que é fundamental que haja uma implementação grande no apoio à habitação, sobretudo àqueles que não têm possibilidade de socorrer-se de qualquer programa existente, aliás, tal como os senhores puderam aperceber-se através da visita que o Governo efectuou às Flores.

Há situações graves nas Flores, que me preocupam e têm que ser atendidas. Daí a grande preocupação que tenho em relação ao modo como essa verba está contemplada.

Relativamente à agricultura, bem como a alguns programas, preocupa-me a escassez de verba, nomeadamente em programas que vão ser executados pelos serviços técnicos da Secretaria, porque em relação aos caminhos rurais e caminhos de acesso a minha preocupação já é outra, isto é, tenho dúvidas sobre a capacidade que vamos ter para executar essas verbas.

Eu gostaria muito que o Sr. Secretário Regional daqui a uns meses - em Dezembro, concretamente - me dissesse "executámos e está feito de acordo com o planeado".

Mas a minha preocupação, que é legítima, prende-se com a capacidade efectiva dessas mesmas obras, tendo em conta as verbas disponíveis.

Eu penso que é muito importante haver contemplação de verbas e orçamentação das mesmas nos Planos, mas é muito mais importante chegarmos ao fim do ano e elas terem sido efectivamente executadas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu concordo absolutamente consigo.

De facto, o que se passa é que com o estado do parque de máquinas, por exemplo da Direcção Regional dos Recursos Florestais, com a dotação em termos de recursos humanos, de facto estes serviços da Secretaria vão ser levados ao seu limite para executar estas obras. Agora, nós temos efectivamente um período de tempo, sobretudo no que respeita às calamidades, para os executar, ou seja, este ano de 1997 e o próximo ano.

O que eu lhe posso assegurar é que vamos dar o nosso máximo.

E quando for necessário - e isso já o dissemos antes - recorrer a serviços externos, vamos fazê-lo, aliás já o fizemos no âmbito das calamidades, concretamente em S. Miguel onde havia capacidade de resposta imediata dos privados.

No caso das Flores, onde não existia capacidade de resposta dos privados, na maior parte dos casos não foi possível. Mas iremos incentivar essa complementaridade entre os serviços públicos e os serviços privados sempre que possível. Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos durante 15 minutos.

(Eram 11,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 12,10 horas)

Posso dar algumas informações sobre o tempo, embora ainda não sejam muito necessárias.

Há dois partidos que têm ainda o tempo total, o PS e o PP. O PSD tem 4 horas e 41 minutos. O PCP 47 minutos e 30 segundos. E o Governo 4 horas, 15 minutos e 30 segundos.

Depois desta informação, vamos então retomar as nossas inscrições com uma intervenção do Sr. Deputado Augusto Elavai, a quem dou a palavra para o efeito.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O P.M.P. 97-2000, bem como o Plano e Orçamento para 97, são documentos importantes e necessários para o normal desempenho deste governo. Um governo que, mesmo estando a governar bem, ainda lhe falta os referidos documentos para ter a totalidade dos instrumentos de trabalho ao seu dispor e para que futuramente possa ser avaliado pelo seu bom desempenho.

São estes documentos que estão em discussão. São estes documentos que, espera-se, venham a ser aprovados e contribuir para o desenvolvimento desta Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano é um bom plano. E é um bom Plano, quer visto pelo montante de investimento previsto, 168 milhões de contos para os quatro anos e 37 milhões para 1997, quer visto pela estratégia de desenvolvimento delineada. **55% desse investimento, vai para a base económica regional e sectores complementares; 35% está previsto na gestão pública com destaque na Educação e Saúde, além da qualidade de vida dos cidadãos e 10% serão gastos em calamidades.**

Sabe-se que uma economia é considerada desenvolvida se o seu sector terciário é maioritário, isto é, se a sua contribuição para o PIB e emprego regionais são superiores aos outros dois. Nos Açores, isto de facto acontece, o sector terciário, quer a nível de Emprego, quer a nível de Produto, ultrapassa os 50%, só que dois terços pertencem à Administração Pública e ao Comércio, dois sectores não produtivos. Daí que se possa dizer que a terciarização da economia regional é apenas aparente. Isto é, a sua importância não é tão grande como aquela que aparenta.

E não é porque, também o sector primário representa uma grande percentagem e uma grande presença na Região, no que diz respeito a esses dois indicadores. Além disso, no inquérito às estruturas das explorações agrícolas de 1995, refere-se que a população rural açoriana anda à volta dos 34%, e que incluindo a população semi-rural esse valor chega aos 65%.

Por outro lado, por esse mesmo inquérito, diz-se que a população agrícola familiar que vive da Agricultura é 30% nos Açores, 23% na Madeira e 13,4% no

Continente, sendo a média de Portugal 14%. Vemos assim quão importante é a Agricultura na distribuição do rendimento familiar.

Este plano, não esqueceu esta questão e elegeu como um dos grandes objectivos fortalecer e diversificar a base económica regional, reforçando os seus níveis de competitividade e promovendo as fileiras específicas que a integram.

A base económica Regional é o sector primário, integrando neste grande objectivo a modernização do sector de transformação e a dinamização da comercialização, não descorando, contudo, a diversificação e a qualificação da Agricultura, nem dos sectores que lhe estão associados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelo que ficou dito, se percebe que a aposta no sector primário e no sector de transformação a ele associado é uma boa aposta, mas nenhuma economia se pode desenvolver apostando só na Agricultura e na Pesca, nem tendo só um sector de actividade, seja ele qual for, como factor de desenvolvimento.

É assim que o segundo grande objectivo é apoiar e promover os sectores de actividade complementares da base económica e melhorar os níveis de eficiência a algumas infraestruturas essenciais ao funcionamento da Economia Regional.

Neste objectivo, **tem especial relevo o sector turístico.** Este sector por diversos anos e planos tido como a prioridade das prioridades, não conseguiu dar o salto, quer em termos de procura, quer em termos de oferta. Para este sector este plano contempla como vector estratégico a existência de três principais **centros de atracção e oferta de fluxo turístico multidestino: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, equipando essas cidades e as ilhas onde estão situadas com campos de golfe, marinas, centros de congressos e hotéis.**

Este segundo grande objectivo contempla ainda as **infraestruturas energéticas e de transportes e comunicações e é melhorando e desenvolvendo os transportes e comunicações que o turismo também se pode e deve desenvolver.**

Mas o desenvolvimento de uma Região não se faz só com o crescimento da economia, **é preciso ter em atenção também as pessoas, os seus habitantes e daí que apareça um terceiro grande objectivo que abrange a intervenção da Administração Regional na provisão de bens e serviços públicos com destaque**

para os que integram as componentes dos subsistemas educacional e de saúde e de segurança social, **cujos objectivos são promover a igualdade de oportunidades, a integração social**, melhorar a acessibilidade e a qualificação dos serviços de saúde prestados e combater a pobreza e exclusão social.

Um quarto objectivo, ainda, reflecte as preocupações do Governo no que respeita à qualidade de vida dos cidadãos, dando-se um especial relevo à **política habitacional**, do qual se destacam como objectivos: fomentar os meios para a aquisição e construção de habitação própria e participar na recuperação do parque habitacional e em realojamentos.

Este Plano é assim um bom Plano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nunca houve, embora hajam pessoas que sustentem que sim, um Modelo Económico ou se quiser uma estratégia económica para a Região Autónoma dos Açores.

Houve, de facto, a criação e construção de infraestruturas, necessárias ao desenvolvimento das populações mas depois, deixou-se de pensar no que fazer com essas infraestruturas.

E isto porque pensou-se que o objectivo não era a Região. O objectivo era ganhar eleições de 4 em 4 anos. E como esse objectivo estava quase conseguido por "direito divino", por legado tradicional, por transferência consuetudinária, era só consegui-lo com satisfação de algumas pessoas, ou grupos.

E para satisfazer, nada melhor que dar subsídios.

Foi assim com muitos dos subsídios a fundo perdido a vários sectores.

Só que os subsídios têm uma consequência perversa.

- Transformam os empresários em funcionários;

- Transformam o risco em conformismo;

- Transformam a iniciativa, como capacidade de produzir e criar riqueza, em capacidade de conseguir e angariar - Transformam pessoas, que por definição deviam ser independentes em gente dependente e clientes do poder político;

Mas isto surgia quase natural, muito por consequência do situacionismo, que se vivia de quem não admitia confronto de ideias, de quem achava que nada havia a discutir nem inovar.

Por isso é que esta situação tem de ser alterada.

Por isso é que este plano foi tão participado, tão discutido.

E sendo este um Governo de maioria relativa, com necessidade, vocação e motivação para o diálogo, suportado por um partido defensor da iniciativa privada como motor do desenvolvimento, mas com preocupações sociais, e portanto defensor também duma certa intervenção de investimento público, é dessa situação que eu diria privilegiada, é dessa interação, desse compromisso de desenvolvimento dos Açores, dessa comunhão de ideias, de interesses, e duma dialéctica económica que nestes 4 anos se pode, com verdade, tentar inverter o sentido das coisas.

Fazendo com que haja iniciativa, com que hajam ideias e com a certeza de que só com trabalho, só com esforço se conseguem o desenvolvimento e o bem-estar das populações.

Sr. Presidente, Sras. e Senhores Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este orçamento é também um bom orçamento.

É um bom orçamento, porque, com as receitas devidamente previstas, tem as despesas correntes a crescer a uma taxa de 1% em relação ao Orçamento revisto de 1996 e de 12,5% em relação ao executado no mesmo período.

Por outro lado, tem as despesas do Plano a crescer a uma taxa de 12,75% em relação ao previsto e de 36,9% em relação ao executado no mesmo ano.

Verifica-se, portanto, que seja qual for a referência as despesas do plano crescem a um ritmo superior às despesas correntes.

Analisando as despesas correntes, verifica-se, contudo que:

as despesas com pessoal crescem 8,5% sobre o executado e apenas 5% sobre o previsto. Refira-se, no entanto, que o crescimento das despesas com pessoal de 94 para 95 e de 95 para 96 foi da ordem dos 10%.

A aquisição de bens e serviços, cresce 7% relativamente ao executado embora decresça 1% relativamente ao previsto no orçamento de 1996.

As transferências correntes crescem 11%. Este valor deve-se ao aumento de 2,2 milhões de contos nas transferências para o Serviço Regional de Saúde, derivado, sobretudo, ao pagamento das dívidas com a Saúde que segundo é público foi da

ordem dos 5,9 milhões de contos. De referir que as despesas com a Saúde em 1994 foram 20 milhões 975 mil contos, em 1995 foram 21 milhões 219 mil contos e em 1996 foram 21 milhões 814 mil , isto é, quase não aumentavam e em três anos sofreram um acréscimo de 840 mil contos.

Se não se incluísse este aumento de 2,2 milhões de contos e ainda uma verba de 0,9 milhões para os transportes escolares, tal como o Sr. Secretário há pouco já referiu, as despesas correntes apenas cresceriam 7,7 % relativamente ao executado em 1996, uma taxa inferior ao crescimento das despesas com pessoal.

As receitas correntes são estimadas com rigor, não as sobreavaliando, prevê-se assim um crescimento das receitas fiscais da ordem dos 11%, que é um crescimento perto daquele que o Orçamento de estado prevê (8,9%), mais 2% justificável pela recuperação de impostos que a realização de 96 permite indiciar.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os documentos que estamos a discutir provêm de um Governo que com as eleições de 13 de Outubro, se transformou no porta-voz da esperança e da modernidade da maioria da população da Região. A aprovação destes dois instrumentos é mais uma etapa para a concretização dos objectivos a que este Governo se propôs: modernizar e desenvolver os Açores.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pareceu-me ouvir na sua intervenção uma contradição a qual gostaria de ver esclarecida.

O Sr. Deputado referiu que uma economia é desenvolvida quando o sector terciário tem um peso superior aos outros dois sectores. E é isso que acontece com a economia regional.

Disse, seguidamente, que essa terciarização era artificial, dado o peso da administração pública nesse sector.

De seguida, diz que este Plano é um bom plano, porque aposta no sector primário.

Gostava de perceber, tendo em conta que a terciarização é importante e até artificial, se considera correcta esta aposta no sector primário e se isso não vai entrar em contradição com a sua primeira afirmação?

Depois refere que o Turismo será privilegiado, nomeadamente os pólos como P. Delgada, Angra e Horta.

Penso que devia privilegiar as 9 ilhas.

De qualquer modo, as verbas inscritas no Plano 1997/2000 para este sector, são de 11,9 milhões de contos, a preços correntes; no Plano anterior eram 9,1 milhões de contos, também a preços correntes, o que actualizado dará os tais 11 milhões de contos. E o seu peso relativo era de 7,2 % no anterior Plano e agora é de 6,9%.

Eu pergunto onde é que está a grande aposta neste sector?

Em relação às despesas com pessoal, sobre as quais disse crescerem apenas 8,5%, eu volto a referir aquilo que já referi ao Sr. Secretário Regional das Finanças. Ou seja, ainda tem 2 milhões de contos na dotação provisional que é utilizada para esse efeito. E se fizer o crescimento considerando esses 2 milhões de contos, verificará que atinge uma percentagem de crescimento de cerca de 14,5 %, o que é muito diferente dos 10% do ano anterior.

Portanto, isto em jeito de lembrança, porque já tínhamos falado neste assunto em Comissão.

Para já é só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai para responder.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao sector terciário, de facto é comumente aceite que quando este sector tem uma representação muito maior, quer em termos de emprego, quer em termos de produto, considera-se a economia desenvolvida.

Neste caso dos Açores, eu penso que sendo o sector terciário tudo o que é administração pública e comércio, não são sectores produtivos.

Em relação ao sector primário e porquê a aposta neste sector, não há verdadeiramente uma aposta no mesmo, no sentido de desenvolver a economia, porque ele existe já com estas características, ou seja, da população viver do rendimento da agricultura, então não se pode deixar o sector primário para ir desenvolver outros sectores. E não será num ano ou em 6 meses que se poderá fazer isso.

O que eu percebo que está patente neste Plano de Médio Prazo é que o sector primário existe conforme está, é necessário dar-lhe as garantias para ele se desenvolver e não deixar que a Agricultura esmoreça, mas concomitantemente, ir desenvolvendo outros sectores, de maneira a que a estratégia económica do Governo se desenvolva noutra sentido, embora não descure a população rural.

Quanto ao Turismo, eu de facto referi - e julgo que é essa a opinião expressa no Plano - que se devem desenvolver os 3 principais centros, isto é, P. Delgada, Angra e Horta, com centros de congresso, parques de exposições, hotéis, etc..

Porém, é preciso reparar que mesmo assim o Turismo desenvolver-se-á nas 9 ilhas. Até porque foi este Governo o primeiro a pôr um barco para 7 ilhas, em primeiro lugar, e depois para 2 ilhas. Quando antes o que havia, nomeadamente o ano passado, era um barco para as ilhas do Triângulo, nem tão pouco ia à Terceira.

Ora, desenvolvendo os 3 centros, em termos de oferta, para que as pessoas venham e depois fazendo-as distribuir pelas 9 ilhas, mostrando-lhes assim a Região, penso que é uma estratégia bem delineada.

Em relação ao pessoal, na verdade se incluir a dotação provisional o pessoal cresce mais rapidamente. Mas repare a Sra. Deputada que mesmo o ano passado não se utilizou os 100% da dotação provisional. O que eu verifiquei foi que se utilizou 95% de tudo isso. Conclusão: a percentagem vem um pouco mais para baixo.

Além disso, já foi referido aqui que há crescimentos de salários, quer a nível dos professores, quer dos médicos, o que vai empolar isso tudo.

Temos, portanto, que olhar apenas para o que lá está. E a dotação, como deve saber, é para utilizar em casos excepcionais, por isso penso que por agora não se deve utilizar.

Penso que por agora respondi às questões solicitadas.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para mais esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A questão que eu tinha posto não incidia sobre o conceito de economia evoluída.

Penso apenas que se há uma contradição na sua intervenção, nomeadamente entre a aposta no sector primário e no achar que a terciarização é artificial. E penso que ela ficou provada.

Deputado Francisco Sousa (PS): Essa é a sua leitura!

Deputado José Maria Bairos (PSD): É a **nossa** opinião!

A Oradora: Em relação ao Turismo também ficou provado o que eu disse por não ter havido argumentos contra, ou seja, ficou provado que a aposta neste sector não existe.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não existe?!

A Oradora: Em relação às despesas com pessoal e à dotação provisional, a pergunta que eu queria fazer é no sentido de saber se será da dotação provisional que vão cortar as despesas correntes?

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O crescimento vai ser triplo!

Deputada Berta Cabral (PSD): O passado a gente conhece. O futuro é que a gente vai ver!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu desejava perguntar à Deputada Berta Cabral se já ouviu a seguinte citação nalgum sítio:

"É nesta perspectiva que se apresenta um orçamento de funcionamento que expurgado dos encargos do serviço da dívida e da dotação provisional, não apresenta crescimento nominal e uma proposta de plano de 33, 4 milhões de contos..." etc, etc.

Gostava de saber se a Sra. Deputada já ouviu isto antes?

Deputada Berta Cabral (PSD): Já ouvi e vou explicar-lhe!

Deputado Francisco Sousa (PS): Ouviu, porque foi uma citação dela!

O Orador: Porque foi a Sra. Deputada Berta Cabral quem disse isto nesta Câmara, no dia 7 de Fevereiro de 1996, enquanto estavam aqui a apreciar o Plano.

Portanto, o que era verdade em 1996, já não é verdade hoje.

Os critérios da Sra. Deputada alteram-se muito rapidamente.

Por outro lado, nesta mesma intervenção, quando a Sra. Deputada faz referência aos quadros macro-económicos, fá-lo apenas citando o quadro macro-económico do Orçamento de Estado. E depois quando passa para a Região, vem buscar apenas elementos de conjuntura. Fala por exemplo no crescimento do Turismo, fala no crescimento dos preços e abandona por completo os quadros macro-económicos.

Enfim, o que era verdade em 1996 deixou de ser verdade hoje. E bem sei que os ângulos de visão de quem está aí e de quem está aqui, são diferentes, mas não tanto, Sra. Deputada.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quando se diz que o Turismo não é de facto uma aposta, eu gostaria de rebater essa ideia dizendo que os 11,6 milhões de contos que estão adstritos a este sector no P.M.P., correspondem a cerca de 50% do valor executado no quadriénio 1993/96.

Quando se diz que não há investimentos no Turismo, e estou a referir-me a investimento privado, está-se a esquecer que existem incentivos para o Turismo muito elevados que provocarão, a médio prazo, um aumento considerável de infraestruturas hoteleiras.

Se calhar hoje não há condições de termos um P.M.P. dotado de maiores verbas para o Turismo, porque não haveria capacidade para os absorver.

Era só.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Já passou um ano e é essa a diferença. Mas eu explico-lhe porquê.

Primeiro, porque o orçamento do ano passado foi discutido em Fevereiro, como disse e bem. Nós estamos em Maio.

A dotação provisional do ano passado estava toda lá, ou seja, eram 4,5 milhões de contos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Em Fevereiro Sra. Deputada?! Pelo amor de Deus!

A Oradora: O Sr. Secretário este ano tem 2, porque já tem as despesas com pessoal com um crescimento de 8,5%.

Já agora, uma vez que o Sr. Secretário tem os dados consigo, diga-me qual era o crescimento das despesas com pessoal nessa altura?

Vozes da bancada do PSD: Ele não sabe!

A Oradora: O crescimento das despesas com pessoal estava todo na dotação provisional. E este já tem o crescimento de 8,5%.

A diferença é essa. Ou seja, tem 8,5% das despesas com pessoal e tem 200 e tal % na dotação provisional.

Portanto, se vamos falar de demagogia, então vamos falar de tudo!

Deputado Francisco Sousa (*PS*): De quem é o orçamento do ano passado?!

A Oradora: Este Orçamento apresenta despesas com pessoal a crescer 8,5%. E apresenta as outras despesas correntes. Ou seja, a dotação provisional a crescer 232%.

Deputado Manuel Brasil (*PSD*): E esta hein?!

A Oradora: Se é para fazermos demagogia, então já percebeu que eu também sou capaz!

Eu ainda não tinha falado neste valor, porque ele é para reforçar despesas com pessoal. Mas se é para fazermos demagogia, eu também sei fazer e estamos cá para isso. E é isso que o Parlamento quer!

O que o Parlamento quer é que os deputados desta bancada façam requerimentos para os senhores não terem de responder, porque de todos os requerimentos já feitos por nós nem 10% foi ainda respondido, para se esconderem por detrás da caneta, pois escrevendo sabem responder, no entanto para argumentar aqui é que é difícil!

É preciso os deputados da bancada que vos suporta darem palmas, porque não conseguem fazer intervenções!

Porque conseguiram "amarrar" os deputados do Partido Popular e agora queriam por-nos calados!

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Eh lá, calma aí!

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

A Oradora: Desculpem, mas não é para isso que o Parlamento existe!

Tenho muita pena, mas o Sr. Secretário já sabe que terei sempre resposta na mesma moeda!

Mais uma coisa, Sr. Secretário, relativamente ao quadro macro-económico - e aqui é que eu digo que passou um ano - eu queria dizer que a Secretaria das Finanças não tinha instrumentos para os determinar. Hoje tem, porque encomendou-os.

Se o Sr. não sabe devia saber!

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Penso que com isto ficou tudo respondido.

Muito obrigada.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E o Turismo ficou por responder?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Berta Cabral:

Tenha calma, não se excite!

Não precisa de estar assim tão excitada, até porque o público das galerias já se foi embora.

(Risos da bancada do PSD)

Já está menos gente nas galerias.

Deputada Berta Cabral (PSD): O Sr. Secretário não me amedronta com isso, porque a minha maneira de ser não se altera rigorosamente nada!

O Orador: Tenha calma!

No dia 7 de Fevereiro a dotação já tinha sido utilizada, portanto a comparação já podia perfeitamente ser feita.

Deputada Berta Cabral (PSD): Utilizada em quê, Sr. Secretário?! Em 2 meses?!

Já se passaram 7 meses!

O Orador: Pois claro!

Eu refiro-me à dotação do ano anterior que já estava distribuída, nomeadamente pelos encargos com o pessoal.

A Sra. Deputada diz que respondeu a tudo, mas não respondeu à questão do Turismo. Cingiu-se apenas a estas comparações que eram utilizadas segundo determinados critérios em 1996, mas que agora neste ano de 1997 já não podem ser. Não sei porquê! Muito obrigado.

Deputado José Maria Bairos (PSD): As respostas não têm que vir desta bancada, mas sim da vossa!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Sra. Deputada Berta Cabral acaba de fazer uma acusação muito grave que eu como deputada desta bancada não posso aceitar.

A Sra. Deputada Berta Cabral diz que os Srs. Secretários não respondem aos requerimentos feitos pela bancada da oposição e escondem-se por detrás da caneta, para prepararem as respostas e prepararem as intervenções dos deputados desta bancada.

Eu queria pedir à Sra. Deputada Berta Cabral que justifique esta afirmação que fez, dando a entender que os deputados desta bancada não são capazes de fazer as suas intervenções por mão própria.

Eu penso que isto é muito grave e repudio estas acusações da Sra. Deputada do PSD!

Deputado António Gomes (PS): Estão há espera há muito pouco tempo, porque eu andei 8 anos a fazer requerimentos e a esperar pela resposta!

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que tenham um pouco mais de calma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto ao quadro macro-económico, ouvi a Deputada Berta Cabral criticar há pouco o Governo, por este não o ter apresentado.

Que eu me lembre, nos planos anteriores havia apenas a referência feita pelo DREPA que dizia o seguinte: "A Região deve crescer a um ritmo de crescimento de 1,5% superior à média do Continente".

Portanto, nunca apresentou nem sabia esse valor tecnicamente, mas sim apenas como intenção.

No que diz respeito à parte do desemprego e emprego, também nunca vi nenhuma referência a isso nos planos.

Relativamente à inflação, também não sei muito bem o que é que o Governo poderia dizer. Talvez poderia dizer que a inflação está neste momento a 2,5%, com 0,8% de despesas de ensino. Ou seja, não sei se o Governo poderia dizer se o crescimento será para 0 ou para 1%.

Portanto, voltando ao quadro macro-económico, na nossa Região, é muito difícil consegui-lo e até calculá-lo, aliás como deve saber.

E, como deve saber também, o próprio Serviço Regional de Estatística não consegue fazer isso. Mesmo em relação à taxa de desemprego - e eu estive a trabalhar nesse Serviço, por isso não critico as pessoas que o fazem - eu não acredito nela. E digo-o para constar, porque sei como é que ela é feita. A amostra, para mim, não é representativa. Ela está feita para representar o Continente e a Região.

Eu, como técnico, penso que a amostra que está feita para os Açores não é representativa.

Por exemplo, quando se registaram aqueles despedimentos de duas empresas de comércio em P. Delgada, nenhum desses trabalhadores estava na amostra. E na altura eram os senhores quem governavam.

Não quero, portanto, "puxar a brasa à minha sardinha"!

Quando se fala em taxas de desemprego é necessário saber do que é que se está a falar.

Portanto, é tão legítimo arranjar taxas de desemprego do Serviço Regional de Estatística e compará-lo com esta taxa a nível de evolução, como arranjar a taxa de

desemprego partindo dos inscritos no Centro de Emprego e fazer a comparação. É só isso.

Não temos que misturar as coisas.

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu peço à Sra. Deputada Natividade Luz se tem alguma dúvida sobre aquilo que eu disse, peça aos serviços de redacção a transcrição dessa parte da minha intervenção.

Não sei se o "barrete" serve a alguém, mas a verdade é que não disse isso.

O que eu disse foi que os deputados da vossa bancada em vez de fazerem intervenções, batiam palmas.

Em relação às explicações técnicas dadas pelo Deputado Augusto Elavai, a questão aqui nunca é posta por mim. Os serviços oficiais são oficiais, os critérios utilizados são os mesmos que são utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, são os mesmos que são utilizados pelo EUROSTAT.

Nós não podemos comparar taxas de desemprego determinadas por critérios diferentes.

Quando se diz que a taxa de desemprego no País é de 7,1% e que a taxa média europeia é de 10,2%, nós não podemos vir agora utilizar critérios diferentes. O critério tem que ser o mesmo, porque senão não pode ser comparável. Aliás, como disse e bem, isto é, ou se comparam as mesmas coisas ou se comparam coisas diferentes. Como nós só podemos comparar com os critérios que os outros utilizam, temos que utilizar esses mesmos critérios.

É o Serviço Regional de Estatística que o faz, não sou eu.

Eu limito-me, tal como já disse, a utilizar documentos oficiais e informações oficiais. E esta é uma polémica que eu, por minha vontade, gostaria de nunca mais voltar a ela aqui, porque realmente não tenho qualquer interesse nela. Os senhores é que estão a governar, se ela agora subir ou descer, isso é da vossa responsabilidade. Ou seja, se dos 5,6 do ano passado passarem para 10,2, eu a única resposta que teria a dar é

simplesmente que isso é da vossa responsabilidade, pois foram os senhores que já contribuíram para isso.

Porém, eu continuo a dizer que penso que se deve utilizar os mesmos critérios para se comparar coisas comparáveis.

Portanto, estamos de acordo nesse aspecto.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A discussão do Plano a Médio Prazo, do Plano e do Orçamento anual é sempre um ponto alto da vida política desta Região e em especial desta Assembleia como órgão máximo da autonomia regional.

É o momento de verdade para qualquer Governo que põe à prova a sua capacidade de perspectivar o futuro, de encontrar soluções novas para os problemas com que se deparam, nos dias de hoje, as sociedades modernas.

É o momento em que por excelência se definem políticas, se traçam estratégias, se fixam objectivos e se programam acções.

E aqui é que começam as dificuldades... as desta Assembleia e as dos Açorianos.

Dos documentos em apreciação, não se percebem quais as políticas sectoriais deste Governo, não se vislumbram as estratégias a seguir e como consequência disso os objectivos e as acções são um mero conjunto de ideias e de referências que se traduzem, quase exclusivamente, em obra de betão, concebida sem imaginação sem criatividade, sem a menor preocupação de rentabilizar o que já existe e, por essa via, promover o aparecimento de novas actividades e a criação de emprego sustentado.

É caso para dizer que regressámos ao passado...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Ao passado recente!

A Oradora: ... voltámos aos anos oitenta, com a diferença que naquela época se criaram infraestruturas indispensáveis à aproximação das várias parcelas da Região e ao desenvolvimento social e cultural das populações, enquanto que agora nada de novo se fará.

Não refutamos o argumento de que é necessário conservar e até, em alguns casos, reconstruir o que existe mas, perante a escassez de recursos disponíveis, é

fundamental saber estabelecer prioridades e, sobretudo, não descurar o apoio ao desenvolvimento dos sectores produtivos, geradores de riqueza, indispensáveis à auto sustentação de qualquer economia.

Foram muitas as vozes, sobretudo da oposição de então, que se levantaram contra a chamada “cultura do betão”, foram muitas as vozes que se ergueram contra a primazia dos sectores sociais versus sectores económicos.

O PSD evoluiu como o demonstram os planos de investimento dos últimos anos. O PS parou no tempo e governa à imagem e semelhança dos primeiros governos regionais, como um “bom aluno”, mas sem se dar conta que o tempo passou, que as circunstâncias são outras e as exigências também.

Estamos perante um Plano a Médio Prazo que dedica cerca de 25% dos seus recursos à manutenção e construção de portos e estradas, 41% aos sectores sociais e público, 22% à agricultura e pescas e apenas o remanescente, ou seja, 12%, ao turismo, à indústria, ao comércio e ao apoio à iniciativa privada nestes sectores.

Destes 12%, cabem 6.9% ao turismo, 0.9% à indústria, 0.7% ao comércio e exportação e 3.5% ao sistema complementar de incentivos. Os números falam por si e revelam bem a pouca importância que este documento dispensa aos sectores em apreço, por sinal os que em nossa opinião, têm maior potencial de desenvolvimento na nossa Região.

Sr. Presidente , Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um Plano que não agrada a patrões nem a trabalhadores, porque não apoia os primeiros nem garante emprego aos segundos.

Não agrada aos agricultores nem aos industriais, porque não cumpre as promessas feitas a uns nem cria condições de desenvolvimento aos outros.

Não agrada ao sector público nem ao privado, porque não assegura o equilíbrio financeiro das empresas públicas nem define estratégias para a sua privatização.

E aqui importa sublinhar que neste Plano não só não estão consagradas as verbas indispensáveis para assegurar o normal funcionamento das empresas públicas, sem que a sua situação financeira se degrade, como também não estão previstas dotações orçamentais que nos permitam antever o cumprimento das promessas eleitorais de

abaixamento do tarifário da SATA e dos preços de fornecimento de energia eléctrica por parte da EDA.

Este não é um Plano estratégico nem é sequer um Plano de acções, é um plano de intenções, sem coerência e sem consistência.

Sem coerência, porque as intenções não traduzem políticas. Sem consistência, porque a sua concretização depende de condições que não estão à partida asseguradas.

Estamos a discutir um Plano que assenta em pressupostos de financiamento incertos, numa Lei de Finanças Regionais que não se sabe exactamente o que vai ser, mas que se sabe desde já o que não vai ser, e onde o recurso a capitais alheios se coloca como uma alternativa cada vez menos disponível.

Note-se que a Lei de Finanças Regionais, tida por alguns como a solução para todos os nossos problemas, acaba por se revelar, tal como está formulada e de acordo com as informações dadas pelo nosso representante na Comissão que estuda esta Lei, um enorme insucesso político para este Governo e a negação do tão propalado diálogo privilegiado com o Governo da República, na medida em que em 1998 apenas permitirá cobrir 25% das necessidades de financiamento da Região.

Em face desta circunstância, só existem duas alternativas: ou a Região continua a recorrer ao endividamento, ou o P.M.P. terá de ser corrigido, o que seria insustentável para o crescimento económico.

Se a tudo isso acrescermos que este Plano actualizado a preços de 1997, e sem entrar em linha de conta com as designadas “Calamidades”, totaliza 146 milhões 502 mil de contos, praticamente o mesmo que o P.M.P. anterior que, também a preços de 97 totalizava 145 milhões 373 mil de contos, concluimos que se trata de um Plano que apresenta uma taxa de variação média anual de 0.19%, o que seguramente não contribuirá para a tão desejada convergência real da economia açoriana e muito menos concorrerá para a coesão económica e social.

E já que estamos em sede de comparação com o P.M.P. anterior, e indo ao encontro do particular gosto deste Governo de invocar permanentemente o passado, vejamos o que se passa nos principais sectores:

No P.M.P. 93-96 a Saúde representava 12,7% do total do investimento, neste P.M.P. representa 6,4%, ou seja, pouco mais de metade.

Qual a política para a Saúde?

No P.M.P. anterior a Educação representava 7,3% do total, neste Plano a Educação representa o mesmo, 7,3%. Onde estão as prometidas escolas para 600 alunos?

A Habitação no anterior Plano a Médio Prazo representava 6,7% do investimento, no Plano actual representa apenas 5,9%. Onde está a efectiva solidariedade social?

Os incentivos à iniciativa privada representavam no anterior P.M.P. 6,3% do investimento, neste que estamos a discutir representam cerca de metade, 3,5%. Como se explica o prometido apoio ao sector privado?

As Pescas no P.M.P. 93-96 representavam 6,2% do total, neste Plano têm um peso ligeiramente superior, 7,1%. Onde está a nova política das Pescas?

Neste P.M.P. a única excepção é mesmo a Agricultura que passa de 13,7% do investimento total para 17,1%, incluindo a recuperação dos estragos provocados pelo temporais. No entanto, o valor registado fica muito aquém do prometido em campanha eleitoral. E não se alegue, como forma de iludir o iniludível, a existência de fundos estruturais não contabilizados no orçamento da Região, porque essa situação não é nova, esses fundos extra-Plano sempre existiram e por sinal, em montantes superiores aos actualmente disponíveis.

Será este um Plano que nos assegura um projecto de desenvolvimento?

É este o Plano que os Açorianos querem?

A avaliar pela reacção de todos os parceiros sociais, sem excepção, posso assegurar-vos que não. A todos se colocam questões que ficam sem resposta.

Que política de Transportes Marítimos e Aéreos está subjacente a este Plano, sabendo-se que esta é uma área extremamente sensível e condicionadora do nosso desenvolvimento?

Que política de Turismo consagra este Plano, tendo em conta que este sector é, efectivamente, a base económica de futuro desta Região?

Que política de Emprego, objectiva ou subjectiva, se deduz deste Documento, quando o sector primário tende universalmente a libertar activos e não se aposta noutros sectores?

Que política de Pescas se defende, quando se atrasa a construção dos portos de pesca de Rabo de Peixe e da Ribeira Quente e não se prevêem as verbas necessárias à reconversão da frota e à formação profissional da classe?

Que política industrial, que política de privatizações, que política de apoio à iniciativa privada e já agora que política de rigor e de verdade defende o Governo, quando considera 15,8 milhões de contos como o valor dos prejuízos resultantes das calamidades?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São tantas as perguntas que só há uma resposta - O futuro dos Açores está definitivamente adiado!

E se dúvidas houvesse, bastaria uma breve análise ao Orçamento para o ano em curso.

As despesas correntes sobem 12,5% relativamente às despesas realizadas em 1996, e dentro destas as despesas com pessoal crescem 8,5% sem considerar a afectação da dotação provisional inscrita em outras despesas correntes. Se tivermos em conta que mais de 90% daquele valor se destina a fazer face a encargos com pessoal, o aumento daquela rubrica passa a ser da ordem dos 14,5%.

Um crescimento inaceitável, só explicável pelo conjunto de nomeações e substituições a que temos assistido nestes sete meses de governação, numa perspectiva clientelista da Administração Regional, com recurso sistemático a pessoas requisitadas ao exterior e até de reformados, sem cuidar de aproveitar e motivar as pessoas experientes, capazes e dedicadas que optaram por fazer carreira nos quadros das Administração Pública Regional.

Não causa por isso admiração, embora mereça o meu veemente protesto, que o défice corrente aumente de 10 milhões de contos em 1996 para 13,5 milhões de contos em 1997, representando um crescimento de 26%.

Note-se que as despesas correntes, sem considerar os “encargos correntes com a dívida”, aumentaram em 1996 apenas 6%, enquanto em 1997 aumentam, de acordo com o orçamento em análise 13.7%.

É a política despesista e facilitista que sempre caracterizaram os governos socialistas em Portugal, sem que o da Região constitua uma excepção. É a dessintonia entre o

discurso neo-liberal utilizado em campanha eleitoral e a governação efectiva. É o discurso do Partido Popular e a prática do Partido Socialista.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Risos da bancada do PSD)

A Oradora: Por outro lado, no que diz respeito à receita, assiste-se a uma previsão de crescimento de 11,4% nos impostos directos e indirectos, quando em 1996 o aumento foi de 3,2% e a um crescimento dos empréstimos de 46,6%, quando em campanha eleitoral o Partido Socialista não se cansou de salientar os alegados benefícios decorrentes do presumível bom relacionamento entre dois Governos da mesma cor política.

Com efeito, contrariando todas as promessas de reforço da solidariedade nacional, este Orçamento conduz-nos a um endividamento de mais 19 milhões de contos, recorde-se que em 1996 a dívida contraída foi de apenas 13 milhões de contos, o que significa que o diálogo com o Governo da República foi substituído por um monólogo que obrigou o Presidente do Governo Regional a trazer de Lisboa uma simples autorização de aumento do limite de endividamento, em vez de um acréscimo de transferências do Orçamento do Estado, contrariando todas as expectativas criadas junto do eleitorado.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não apoiado!

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Todos temos ainda bem presente, por um lado, as promessas eleitorais sobre esta matéria e por outro, a entrevista concedida pelo Presidente do Governo Regional à RTP Internacional, por altura da discussão do OE, onde já era bem visível o desconforto que lhe causava comentar o hipotético aumento das transferências para os Açores, dada a baixíssima probabilidade de sucesso dessa negociação, como de resto se veio a confirmar.

É o resultado de elevar demasiado as expectativas e os inconvenientes do marketing político.

Aconteceu em 1997, acontece agora com a Lei das Finanças Regionais e acontecerá seguramente no futuro, nas mais diversas áreas, porque os documentos que estamos a apreciar são, na sua essência, instrumentos de criação e gestão de expectativas consubstanciadas num conjunto de intenções também com baixa probabilidade de concretização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano a Médio Prazo 1997-2000 e o Plano e Orçamento para 1997 são, e passo a citar um ex-deputado desta Casa, ”a demonstração das seguintes realidades políticas:

1ª. A derrota política do Partido do Governo e do Governo Regional, da sua pré-anunciada aptidão, em tempo eleitoral, de interlocutor privilegiado com o Governo da República para a realização da solidariedade nacional política e financeira;

2ª. A derrota política do Governo Regional, auto-infligida, no que concerne à sua capacidade de contenção das despesas correntes e à priorização das despesas de investimento;

3ª. A derrota política do partido do Governo e do Governo Regional, ao partir para uma actividade governativa originalmente informada pela reprovação generalizada dos parceiros sociais que se expressaram, desde as organizações empresariais às sindicais”.

Por insólito que pareça, citei o então deputado regional, hoje Presidente do Governo Regional, em discurso proferido nesta Sala em 26 de Maio de 1993, por altura da discussão do anterior P.M.P. e do Plano e Orçamento anual.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tomei nota de algumas inscrições para esclarecimentos, no entanto eles vão ficar para depois do intervalo, visto que atingimos o termo regimental de interrupção para almoço.

Ficam interrompidos os nossos trabalhos e voltaremos às 15, 00 horas.

(Eram 13, 00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para prosseguirmos os nossos trabalhos.

(Eram 15, 20 horas)

Vou começar por uma informação sobre os tempos disponíveis, pois é sempre bom ir fazendo a contabilidade.

Assim sendo, tem todo o seu tempo o PP que não fez ainda qualquer intervenção; o PS tem 4 horas, 42 minutos e 45 segundos; o PSD tem 4 horas, 15 minutos e 45 segundos.

O PCP 43 minutos e 30 segundos e o Governo dispõe de 4 horas, 12 minutos e 15 segundos.

Voltamos ao nosso debate com as inscrições dos deputados que estavam já inscritos antes do almoço, relacionado com a última intervenção que houve na tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha intervenção naturalmente padece da ausência da ambiência criada anteriormente, sobretudo na altura em que a Sra. Deputada Berta Cabral proferiu a sua intervenção.

De qualquer maneira, não posso fugir à responsabilidade que tenho, neste momento, de aqui deixar bem vincada a minha posição, antes de mais sobre aquilo que foi dito antes de ser proferida a intervenção.

Quem determina neste Grupo Parlamentar as intervenções, as palmas ou seja lá o que for, é esta direcção!

Deputado João Cunha (PSD): Nem sempre!

O Orador: E quero dizer à Sra. Deputada que sempre, mesmo quando a senhora estava aqui na governação regional, este Grupo Parlamentar, em todas as situações de debate de plano e orçamento, sempre - repito - esgotou o seu tempo.

Mais: garanto-lhe que este Grupo irá esgotar o seu tempo!

Deputado José Maria Bairos (PSD): E nós também!

O Orador: Nestas Assembleia, o Grupo Parlamentar do PS sempre tem procurado ir à Mesa pedir a prorrogação do período de antes da ordem do dia.

Por isso, nós - eu em nome da direcção deste Grupo Parlamentar - queremos dizer à Sra. Deputada que não aceitamos sugestões, muito menos recados de mau gosto!

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, e isso para mim é que é importante e fundamental, eu quero dizer-lhe que achei muito estranha a sua intervenção, sobretudo pela filosofia que a impregna.

Estranho, por aquilo que conheço de si e nunca imaginei, de facto, que fosse possível apresentar aquele tipo de filosofia ali naquela tribuna.

Quero também dizer-lhe que a Sra. Deputada proferiu uma afirmação nesta Assembleia, condenando e criticando o actual Governo por voltar ao passado.

Pois, Sra. Deputada, abençoado Governo que não está aqui **por ter voltado ao passado!**

Deputado Eugénio Leal (PSD): Mas devia estar!

O Orador: Isso não interessa!

O que interessa é isto que eu estou a dizer e é aquilo que os senhores precisam de ouvir!

Portanto, abençoado Governo que quer voltar ao passado!

E que volte ao passado!

A Sra. Deputada condena e eu apoio!

Porque, minha senhora, voltar ao passado é voltar às estradas esburacadas onde não era possível passar e elas só podem ser feitas com asfalto!

Voltar ao passado é voltar aos portos que estão a **ruir**, porque não foram devidamente tratados e não foram devidamente ajeitados quando deviam ter sido!

Voltar ao passado é voltar aos pavilhões fechados, degradados e completamente abandonados!

Voltar ao passado é voltar a um porto, a um local, a uma ilha, onde não se pode ter uma lancha abrigada, para levar um doente para o outro lado do canal!

Isso é que é voltar ao passado!

Se este Governo, ou se o socialismo, mesmo com a ajuda do PP (e ainda bem!), que a Sra. Deputada aqui criticou à sua maneira, conseguirem fazer aquilo que os senhores nunca fizeram, apenas **acenaram com lencinhos**, abençoado Governo, porque são aspirações de anos, de gentes, de pessoas que lutaram!

Eu até admito que haja alguns que pisam asfalto e vêem betão, mas há outros que ainda não pisam asfalto nem vêem betão. Mas penso que têm também direito a viver condignamente nesta Região.

Eu gostaria que a Sra. Deputada explicasse nesta Assembleia, como é que se pode fazer Turismo nos Açores sem asfalto e sem betão!

Para mim isso é uma preocupação e um problema complicado!

A não ser que venham extraterrestres, que venham de longe, ou então que durmam ao relento!

Mais uma coisa: eu quero saber como é que agora os deputados, mesmo os da sua bancada, que à cabeça de tudo põe uma exigência frontal e tremenda, "tem de ser feito, porque senão for feito Deus nos livre!!", agora terão que mudar certamente de filosofia, porque ela é outra, o betão e o asfalto ficarão para posição secundária.

Sra. Deputada, desculpe-me, mas eu tinha que lhe dizer isto, pois quem vive numa ilha e sofre as consequências a ela inerentes e tem lutado nesta Assembleia, durante anos, por coisas que nunca teve e sabe que agora o Governo vai fazê-las... eu tenho que dizer obrigado ao Governo e condenar essa filosofia!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Temos assistido aqui, por parte da Sra. Deputada Berta Cabral, ao ensaio de vários papéis.

Ora desempenha o papel de professora que de cátedra procura dar lições sobre economia e finanças a todos nesta Assembleia, como se a Sra. Deputada fosse a única que tem um curso superior em economia e finanças...

Deputado João Cunha (PSD): A Sra. Deputada também tem?!

A Oradora:... ora protagoniza o papel de anunciadora da desgraça total!

Deputado João Cunha (PSD): E é verdade!

A Oradora: Não querendo duvidar da capacidade interpretativa da Sra. Deputada Berta Cabral, sou levada a pensar que V. Ex^a. leu os planos errados.

E porquê?

Porque este Plano tem objectivos finais, tem objectivos intermédios e tem metas.

Não é apenas um enunciado geral de princípios ou de intenções.

Por outro lado, no que se refere ao sector da Educação, sou levada também a crer que leu mal, ou que não leu os planos certos, quer o plano anterior quer este.

Senão vejamos:

No plano anterior, a Sra. Deputada disse que o investimento na Educação era de 7,3%.

Ora não é bem assim, Sra. Deputada, talvez leu mal.

O investimento na Educação era, no Programa 8 respeitante às "infraestruturas escolares educativas" de 5,4% e no programa dos "equipamentos escolares" era de 0,6%. O que vai dar, se não erro nas contas, 6,0% e não 7,3%.

Neste plano também leu mal, porque no Programa 18 respeitante às "infraestruturas educacionais", temos uma dotação de 7,2% e no Programa respeitante ao "sistema educativo" temos uma dotação de 0,7%, o que perfaz 7,9% de dotação total e não 7,3 como referiu.

Muito obrigada.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Afinal a Sra. Deputada é que é a professora!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias.

Deputado Norberto Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Berta Cabral:

Se bem percebi, mas se eventualmente percebi mal agradecia que me corrigisse, a Sra. Deputada disse na sua intervenção que a percentagem do Plano 1993/96 aos apoios à habitação, perfazia 6,7%, sendo a percentagem destinada aos mesmos fins no Plano 1997/2000 de apenas 5,9%.

Admitindo que estou certo e que foi isto, e admitindo ainda que estes números sejam verdade, eles ficam muito longe de ser a verdade toda.

Dizer apenas uma parte da verdade, é no mínimo dizer inverdades. Porque este Plano tem na sua dotação total mais 2 milhões de contos do que o plano de 93/96 para apoio à habitação.

Portanto, tendo 2 milhões de contos a mais, tem provavelmente um forte incentivo à política de habitação que V. Ex^a. diz não ver neste Plano.

Este Plano tem também demonstrado vários indicativos de que o apoio ao INH à habitação na Região irá reforçar esta verba já superior à verba investida no Plano anterior.

Mas é também importante dizer que este Plano vai ter que prever a reparação dos portos que foram feitos na Região, e foram vários, mas que na maioria dos casos ficaram mal feitos.

Se alguém tem dúvidas sobre isto, veja-se os depoimentos que têm sido feitos sobre os estudos de impacto desses portos e que têm recentemente vindo a público.

Deputado João Cunha (PSD): Esses estudos são de encomenda!

O Orador: É também importante dizer que, embora não tenhamos ainda acesso a essa informação mas certamente iremos ter, a política de aquisição de terrenos para habitação irá ser diferente com este Governo.

Por exemplo na Terceira, a título de infraestruturas, a estrada Lajes/St^a. Bárbara vai com certeza recrutar para esse efeito bastantas mais verbas do que as que estavam inicialmente previstas, devido a graves e manifestos erros de planeamento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Eu ainda tinha esperanças de ter exagerado quando disse que tínhamos voltado à "cultura do betão", mas o Sr. Deputado acabou de confirmar que não exagerei em nada.

Deputado Manuel Serpa (PS): Voltámos sim, para aqueles que não tinham!

A Oradora: E com essa afirmação é que eu não percebo como é que o PP vai viabilizar este Plano.

É muito bonito fazer infraestruturas, mas é preciso alimentá-las, é preciso passar à plataforma seguinte, ou seja, é preciso encontrar forma de alimentar aquilo que se fez. E para alimentar é preciso apoiar os sectores produtivos, é criando riqueza, é investindo no Turismo, na Indústria, no Comércio, pois são as actividades que pagam impostos e que alimentam a economia.

Se o Sr. Deputado conhece outro modelo, então que me diga, mas tenho as minhas dúvidas de que haja outro. Eu só conheço este.

Estão feitas as infraestruturas indispensáveis. É preciso passar à plataforma seguinte. É preciso auto-alimentar a economia, para depois fazer-se, com a regularidade possível, as manutenções das infraestruturas que já estão criadas.

Foi isso que eu disse e pode ler com mais cuidado a minha intervenção, pois é natural que não tenha tido tempo para o fazer.

Portanto, a questão aqui em causa é que é preciso passar à fase seguinte. E isto foi dito muitas vezes nesta Casa, pelos senhores e por nós também, porque os últimos planos (como eu também já disse) já referiam essa realidade.

É preciso evoluir. É preciso criar condições para que a economia seja auto-sustentável.

Em relação ao que disse a Sra. Deputada Natividade Luz, devo dizer-lhe que me sinto muito lisonjeada com as suas referências. Não tive essa pretensão, mas se foi isso que consegui, tenho que me sentir lisonjeada.

Quanto aos planos, tenho muita pena, mas se li errado, é porque alguns deles existem e a Sra. Deputada sabe disso.

Quanto ao enunciado de intenções, eu na minha intervenção fundamentei.

A Sra. Deputada disse que não é enunciado de intenções, mas não fundamentou. A diferença é essa.

Quanto às comparações dos planos, se quiser dou-lhe os mapas e também a disquete. Pode depois fazer os artifícios que entender. Mas os factos estão ali, existem e posso mandar fotocopiar.

Sr. Deputado Norberto Messias:

2 milhões a mais na Habitação.

O Sr. esqueceu-se de um pequeno pormenor, ou seja, comparou a preços correntes. Não pode comparar preços de 1993 com preços de 2000. Tem que actualizar tudo ao ano de 1997.

Faça o exercício e verá que não estão lá os tais 2 milhões de contos.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu estou muito espantado por verificar que alguém do PSD fale em betão!

Como se nós não tivéssemos que ter que pagar e acabar os erros e as omissões da 2ª circular de Lajes/Stª. Bárbara, do 4º troço, dos portos que os senhores fizeram mal feitos...

Deputados João Cunha e José Maria Bairos (PSD): Das valetas!

O Orador: ... das valetas onde os senhores estão sempre!

(Risos das bancadas do PS e Governo)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado João Cunha (PSD): E onde os senhores vão acabar!

O Orador: Como se nós não tivéssemos que fazer mais um investimento em 97 para isso, não tivéssemos que pagar as indemnizações deixadas pelos senhores em resolução do conselho de Governo, no dia 9 de Outubro, relativas a obras de 1992 e 1993!

Tenham vergonha, meus senhores!

Deputado Victor Cruz (PSD): Vergonha de quê?!

O Orador: Isto são tudo situações que nós estamos a reparar.

E se o investimento de 97 não é tão grande em obras novas, é porque nós temos que assumir todos esses disparates que os senhores praticaram durante estes anos todos!

E mais exemplos a seu tempo virão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas algumas observações sobre alguns assuntos que aqui foram colocados.

Em primeiro lugar, eu gostava que ficasse claro que independentemente da "ginástica" discursiva sobre os números, há um objectivo que este Governo persegue com o maior empenho e com o maior rigor, que é um objectivo diário e que há-de dar resultados. Ou seja, o objectivo da contenção, do rigor, da redução das despesas sumptuárias.

Essa é uma orientação **indeclinável** da actuação deste Governo e que vai acarretar sacrifícios, desde logo para a administração regional, mas também para a generalidade das pessoas.

Nos Açores nós habituámo-nos a viver, a muitos níveis, acima daquilo que eticamente se deve considerar aceitável.

Há privilégios que têm que desaparecer.

Deputado Victor Cruz (PSD): Quais?!

O Orador: Olhe... se me pergunta quais, posso dar-lhe alguns exemplos.

É claro que isto é uma questão da ética de cada um, mas se eu fosse deputado ou membro do Governo há muitos anos, independentemente de fazer parte ou não, legítima ou ilegitimamente, do quadro de uma empresa, eu não aceitaria que, anos a fio, uma empresa pública me pagasse a electricidade!

Se eu fosse deputado e membro do Governo.

E como os senhores bem sabem, não se podem orgulhar, na vossa bancada, de não terem situações desta natureza.

Desde logo... a nova arauta do rigor que hoje fez a sua "entrada e casamento" com as despesas correntes e com os objectivos de contenção e rigor da administração pública!

Portanto, há sacrifícios que têm que ser impostos às pessoas.

Desde logo, vamos também certamente tentar que numa administração racional e que privilegia o rigor, que reserva os nossos escassos recursos públicos para o que é preciso e para quem precisa, que algumas pessoas que não precisam também, façam o seu sacrifício para a contenção das despesas não reprodutivas.

E confesso, minha Senhora, que pagar-lhe a electricidade que não é uma despesa reprodutiva!

Gostava também de dizer, se me permitem e para finalizar que a Sra. Deputada Berta Cabral disse a esta Assembleia que o nosso representante - não percebi na circunstância o que é que queria dizer com **o nosso** - na Lei de Finanças Regionais, afirmou que esta Lei é um insucesso político do Governo Regional.

Eu gostaria de saber quem foi e quando foi que fez tal afirmação?

Afirmação essa que não existe, que não é verdadeira!

Eu queria dizer-lhe, Sra. Deputada, que tenha em conta o interesse dos Açores.

E o interesse dos Açores, hoje, é cerrar fileiras em torno daquele documento ou da sua melhoria, contra afirmações, essas sim, irresponsáveis e politicamente ilegítimas, como as que são feitas por um tal representante (que eu nem sei o nome) do Sr. Ministro da República para os Açores, que não foi eleito por ninguém, ou que mesmo falando em nome do Ministro da República, se sabe que ele é um Ministro da República demissionário e que, portanto, não representando a Região porque não foi eleito, sendo demissionário do Governo da República e não o representando, pura e simplesmente não representa ninguém com excepção dele próprio, neste momento.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Isso implica reagrupar fileiras em torno dos Açores...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Muito bem!
Muito bem!

O Orador:... esquecer por um momento aquilo que a Sra. Deputada apenas relevou!
Não existem com certeza consonâncias permanentes entre os partidos aqui representados, quer seja sobre a Lei de Finanças Regionais como sobre todas as matérias.

Eu até admito que a Sra. tenha que dizer que este Plano não presta para nada, porque vai ter que o votar contra. Porque já o disse até antes de o conhecer.

Porém, há matérias sobre as quais em primeiro lugar estão os Açores. E a Sra. Deputada ainda não compreendeu que isso não quer dizer que em primeiro lugar esteja sempre o partido que aqui representa.

Estamos conversados sobre essa matéria, Sra. Deputada!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo pelo Sr. Presidente do Governo, porque estranho muito que tenha posto as coisas neste pé e do ponto de vista pessoal. E se é para entrar por esse caminho eu também sei entrar.

A Empresa de Electricidade dos Açores tem vários escalões de desconto para os seus funcionários. Descontos esses que estão consagrados no Estatuto da Empresa, negociados com os sindicatos. Não há excepção para ninguém.

Portanto, nessa medida tenho aquilo que o Estatuto prevê.

Muito estranho, porém, me parece que certos órgãos de comunicação social tenham acompanhado visitas particulares, pseudo-oficiais, de pessoas que eu gostaria de não referir nesta Câmara, mas que o Sr. Presidente me obrigou a fazê-lo!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): A Sra. Deputada não percebe nada disso!

A Oradora: Refiro-me a deslocações pagas pelo erário público!

Deslocações da Televisão e da RDP e outros jornais, para acompanharem a esposa do Sr. Presidente do Governo a Salsburgo, que entretanto faz parte de alguns grupos de trabalho, para que se justifique a sua ausência ou a sua permanência, umas vezes na Presidência do Governo, outras vezes na Biblioteca Pública.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Errou no alvo!

A Oradora: Tenho imensa pena de ter que referir isto nesta Câmara!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Vai deixar de ter pena quando ouvir a explicação!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não há explicação!

A Oradora: Acredite que é verdade!

Não há explicação.

O povo dos Açores não compreende o seu rigor.

Não compreende a sua contenção.

Não compreende que se pague equipas da Televisão e da RDP para acompanharem seja quem for, muito menos a esposa do Presidente do Governo!

Não por ser ela, mas por ser "a esposa" do Presidente.

Nestas coisas da política, o que parece é!

E por mais explicação que dê, não há explicação possível!

Quanto ao interesse dos Açores... só agora é que o Sr. Presidente percebeu isso?!

Só agora é que percebeu que a Lei de Finanças Regionais é uma questão de todos os partidos...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Mas acha que eu recebo lições de si sobre essa matéria?!

A Oradora: ... com assento nesta Assembleia?!

Só agora percebeu que nós temos aqui 24 deputados?!

Só agora percebeu que é indispensável a concorrência e o esforço desta bancada para se conseguir uma Lei de Finanças Regionais com interesse para os Açores?!

Pensou que conseguia o sucesso sozinho!

Pensou o Sr. Presidente que conseguia trazer para os Açores uma Lei de Finanças Regionais que o condecorasse!

Infelizmente, as coisas não estão a correr tão bem como esperava!

Por isso a sua irritação, por isso a sua preocupação agora, com a nossa falta de empenhamento. Mas olhe que o nosso empenhamento vem de longe e tem declarações públicas, gravadas nesta Assembleia e em muitos outros sítios.

Portanto, não se trata do problema de interesse dos Açores.

Não é um problema de sentir os nossos problemas.

É um problema de fazer realçar que este processo foi mal conduzido.

Esta é uma Lei que precisa de dois terços, que precisa de ser debatida e que há muito devia ter sido trabalhada.

Olhe, Sr. Presidente, há pouco um dos agricultores que estava ali sentado - e se ele ainda ali estiver não me deixará mentir - disse que "o bolo antes de ser cozido, tem que ser temperado, senão ninguém o pode comer"!

Agora que ele já está quase cozido é que o quer temperar... já é tarde!

Quanto às informações dadas pelo Sr. Deputado Augusto Elavai na Comissão de Economia e Finanças, eu estive lá presente, assim como estiveram todos os outros deputados que fazem parte dessa Comissão.

Portanto, eu não disse que ele tinha afirmado que a Lei era um insucesso.

O que eu disse foi que de acordo com a lei formulada - e essa formulação é que nos foi fornecida por ele - a Lei, na minha perspectiva, é um insucesso.

E é um insucesso, porque as expectativas foram muito elevadas, pois os senhores é que elevaram a parada!

E foi isso que eu quis demonstrar, porque trata-se de um "marketing" político!

As expectativas foram criadas junto dos açorianos, não foram para os negociadores!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Mas não foi isso que disse!

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Não foi isso que a Sra. Deputada disse!

Peça a transcrição dessa parte e veja!

Não ponha agora água benta, porque não foi isso que disse anteriormente!

A Oradora: E a única conclusão a que os açorianos podem chegar neste momento, é que estão desiludidos com as negociações levadas a cabo por este Governo.

É esta a questão.

O que eu disse está gravado. E além de estar gravado, está escrito e eu posso demonstrar-lhe.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Então leia para a gente ouvir!

A Oradora: Quer que eu leia?! Posso fazê-lo, não tenho problema nenhum!

Ah, tenho muita pena, mas nós temos pouco tempo.

Muito obrigada.

(Risos das bancadas do PS e do Governo).

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas duas palavras para explicar uma situação aqui levantada pela Sra. Deputada Berta Cabral.

Na verdade, quem foi a Salsburgo foi uma funcionária da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, que por acaso é a esposa do Sr. Presidente do Governo...

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Diga isso ao povo dos Açores!

O Orador: ... e foi a Salsburgo por sugestão minha, acompanhada pelo Director Artístico do festival que vai acontecer, por se dever a uma operação que eu considero de grande importância internacional, porque levou o nome dos Açores a toda a Europa, através de um conjunto de canais de televisão e de cobertura total da Europa, que jamais tinham falado nos Açores.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Mas desde quando é que os funcionários têm o direito de levar a comunicação social?!

O Orador: A Televisão foi paga e a deslocação foi paga pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais, por decisão do Secretário da tutela.

Não teve nada a ver com a esposa do Sr. Presidente.

Ela foi lá, porque é funcionária da DRAC.

Espero que este assunto tenha ficado bem esclarecido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois do fiasco...

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Na sua perspectiva!

O Orador: ... e do contra-ataque da Sra. Deputada Berta Cabral...

(Risos da bancada do PSD)

... eu ainda tenho a acrescentar o seguinte, para que se torne claro, por causa das suas declarações piedosas:

Nem o Governo, nem o Partido Socialista e muito menos o Presidente do Governo, alguma vez desprezaram, ora agora ora na oposição - como outras pessoas podem aqui testemunhar, pois a Sra. nem é desse tempo! - a unidade entre particularmente os dois principais partidos, porque ela assim era necessária para esses efeitos, com vista a processos como a Revisão Constitucional, a Revisão do Estatuto Político-Administrativo e a Lei de Finanças Regionais.

Nunca, nunca, essa colaboração foi posta em causa, em nenhum momento, até hoje!

Nem sequer em todos os discursos que eu proferi até hoje, desde que sou Presidente do Governo!

É falso que tenha colocado qualquer partido político fora do âmbito da Lei de Finanças Regionais!

Por duas razões:

Primeiro, porque qualquer partido político com assento nesta Assembleia, está representado na respectiva Comissão, através do modo como entendeu conveniente, ou seja, através do Presidente da Comissão Parlamentar de Economia.

Em segundo lugar, porque eu tive oportunidade de pedir a todos os líderes dos partidos políticos (os líderes, repito), para que fossem conversar comigo sobre, entre outras questões, esta matéria.

Em terceiro lugar, porque ainda recentemente voltei a escrever a todas essas pessoas, para nos encontrarmos proximamente, para fazermos um balanço daquilo que está a fazer o grupo de trabalho e daquilo que entendem que no âmbito das conversações entre o Governo Regional e o Governo da República, nós devemos fazer. Porque acho que também é bom nós sabermos o que é que pensam sobre aquilo que nós devemos, pois este é um assunto de todos nós.

Eu sempre disse que existem três matérias sobre as quais é indispensável a unidade de todos. E sempre as mencionei. A saber:

- Revisão Constitucional;
- Questões no âmbito da União Europeia, designadamente a revisão do Tratado de Maastricht;
- Lei das Finanças Regionais.

Não há discurso meu em que V. Ex^a. não encontre esta referência permanente.

Se se refere ao facto de estar a faltar algum diálogo entre o PS e o PSD no que diz respeito ao Plano e ao Orçamento, tenho que lhe dizer que é verdade e que corresponde a uma opção da minha parte, a qual se fundamentou naquilo que eu disse: em virtude de declarações indicativas de um voto prévio feitas numa entrevista ao jornal "Açoriano Oriental" pelo líder do PSD, eu considerei que não tinha que conversar com pessoas que tinham uma posição pré-concebida sobre estes documentos.

Evidentemente que já ouvi depois uma posição de um dirigente do PSD, mais ou menos semelhante, outra posição de outro dirigente, mais ou menos diferente. Mas isso não são "contas do meu rosário"!

Presidente: Sr. Presidente, está no fim dos seus 3 minutos.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

A unidade é **indispensável**, sobre estas matérias.

Devo dizer-lhe que , enquanto a Sra. Deputada estava aqui a intervir, eu estava ao telefone com o Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira, falando sobre a Lei de Finanças Regionais e sobre posições que nós devemos assumir em conjunto e também sobre diligências que nós devemos fazer no âmbito dos nossos partidos, para que os Açores e a Madeira ganhem esta batalha.

Há uma grande diferença na dimensão cá por baixo onde a Sra. Deputada está a colocar estes problemas e sobre as preocupações bem mais gerais e mais intensas que eu sinto sobre matérias como esta.

Sabe, Sra. Deputada, estou há muitos anos na actividade política.

Deputada Berta Cabral (PSD): O mal é esse!

O Orador: Dediquei a minha vida à actividade política.

Prescindi da minha vida para o serviço público.

Não me verei a mim próprio atraiçoar aquilo que atribuí como finalidade à minha actuação cívica.

Não é a Sra. Deputada quem me vai dar lições sobre a minha postura cívica e sobre o meu empenho na defesa dos interesses dos Açores!

Poderá sempre dizer, aqui ou ali, que eu não tenho razão ou que estou errado. E certamente terá razão V. Ex^a. muitas vezes. Provavelmente já o teve, provavelmente o terá também.

Mas o meu empenho sobre estas matérias, não o coloco - do ponto de vista da minha consciência - como algo que seja discutível.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É curioso como é que em todos os nossos discursos, o PSD mostra o maior empenhamento na Lei de Finanças Regionais, como em todos os discursos se mostra todo o empenhamento na mesma lei, não se excluindo ninguém, e ao fim e ao cabo... nunca convergimos nesse caminho - é estranho!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Onde é que não convergimos?!

A Oradora: Sr. Presidente do Governo:

Receber o PSD, **uma vez**, no Palácio de Sant'Ana para falar de Finanças Regionais, não é discutir com o PSD o problema da Lei de Finanças Regionais!

Não é discutir com o PSD a solução para as Finanças Regionais dos Açores!

É uma conversa sentados num sofá!

Eu estou habituada a trabalhar numa mesa, com papel e lápis!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Eu pedi a vossa contribuição!

A Oradora: Não pediu, porque se tivesse pedido eu tinha o feito, com todo o gosto!

A questão é esta e a diferença é esta: é que eu trabalho com papel e lápis, sentada à mesa! Não com conversas de sofá no Palácio de Sant'Ana, num daqueles salões de estar.

Portanto, é com pena que o PSD vê as coisas encaminharem-se desta maneira.

A diferença entre o PS nos Açores que é Governo, e o PSD na Madeira na Madeira que é Governo, é que o PSD da Madeira não tem alternativa. Mas os senhores é que propalaram um diálogo privilegiado com o Governo da República, não fomos nós nem foi o Dr. Alberto João Jardim!

A diferença é essa!

Quem prometeu em campanha eleitoral que resolvia os problemas das Finanças Regionais, foram os senhores. E quem não está a fazê-lo também são os senhores!

A diferença continua a ser essa.

O Dr. Alberto João Jardim faz o que pode com o Governo que é socialista e ele não é!
Presidente do Governo Regional (Carlos César): Já está a dar bons frutos!

A Oradora: O Sr. Presidente do Governo é que disse que dois governos da mesma cor se entenderiam com certeza e resolveriam todos os problemas! Nós estaremos cá para ver!

E foi esta a questão que eu ali disse e foi esta a questão que foi relevada.

Portanto, estamos cá para ajudar!

Mas não estamos cá para sermos marginalizados e sermos chamados a intervir no fim, para avaliar as soluções que os senhores encontraram!

Desculpe-me, mas isso não faremos!

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias.

Deputado Norberto Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria voltar um pouco atrás para perceber algumas contas que me escaparam.

O documento que eu tenho sobre o Plano de 1993/96, na sua página 143, tem previstos para a Habitação 6 milhões 720 mil contos.

Eu agradecia que a Sra. Deputada Berta Cabral me explicasse como é que, a custos de 1997, estes 6 milhões 720 mil contos passam para 10 milhões.

E agradecia também que tivesse em conta, nas suas somas, a verba prevista para o INH que rondará os 4 milhões de contos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Norberto Messias está a ver o P.M.P. 1993/96 que entretanto foi consagrado em planos e em execuções posteriores.

Portanto, neste momento, temos que falar daquilo que se passou efectivamente e não daquilo que se planeou em 93. Ou seja, some aquilo que se executou, actualize para 1997 e verá que as contas estão certas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para uma intervenção muito breve sobre estas matérias que têm vindo a ser discutidas.

Em primeiro lugar, Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos:

Há sempre um depois!

Há sempre alguém na vida que conserta o que está mal feito.

Nunca nesta Casa se ouviu o PSD, nem agora nem antes, enjeitar o que foi feito.

E quando estávamos sentados nessa bancada assumimos os erros!

E assumimos as nossas deficiências e as nossas limitações!

O que nos pusemos foi "nas tamanquinhas", como se fôssemos os únicos e exclusivos possuidores da verdade!

O Sr. Presidente do Governo vai a retirar-se, mas eu não posso deixar de me referir à sua última intervenção.

Ouvi a intervenção do Sr. Presidente do Governo, relativamente à unidade.

Bom, também eu penso que à volta dos interesses dos Açores tem que se considerar a maior unidade possível das forças políticas. Também não nego que ao longo destes 20 anos de Autonomia, na maior parte dos casos, assim tem acontecido.

Mas é preciso que nestas condições, tal como disse há pouco a Deputada Berta Cabral, cada entre um no seu momento e lugar próprios e em cada momento as pessoas se sintam participantes de um processo que é do interesse regional no seu conjunto.

Não se pode vir pedir aval, a quem entra no fim ou é chamado apenas a entrar no processo final.

A Assembleia tem consciência de que há um representante desta Casa na Comissão, que já uma vez aqui deu conta desses trabalhos, que já discutimos aqui uma vez esse assunto e de que foi possível encontrar, nessa situação e dentro desta Casa, espaços de consenso que não são negados.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Então?!

O Orador: Agora, Sr. Presidente, o que é preciso e o que está em causa é - e foi para isso que a Sra. Deputada chamou a atenção, por isso é bom que não escamoteamos - o fruto político que se tira a cada momento do andamento desse processo.

E aquilo que aqui se tem procurado trazer é que esse trabalho e aquilo que está a ser conseguido é obra do Partido Socialista e agora que no final do processo as coisas não estão tão bem encaminhadas como parecem, já se entra numa espécie "low profile", clamando pela unidade e clamando pela ajuda.

Estamos dispostos a ajudar, estamos dispostos e sempre lutámos pela unidade.

Não deixaremos de fazê-lo agora.

E já agora, Sr. Presidente se me permite, com a antiguidade que tenho nesta Casa e com aquilo que tenho visto ao longo dos anos, também deixe-me que lhe diga que não aceito lições, nem de tolerância, nem de convivência, nem de democracia, como aquelas que V. Ex^a. há pouco quis servir à bancada do PSD!

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Não foi propriamente à bancada do PSD!

Presidente: Está no fim do seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Eu já acabo, Sr. Presidente, disciplinadamente, porque julgo que todos nesta Casa temos direito a 3 minutos e só.

Peço à Mesa é que esses 3 minutos sejam iguais para todos.

Presidente: Sr. Deputado, eu costumo chamar a atenção, tolerando algum prolongamento - aproveito já agora para esclarecer isso - uma vez que as pessoas estão em utilização de tempo próprio. Mas, por uma questão de disciplina, chamo sempre a atenção para os 3 minutos.

No entanto, se querem que os 3 minutos sejam respeitados a rigor como se fossem tempo de outras intervenções, também posso fazer isso. Mas tem-se admitido essa tolerância de algum minutos ou de alguns segundos, porque as pessoas estão gastando tempo que lhes é descontado no seu tempo global.

Esse tem sido o critério seguido.

O Orador: Eu diria, arrimando-se da história, de que em matéria de tempo de tolerância, eu já dei provas ao longo de alguns anos nessa cadeira.

Presidente: Com certeza.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Madruga da Costa:

Espero também não exceder os 3 minutos, embora conte com a tolerância do Sr. Presidente, pelo menos equivalente àquela que tinha o Sr. Deputado quando eu era gostosamente Vice-Presidente dele. Aliás, estabelecemos sempre um convívio que, felizmente, não sofreu qualquer alteração para pior, bem pelo contrário, pelo que não lhe quis dar lições de qualidade nenhuma.

Apenas reporteime-me àquilo que, em bom rigor, posso em consciência dar a quem eventualmente não tenha a consciência daquilo que tem sido o passado.

Eu gostaria de dizer, por outro lado, que o PSD não está a entrar no fim deste processo.

A primeira audiência que nós tivemos foi para pedir aos partidos que nos fizessem chegar os seus pontos de vista.

Porquê?

Porque tínhamos um representante do Governo no grupo de trabalho, ao mesmo tempo que havia um representante da Assembleia nesse mesmo grupo de trabalho.

Além disso, a Assembleia acompanhou sempre e o PSD também - só não sabe o que não quis saber - toda a evolução dos trabalhos desse grupo, pois poderia sempre fazê-lo através do seu representante.

Portanto, em nenhum momento pode invocar qualquer desconhecimento, excepto se tiver usado de desleixo ou menos interesse nesta matéria.

Em segundo lugar, devo dizer que falei várias vezes com muitas pessoas sobre a Lei de Finanças Regionais. Essa matéria, aliás, tem sido discutida, é matéria que consta dos próprios programas dos partidos que se apresentaram nas últimas eleições à Assembleia. É, de resto, do conhecimento do grupo de trabalho, do Governo da República, porque, minuciosamente, o meu gabinete sempre procedeu à entrega de todas as questões relacionadas com esta matéria, para esse âmbito.

Nós não estamos no fim dos trabalhos, bem pelo contrário.

O que aconteceu foi que o grupo de trabalho terminou os seus trabalhos (antes do tempo até que lhe tinha sido ultimamente atribuído) e a matéria agora transita para o Ministério das Finanças e dentro dos diversos Ministérios, para o gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, para depois ser transformada em proposta de lei.

Portanto, existe um espaço agora entre, ele próprio, numa discussão e num confronto pedagógico que é importante, e o Governo Regional da Madeira ao mesmo nível com o Governo da República, para que esta proposta de lei seja boa.

Mas vou dizer-vos com muita franqueza: eu acho que o assunto está muito bem encaminhado!

Tão bem encaminhado que quem critica a Lei de Finanças Regionais é quem nós sabemos!

Por isso o assunto não está mal encaminhado. Mas é preciso cerrar fileiras, para que uma cultura que nós conhecemos, que faz carreira em órgãos de comunicação social, particularmente a nível nacional, seja travada por um movimento pedagógico dentro dos nossos partidos, por um movimento também de persuasão do ponto de vista da comunicação social, etc.

Isto implica cerrar fileiras e neste período, tentar que esta lei que depois irá para a Assembleia da República, já esteja mais próxima de todos nós, para que não tenhamos trabalhos redobrados na Assembleia da República sobre esta matéria.

Presidente: Sr Presidente, agradecia que procurasse terminar, porque está no fim do seu tempo.

O Orador: É verdadeiramente agora que a questão se está a colocar com a maior crueza e no seu percurso mais decisivo.

Até agora, correu tudo bem.

A Lei de Finanças Regionais não é obra do PS. A não ser que considere que estão representados três governos, 2 do PS e 1 PSD. Mas até não é nada disso.

Nós tivemos uma colaboração excelente com a representação da Assembleia Legislativa Regional da Madeira e com o Governo Regional daquela Região e estivemos sempre em conjugação, para que o resultado fosse bom.

Não houve propostas de partido nenhum, quer dos Açores quer da Madeira. Tentámos que tudo acontecesse da melhor forma possível. E eu acho que embora pudesse defender, isso oportunamente será feito, por isso é que eu não quero adiantar pontos de vista sobre a Lei de Finanças Regionais, porque senão de duas uma: ou falo com os partidos políticos para alguma coisa, ou não falo.

Se falo com os partidos políticos sobre essa matéria, não tenho necessidade de andar a avançar pontos de vista sobre a Lei de Finanças Regionais, nem faria sentido fazê-lo.

Por isso, acho que só devo fazer esses comentários sobre a lei, em rigor ou em concreto, depois de nós todos conversarmos sobre este assunto.

É assim que eu tenho tratado este assunto.

A Lei de Finanças Regionais há-de ser uma lei, boa ou má, desta geração de açorianos que está representada na Assembleia Regional, tanto do Partido Comunista, como do Partido Socialista, tanto do Partido Popular como do Partido Social Democrata.

Que fique absolutamente claro!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não quero entrar em grandes pormenores sobre a Lei de Finanças Regionais, porque já percebi que o Sr. Presidente do Governo não quer também.

No entanto, não posso deixar ficar aqui a ideia de que as coisas estão a correr muito bem e que eu sou o "arauto da desgraça".

Por isso, tenho que fazer algumas perguntas.

A pergunta que eu faço é a seguinte:

Está o Sr. Presidente satisfeito com uma lei que não é mais do que a transposição do protocolo de reequilíbrio financeiro, aprovado com a Madeira, no tempo do Prof. Cavaco Silva, para as duas Regiões Autónomas?! Acrescido, depois, de um fundo de coesão que pode ou não resolver os problemas dos Açores que são redutores até da nossa capacidade de decisão no investimento?!

Indexar as transferências ao PIDAC, quando se sabe que o mesmo tem montantes de investimento unilateralmente estabelecidos pelo Governo da República, que com o aumento de competências dos municípios, eventualmente com a regionalização, pode vir a ser cada vez menor? É isso que resolve o problema dos Açores?!

Indexar as transferências a uma grandeza que nós não dominamos e que é dominada exclusivamente pelo Governo da República, é estar bem encaminhado?!

Impor limites ao endividamento?! Impor condições e querer pôr prazos para a revisão da própria lei?!

Eu não quero entrar em mais pormenores do que estes, mas reflecta bem, Sr. Presidente, e verifique que há ainda muito trabalho a fazer - aí estou de acordo consigo!

Há muito caminho a percorrer e há muito trabalho a fazer. Porque se ficar como está, é de facto muito preocupante para os Açores!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Berta Cabral:

Para dizer apenas que discordo de algumas questões que afirmou em relação à Lei de Finanças Regionais, porque não é assim.

Por outro lado, gostaria de dizer que não é só minha. É também a perspectiva do Governo Regional da Madeira.

Portanto, de qualquer modo, esta Lei não resume apenas os aspectos que mencionou, nem se resume apenas a um problema de transferências financeiras directas.

Portanto, as suas afirmações só podem ser julgadas como alguns aspectos da lei de Finanças Regionais, que não sendo a sede da sua discussão, não têm por isso grande valor.

Presidente: Parece que podemos regressar às nossas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma intervenção.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Venho falar-vos da Ilha do Corvo.

Venho falar-vos da ilha mais pequena e mais isolada da nossa Região, talvez não com a propriedade de quem fala da ilha onde nasceu, vive e labuta mas, seguramente, com a legitimidade que o mandato regional nos confere para representar e defender todas as ilhas e todos os açorianos.

Outrora farol de muitas navegações, a ilha do Corvo vive hoje singulares apreensões confrontada com um mundo que lhe chega diariamente a casa pela televisão, onde se ouve falar de convergências, da moeda única, de directivas comunitárias e de tantas outras realidades globais e aparentemente distantes.

Vivendo num único povoado de ruas estreitas e empedradas, protecção para piratas e corsários, a população da ilha é hoje das mais envelhecidas dos Açores.

Com um tecido social pobre e homogéneo e com escassos recursos económicos e até culturais, abandonou-se algum comunitarismo existente até tempos ainda recentes, passando para um novo estágio de economias familiares autónomas.

Os valores comunitários que enformaram durante séculos a sociedade corvina, foram fortemente abalados nas últimas décadas sem que uma alternativa de princípios vivenciais fosse assumida plenamente em substituição.

Como em outras ilhas e lugares dos Açores, o Estado e a Administração são entendidos as mais das vezes como fonte inesgotável de recursos, traduzidos em subsídios que acabam por constituir uma espécie de rendimento mínimo garantido sem quaisquer contrapartidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É, contudo, necessário e urgente alterar profundamente esta situação, devolvendo aos açorianos e aos corvinos em particular, a responsabilidade de construir o dia a dia e assegurar o futuro de todos e de cada um, recuperando o valor do trabalho e da capacidade criativa.

Neste quadro, competirá à Administração Regional criar condições para o desenvolvimento, apoiando iniciativas, erguendo infraestruturas, racionalizando os

sectores de actividade, promovendo acessibilidades e fomentando a responsabilização de todos os agentes e cidadãos .

De entre muitas tarefas que incumbem à administração regional, destacamos dois tipos de intervenção que se revelam determinantes para a Ilha do Corvo, a nosso ver:

1 - Dotar as estruturas da administração no Corvo, de quadros próprios, responsáveis e tecnicamente capazes, que assegurem a dinamização necessária aos respectivos sectores, nomeadamente na agricultura, na pecuária, no ensino e na saúde.

2 - Intervir, de forma eficaz nas estruturas de transporte e comunicações por forma a quebrar definitivamente ancestrais problemas de isolamento, a melhorar os meios, a frequência, a qualidade e os custos.

O Plano e Orçamento para 1997 e o P.M.P. 97/2000 contêm Programas, Projectos e Acções há muito esperadas pelos Corvinos e que serão factor da maior importância para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida na Ilha do Corvo.

Entre outros, destacamos a Programa 2 relativo à Casa de Matança e à Queijaria, pretendendo-se com esta última o fabrico de um produto único e de alta qualidade, o Programa 18 referente à construção da Escola EB 1,2,3 Mouzinho da Silveira, o Programa 26 onde se prevê a construção da Casa Etnográfica e o Programa 33 que respeita às indispensáveis obras no Porto da Casa.

Para além destas, outras medidas não deixarão de ser prosseguidas por este Governo no que se refere a transportes e comunicações, saúde e segurança social, protecção civil e muitas outras que a solidariedade entre todos os açorianos exige e a modernidade impõe.

Recorde-se, porém, que estes documentos, embora constituam instrumentos da maior valia para a evolução das diversas actividades económicas e sociais das nossas ilhas, só terão real significado e valor, se forem complementados com o empenhamento, a vontade, o trabalho e a cooperação de todos os açorianos.

Na Ilha do Corvo também terá de ser assim.

Os Corvinos têm, pois, razões para estarem satisfeitos com os documentos que estamos a apreciar.

Os Corvinos, porque este Governo está de facto a renovar a esperança em todas as ilhas.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tinha pretensões de falar hoje, por razões de poupança de tempo que parecem ser óbvias.

No entanto, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Fernando Menezes e gostaria que a resposta fosse simples.

A bancada do Partido Socialista está disposta ou não a apoiar o acrescentamento do porto da Casa em 18 metros para o ano de 1997/98?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Monjardino:

Isso é o que se chama uma "estocada directa"!

(Risos da bancada do PS)

Naturalmente que essas questões dizem primeiramente respeito ao Governo.

Posso dizer-lhe que do ponto de vista da bancada do Partido Socialista, há toda a abertura para, em entendimento com o Governo Regional, efectuar essa obra que referiu.

Presidente: Vamos voltar às inscrições. E eu queria chamar a atenção para o facto de que neste momento, além da meia dúzia de inscrições do PS, só tenho uma inscrição do PSD.

Tem então a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Dois documentos — espero, que depois das rectificações necessárias se transformem em elementos de capital importância, para a continuação do desenvolvimento dos Açores, iniciado com o advento da democracia Portuguesa e das Autonomias das Regiões Insulares — Proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores e Plano a Médio Prazo 1997-2000, agora estão sendo debatidos.

Permitam-me o ensejo para vos relembrar a difícil situação, que mais ao ocidente vivemos:

Na Agro pecuária, que ocupa cerca de 18% da população activa da Ilha das Flores, média significativamente elevada, a situação é quase dramática, se não vejamos:

O pagamento do leite aos fornecedores está com um atraso de mais de meio ano.

A fábrica de lacticínios da União das Cooperativas Agrícolas da Ilha das Flores, com um passivo bancário que ronda os 100.000 contos, se não for rapidamente apoiada financeiramente, aliás, como prometido, não resistirá por muito mais tempo.

Os caminhos de penetração, sendo poucos, muitos deles estão praticamente intransitáveis.

O preço da carne, como é do conhecimento geral, tem vindo a descer acentuadamente, o que aliado, em termos relativos, ao elevado custo dos factores de produção e de exportação, provoca nas explorações situações de difícil subsistência.

O matadouro tarda em iniciar-se, continuando-se a exportar a carne, no invólucro mais caro do mundo "a pele".

Nas pescas:

A reparação e outras obras de alguns portos, sobretudo os de Ponta Delgada das Flores onde os pescadores só conseguiram ir para o alto, durante o ano em curso, três ou quatro vezes, o Porto velho de Santa Cruz, o das Poças que ameaça ruir a qualquer momento, o das Lajes e o da Fajã Grande, são urgentes e prioritárias.

Há que encontrar solução para exportação de pescado, que apesar de não ser muito, fica frequentemente parado no Aeroporto das Flores, por falta de capacidade da transportadora aérea, SATA, isto com consequências negativas que seria fastidioso enumerar.

A fiscalização marítima anda pela rua da amargura e é frequente a utilização do trolen por traineiras a menos de uma milha da costa, provocando nos stocks de peixe, considerados até há algum tempo, dos melhores dos Açores, estragos irreparáveis, levando mesmo à extinção de algumas espécies.

No Turismo:

Considerada por muitos uma das mais belas, de entre as mais belas ilhas dos Açores, as Flores, necessita urgentemente de ser mais promovida no exterior, até porque a sua oferta em unidades hoteleiras e semelhantes é abundante.

Há que apoiar os empresários turísticos das Flores, não só através da "Lei Mateus", que pelos vistos não funciona, mas encontrando outros incentivos que lhes permitam resistir à "Occidentalidade".

Há que dinamizar o Posto de Turismo na Ilha das Flores.

No Comércio:

O custo elevado para descarga de contentores e o transporte de alguns congelados e frutas, que tem de ser efectuado por via aérea, reflectem-se não só no comércio local, com margens de comercialização inferiores, afectando também, com é óbvio, os consumidores.

Há que divulgar melhor os diversos incentivos que possam beneficiar tão importante área na economia Florentina.

Nos transportes e comunicações:

Há que dotar a empresa local, de meios materiais e financeiros, para que as viagens marítimas Flores/Corvo/Flores, sejam regulares e não dependentes da quantidade de passageiros. Aliás esta medida seria também muito importante para o desenvolvimento turístico das duas ilhas.

Aqui não posso deixar de manifestar o meu apreço pelas medidas adoptadas, com a aquisição de uma embarcação, que rapidamente e com boas condições de bem estar, escalará algumas ilhas da Região, como também não posso deixar de lastimar que as Flores e Corvo tenham ficado de fora.

A recuperação da rede viária em toda a ilha é urgente.

O cabo de fibra óptica é importantíssimo, para que possamos dispor de telefones em condições, de acesso à Internet com qualidade e aos mesmos preços das outras ilhas e ainda para que não estejamos sujeitos a ver só a RTP Açores, cujas notícias e reportagens sobre as Flores, são raras e curtas.

Sucintamente, procurei falar nas principais áreas, ficando por fora, pela sua dimensão e acrescidas dificuldades, a Educação e Cultura, a Habitação, a Saúde e a Energia, assuntos que proximamente explorarei nesta Assembleia.

Quanto ao orçamento para 1997, sendo certo que para a ilha das Flores estão estimados cerca de dois milhões de contos, o que em termos comparativos não era de todo mau, porém, sendo também certo que uma substancial fatia daquela verba se destina às reparações provocadas pelos temporais, acho que é significativamente pouco, para quem tem tantas necessidades, pelo que aquele documento não me parece defender os interesses da Ilha das Flores.

Relativamente ao Plano a Médio Prazo, 1997-2000, entendo que não é inovador sendo pouco explícito, pelo que não contribuirá certamente para uma política de desenvolvimento conjunta dos Açores, que todos esperávamos.

Disse.

Muito Obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para dar um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado José Francisco Fernandes, relativamente ao atraso no pagamento do leite.

É que agora estão seis meses em atraso. Há um mês atrás estava em atraso 1 ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, o Sr. Deputado do Partido Socialista fala nos atrasos dos pagamentos da União de Cooperativas das Flores. Só que eu penso que, pelo facto de se ter passado de um atraso de 12 para 6 meses, não poderá satisfazer aqueles que aqui representam também aquela ilha.

Na realidade, o que está em causa é um saneamento financeiro que é necessário ser feito.

Aliás, eu estava à espera do Sr. Deputado Herberto Rosa vir criticar o Sr. Deputado do PSD, pelo facto do partido dele ter deixado a União de Cooperativas com um "buraco" de 120 mil contos, porque isso é que é o fundamental. Ou seja, este "buraco" da União de Cooperativas não é por culpa do Governo actual, nem é culpa das promessas que foram feitas por este Governo Regional aos agricultores das Flores. É, sim, culpa de toda uma situação daquela União de Cooperativas que já tem cerca de 1 ano e meio.

No entanto, "a criança nasceu" e neste momento está nos braços dos agricultores das Flores.

Portanto, a minha intervenção é no sentido de fazer um apelo para que se pense, neste momento em que se está a discutir o Plano e o Orçamento, de um modo muito sério no saneamento financeiro daquela empresa que de facto, em meu entender, é fundamental. E, repito, não é culpa daquele Governo que ali está. É a consequência de toda uma situação muito complexa, é culpa de incentivos que foram prometidos e não foram dados no passado, é culpa de toda uma situação que, tal como já referi, tem 1 ano e meio.

Porém, isso não impede que se pense agora muito seriamente no saneamento financeira daquela União de Cooperativas, esse sim, aspecto fundamental para a Ilha das Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa para mais esclarecimentos.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas mais um esclarecimento sobre esta questão.

Eu referi a diferença de atraso verificada no último mês de cerca de 1 ano de atraso para 6 meses, para demonstrar que em primeiro lugar - e pensei que isso estaria subentendido das minhas palavras - não foi este Governo que provocou esse atraso de cerca de 12 meses, pois este Governo não tem ainda 1 ano de existência.

Em segundo lugar, pretendi relevar que este Governo encetou um esforço no sentido de fazer o saneamento financeiro da União de Cooperativas das Flores e para regularizar os respectivos pagamentos do leite aos produtores que é, quanto a nós, a única forma de viabilizar a continuação daquela empresa. Uma vez que o problema não está ao nível do escoamento dos produtos, mas a montante, estará sim em termos de quantidade de leite para laborar.

E mais não disse, porque para mim basta a afirmação pública do Sr. Secretário Regional de que não vai deixar cair os lacticínios das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para uma intervenção.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Embora não sendo um dos sectores com maior projecção económico-financeira, no âmbito deste PMP 97/2000, documento orientador da política de investimentos do Governo Regional até ao fim deste século, a cooperação entre o Executivo Regional dos Açores e as Autarquias Locais, Municípios e Freguesias, merece uma cuidada atenção da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o que, aliás, sempre foi nosso apanágio nas abordagens políticas que ao longo dos últimos anos, temos feito aos Planos Regionais, anuais ou de médio prazo.

Tudo nos leva a crer que novas competências venham a ser cometidas às autarquias locais, na Região Autónoma dos Açores, como aliás também se perspectiva já a nível

nacional, a brevíssimo trecho. Embora esta não seja uma matéria a tratar e aprofundar nesta fase, é nossa convicção e nunca será demais referir, que o estudo e aprofundamento destas matérias - **transferência de novas competências da Região para os Municípios** - acompanhadas das necessárias e indispensáveis verbas, deverá passar por um amplo consenso, das diversas partes envolvidas, Governo e Autarquias, culminando com um **profícuo debate e a aprovação de legislação própria**, no seio desta Assembleia.

Sabemos também que este Governo Regional comunga destas mesmas preocupações o que se tornou suficientemente claro para quem, como nós, acompanhou atentamente os trabalhos do último encontro de Presidentes de Câmara e Assembleias Municipais, organizado recentemente pela D.R.O.A.P..

Ao contrário do que, algo maldosamente, alguns sectores políticos têm feito querer constar, foram então, claramente definidos, pelo Sr. Secretário Regional da Presidência, que tutela aquela Direcção Regional, bem como pelo próprio Sr. Director Regional, os parâmetros orientadores, do diálogo pretendido, nesta nova fase governativa, entre o Governo Regional e a Associação de Municípios dos Açores, de modo a se concluírem, melhorarem ou alterarem os trabalhos realizados, pelos diferentes grupos criados com a participação de todas as autarquias da Região e aquela Direcção Regional, no âmbito de um protocolo há mais de dois anos assinado, entre o Governo Regional de então e os Municípios da Região.

Atendendo à recente aprovação de legislação nacional, a que acima já nos referimos, que comete novas competências às Autarquias, é nosso entendimento que, só agora, estão reunidas as condições para se reatarem aqueles trabalhos entre o Governo e a Associação de Municípios dos Açores.

Que fique este pequeno registo pois, não pactuamos, nem nos interessa alimentar quaisquer querelas políticas estéreis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sr. Secretário:

No âmbito do P.M.P. e no que se refere à Cooperação Governo Regional/Autarquias, ressaltam algumas medidas que nos apraz realçar:

- Cooperação a nível de recuperação do parque escolar degradado;

- Protocolos com as Autarquias Locais nos domínios dos loteamentos, do realojamento e de recuperação de habitações;
- Cooperação financeira com os municípios;
- Cooperação financeira com as freguesias ;
- Cooperação técnica.

No que se refere à cooperação financeira com os municípios, é de **sublinhar** a informação dada pelo Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento em sede de Comissão, de que o Governo pretende estabelecer protocolos de cooperação mais favoráveis com instituições de crédito, no sentido de se conseguirem taxas de juros mais vantajosas para o Governo e para os Municípios.

Na área do saneamento - Aterros Sanitários ou melhor, Aterros Controlados, e segundo foi comunicado à Comissão desta Assembleia, competente nestas matérias, pelo mesmo Senhor Secretário Regional, **ultimam-se** os trabalhos de preparação do "dossier" que permitirá uma primeira candidatura da Região, ao Fundo de Coesão, superior a 2 milhões de contos e que contemplará os investimentos previstos e há muito reclamados, pelas Associações de Municípios de São Miguel, Pico, ou Terceira(2ª fase), ilhas estas carecidas, no todo ou em parte, desta imprescindível estrutura de protecção ambiental.

Estas são, pois, algumas, muito breves, referências ao tema "Cooperação Governo Regional/Autarquias", salientando-se ainda como facto relevante, que nos pareceres sobre o P.M.P. e no que concerne a esta temática, remetidos pelos diferentes Municípios, bem como pela respectiva Associação, e que deram entrada nesta Assembleia, não existe qualquer referência a este tema, pelo que somos levados a concluir, por exclusão de partes, que não há qualquer comentário negativo, ao que o Governo Regional apresenta como proposta de plano, nesta área.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

No quadro legislativo, estamos certos que, se poderá ir mais além, com a introdução, na legislação que regula os contratos ARAAL, de **normativos** que possibilitem o acesso a estes benefícios financeiros, de investimentos públicos dos Municípios, que não apenas os que são objecto de co-financiamento da União Europeia, através do

P.E.D.R.A.A.-II, como agora acontece, depois da aprovação do D.L.R. nº 6/95/A, de 28 de Abril.

Assim o defendemos num passado recente, esperamos consegui-lo, para bem duma **melhor saúde financeira** dos nossos Municípios.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques para uma intervenção.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Estamos hoje aqui, mais uma vez no centro nevrálgico do debate político que é esta Casa, a Assembleia Legislativa Regional.

Temos perante nós o Plano e Orçamento para 1997 e o Plano a Médio Prazo 1997/2000, que se encontram em discussão nesta Assembleia e que são instrumentos importantíssimos, cujos objectivos devem ser para maximizar as potencialidades Regionais, com a finalidade de desenvolver a Região Autónoma dos Açores, em todas as suas áreas, para assim poder contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do bem estar do nosso Povo.

Da forma como o Plano a Médio Prazo está enquadrado politicamente e tendo em conta os objectivos que tais documentos pretendem atingir, entendemos que "pecam" por defeito, ou seja, não têm os incentivos necessários para mobilizar os Açorianos, quer no aspecto social, mas principalmente no aspecto económico e muito em particular à Ilha de São Jorge, aquela que representa o círculo eleitoral que me elegeu.

Ao consultarmos estes documentos e no que se refere ao Plano e Orçamento para 1997, podemos classificá-lo apenas como um plano "Virtual", porque estamos a meio do ano de 1997 e não existe tempo "Real" para grandes execuções.

Em relação ao Plano a Médio Prazo 97/2000, é um documento que não corresponde de forma alguma, às expectativas criadas pelas crescentes promessas de alteração do modelo de desenvolvimento desta Região e da Ilha de São Jorge em particular.

Sabemos que durante estes dias de discussão se irá ouvir muitas vezes por parte dessa bancada - Sr. Presidente e Srs. Deputados do P.S. - expressões como:

"Heranças do Passado", "Consequência dos 20 anos de Governação PSD", etc. ..., já nos habituaram a esse discurso. Entendemos pois que o vosso DIÁLOGO, o vosso espírito de SOLIDARIEDADE e a vossa JUSTIÇA SOCIAL, afinal não vos saiu como pensavam, e só agora parecem começar a perceber que afinal "Governar não é só conversa", é preciso decidir e é aí que os Senhores tentam refugiar-se, branqueando o presente com discursos do passado.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Partido Social Democrata, orgulha-se daquilo que fez nos últimos 20 anos "e foi muito" e assume humildemente os erros que tenha cometido.

Esperamos pois que sirvam para os Senhores não os cometerem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Não estamos aqui para falar do passado, mas sim do presente e do futuro.

Nesta minha curta intervenção, gostaria de abordar apenas alguns sectores que considero fundamentais para o contínuo progresso e desenvolvimento da Ilha de São Jorge e que não se encontram contemplados nos documentos que aqui analisamos.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

O programa do Governo do Partido Socialista, aprovado nesta Casa, pelo PS e PP, no que se refere a este sector e com um subtítulo: RUMO AO DESENVOLVIMENTO, refere o seguinte: (passo a citar) " O Governo Regional dos Açores propõe-se criar as condições necessárias para que o mundo rural opte por um novo rumo de desenvolvimento" (fim de citação).

Mais adiante o mesmo documento refere: (passo a citar) "A opção do Governo Regional é reforçar prioritariamente as actividades competitivas ou potencialmente competitivas, garantindo à partida a suficiente dotação orçamental."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A dotação orçamental neste sector e no que concerne ao sector Cooperativo Leiteiro Jorgense, que é como todos vós sabeis o maior pilar económico da Ilha de São Jorge, é deveras insuficiente.

Se considerarmos a verba inscrita no Programa 1, acção 1.4 Saneamento Financeiro, comparada com a inscrita para o mesmo fim mas em outras Ilhas, entendemos que é discriminatória esta medida, prevendo-se que o Sector Cooperativo Leiteiro Jorgense irá passar grandes dificuldades durante os próximos quatro anos.

Os Jorgenses que durante a campanha eleitoral, tanto ouviram falar em 40 milhões de contos para a agricultura, tiveram as suas dúvidas, daí os resultados eleitorais naquela Ilha.

O Sector Cooperativo Leiteiro de São Jorge solicita apoio financeiro, não porque como alguns "iluminados", tentam fazer passar a ideia de que os dirigentes das Cooperativas são maus gestores ou corruptos, mas sim porque a grande maioria das Cooperativas têm feito grandes investimentos nas suas unidades de fabrico, quer em instalações, quer em equipamentos e nunca tiveram capacidade financeira de realizarem um fundo de maneo para poderem pagar o leite aos seus associados mais atempadamente.

TRANSPORTES

Na área dos transportes e em relação às estradas regionais, estes documentos contêm verbas que se limitam a dar continuidade à pavimentação das mesmas, sem nos trazer qualquer novidade em relação a Planos anteriores.

Em relação a portos, o Partido Socialista quando elaborou estes documentos, penso que se esqueceu de ler alguns panfletos que distribuíu em São Jorge, durante a Campanha Eleitoral.

Como por exemplo, onde está contemplado o porto do Norte Grande, o porto do Topo, o porto da Fajã de São João?

ESTAS ERAM PROMESSAS DO PARTIDO SOCIALISTA!!

Em relação ao Porto da Calheta que tem uma dotação de 150 mil contos, faço o seguinte comentário:

O Sr. Deputado do PS, eleito pelo Ilha de S. Jorge, em tempos que já lá vão, nesta Casa e sobre este assunto afirmava o seguinte:

"Quanto ao Porto da Calheta, aparece a irrisória quantia de 5 mil contos que serão possivelmente para substituir as lâmpadas e não para as esperadas obras de beneficiação".

Pois Sr. Deputado, após o que o Senhor tem defendido nesta Casa, depois de todas as acusações que fez a Governos anteriores sobre este assunto, depois de ter conhecimento e até parece-me que colaborou para a solução daquele problema, como Jorgense e Calhetense que é, permita-me que em tom de alguma graça lhe pergunte se esta verba para o porto da Calheta nestes próximos quatro anos é para comprar Postes e Candeeiros para as lâmpadas que segundo o Sr. Deputado em tempos disse já estariam compradas pelos Governos do PSD, ou é para de facto fazer algo de relevante no Porto da Calheta e resolver este problema de uma vez por todas?

Estamos convencidos que não é para resolver !!!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Outro sector que achamos deveras importante, para o desenvolvimento de São Jorge e principalmente no que concerne à criação de mais postos de trabalho é o Turismo.

Este Governo no seu programa, propunha-se entre várias medidas políticas, criar incentivos ao crescimento, modernização e acréscimo de competitividade da oferta hoteleira e de outros equipamentos, como o turismo rural ou de habitação, etc..

A triste verdade é que o programa nº. 8 - Sistemas de Incentivos ao Turismo - Promoção ao Investimento Privado, nem consta no Plano e Orçamento/97, nem no Plano a Médio Prazo 97/2000, para São Jorge.

O Partido Socialista também prometeu incluir no Plano a Médio Prazo 97/2000, o Porto de Recreio das Velas, mas pelo que parece, passadas as eleições esqueceram-se e nada vem mencionado nos referidos documentos.

Ainda dentro deste âmbito, lamentamos também, e nesta data o facto deste Governo Regional não ter viabilizado o projecto "TRIJET" nos moldes em que operou no ano passado, embora com algumas alterações, fruto da experiência de um ano.

Estamos certos que mesmo que resolvam o problema agora, já foram causados muitos prejuízos com cancelamentos de viagens por parte dos turistas, por não estar definida esta situação dos transportes.

O Governo Regional, na minha opinião tem que assumir de uma vez por todas os transportes marítimos de passageiros entre estas ilhas e deixar de tentar iludir a opinião pública de que este ano ainda não está resolvida a questão de um barco rápido por culpa de terceiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A política de Juventude, Emprego e Formação Profissional são também áreas importantíssimas para fixar os jovens à Ilha.

Em campanha eleitoral o PS prometeu apoios à criação de postos de trabalho para fixar estes jovens.

No entanto, no Programa nº. 20 - Juventude e Emprego, não se encontra desagregada qualquer verba para esta área, estando algures "agora em saco ROSA".

Sugerimos que o Governo Regional, na área da formação profissional dos agricultores, faça protocolos com a Escola Profissional da Ilha da São Jorge, evitando-se assim a construção de um Centro de Formação Agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Mais teria para dizer sobre estes documentos, mas como o tempo é pouco, deixarei para o debate mais algumas questões que com certeza, também serão abordadas pelos meus colegas de bancada.

Estava com a nítida convicção que este Governo, com que "Deus nos brindou" e que teve 20 anos para preparar um Plano e Orçamento e um Plano a Médio Prazo, apresentasse melhores documentos.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, pretendo prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Mark Marques, porque fiquei com a nítida sensação de que V. Ex^a. não estudou os documentos agora em apreço.

O Sr. Deputado Mark Marques, que há 4 anos atrás aprovou nesta Casa um plano dizendo que estava bem e com o qual estava de acordo (porque senão não o tinha aprovado!), vem agora dizer que está insatisfeito com esta proposta de Plano para os anos de 1997/2000.

Sr. Deputado:

Quero dizer-lhe, pois naturalmente não soube ler os números, que a proposta de P.M.P. 1997/2000 está contemplada com uma verba de 5 milhões 238 mil 247 contos, o que corresponde a um aumento, relativamente ao anterior P.M.P., de 65%. Porque o anterior P.M.P. - aquele com o qual o Sr. concordou e até aprovou! - apenas contemplava uma verba de 3 milhões 170 mil contos.

O Sr. Deputado Mark Marques veio para aqui dizer que ao nível da agro-pecuária, nomeadamente em relação a S. Jorge, o sector estava penalizado com esta proposta de P.M.P..

Ó Sr. Deputado:

Esta proposta de P.M.P. tem uma percentagem de aumento, em relação ao último Plano de Médio Prazo que o Sr. aprovou nesta Câmara, de 175%!

Melhor dizendo, o Plano a Médio Prazo que aqui aprovou na outra Legislatura, contemplava o sector económico com a verba de 752 mil 280 contos. Este que vamos votar favoravelmente, contempla o mesmo sector com cerca de 2 milhões 62 mil e 542 contos.

Refere-se V. Ex^a. ao porto do Norte Grande.

Pois eu digo-lhe que há 4 anos atrás, quando discutíamos a proposta de P.M.P. da responsabilidade do Governo PSD, e quando eu naquela tribuna defendia mais verbas para a beneficiação daquele porto, foi da sua bancada que alguém disse que eu estava simplesmente a satisfazer os caprichos de alguma clientela!

Sr. Deputado, no que se refere ao porto da Calheta, a verba de 150 mil contos para mim significa a vontade de um Governo em executar aquela obra, porque de facto é

uma dotação que já tem um valor bastante significativo para o objectivo que se pretende alcançar.

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: Relativamente ao Turismo, pelos documentos que tenho, quando o Sr. Deputado diz que nada consta em relação a S. Jorge, vejo que há aqui uma verba de 126 mil 567 contos.

Por tudo isto, fico com a ideia de que o Sr. Deputado não terá lido convenientemente os documentos que lhe foram entregues para depois aqui os discutir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques para esclarecimentos.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado acaba de me dar razão, quando eu na minha intervenção refiro que o Sr. tenta branquear o presente com discursos do passado.

O Sr. Deputado falou mais no Plano e Orçamento e P.M.P. de há 4 anos, que já foi discutido e votado - eu votei-o favoravelmente e em consciência - do que este Plano e Orçamento e P.M.P. de agora, apresentados pelo Governo que o Sr. Deputado suporta.

Eu já disse isto 3 mil vezes nesta Casa, já o disse algumas... 6 mil vezes em S. Jorge e o Sr. Deputado ainda não percebeu.

Em relação ao sector da agro-pecuária, o Sr. Deputado ouviu uma coisa que eu não disse.

Eu não referi que esse sector estava mal contemplado.

Eu falei apenas no sector cooperativo. E já agora, se calhar na sequência desta minha intervenção, o Sr. Secretário vai dar-nos alguma luz sobre isso, pois porque se fez de maneira diferente no Pico e nas Flores, os jorgenses estão com muita expectativa para saber o que é que vai acontecer na sua ilha.

Relativamente aos portos, concretamente o porto do Norte Grande e o porto do Topo, Sr. Deputado:

Se há 4 anos o Sr. Deputado teve a oportunidade de apresentar propostas (e apresentou-as efectivamente) não sendo governo, 4 anos depois o Sr. tem a melhor das oportunidades para ver realizados os seus sonhos de há 4 anos atrás.

Portanto, o Sr. Deputado não me acuse!

Entenda-se com o seu grupo parlamentar!

Em relação ao porto da Calheta, eu penso que mais algum colega desta bancada terá algo mais a dizer sobre isso. No entanto, eu quero dizer-lhe que quando estamos a falar de valores os quais o Sr. conhece bem, ter 5 mil contos ou 150 mil contos, é a mesma coisa que dizer "eu dou-lhe uma casa, só que ou bem que faço o alicerce ou bem que faço as paredes"!

Sr. Deputado:

Eu continuo "sem casa", porque não tenho tecto, janelas ou portas!

De boas intenções, Sr. Deputado, "está o inferno cheio"!

Quanto ao Turismo, eu não disse que não havia verbas nesse sector.

O que eu disse foi que não havia quaisquer verbas no apoio ao investimento privado.

Bom, das duas uma: ou a fotocópia do documento que o Sr. Deputado tem é diferente da minha, ou o Sr. tem falta de óculos...

(Risos da bancada do PSD)

... porque não está lá nada no apoio ao investimento privado.

Eu não vou usar mais tempo, porque temos pouco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para responder.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Mark Marques:

Apenas para mais um breve esclarecimento.

Tenho aqui na minha frente um comunicado assinado por V. Ex^a, referente à discussão dos documentos agora aqui presentes e que diz o seguinte:

"Educação

Na verba inscrita no P.M.P. é demais evidente que as ampliações e remodelações da escola GB 2,3/S das Velas e Calheta, e a construção da escola integrada do Topo, não são para este triénio".

Fica aqui provado mais uma vez que o Sr. Deputado não se preparou para este debate,...

Deputado António Meneses (PSD): Isso é uma ofensa!

Deputado Mark Marques (PSD): Está a mudar de assunto!

O Orador: ... porque os documentos ora em discussão contemplam 512 mil contos para esse objectivo.

Hão-de estar, como é óbvio, verbas disponíveis para a ampliação e remodelação da escola das Velas, bem como para a da Calheta e também estão lá as verbas para a construção da escola integrada no Topo.

Portanto, quem está aqui a jogar mal com estes elementos é V. Ex^a. e penso que adoptou um procedimento que, na minha opinião, não é o melhor, porque está a introduzir má fé nesta discussão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para uma intervenção.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria fazer uma saudação muito especial à Associação Agrícola de São Miguel, aqui presente, junto com a restante delegação de lavradores, muitos deles com prejuízos das suas vidas, vieram acompanhar de perto a discussão e aprovação desses documentos

No início da nossa intervenção parece-nos adequado tecermos algumas considerações, necessariamente breves, sobre a relação que pode, ou melhor, que deve existir entre aquilo que a praxe parlamentar denominou como intervenção de ilha e a função que estatutariamente é determinada para todos os deputados de representarem a Região Autónoma no seu todo e não apenas a ilha pela qual foram eleitos.

Neste aparente paradoxo reside, em nosso entender, uma das mais fortes vertentes para o reforço desta Câmara como ponto de encontro último, e por excelência, das nove ilhas do arquipélago, e para uma potenciação da nossa consciência de fazermos parte do mesmo povo, de comungarmos da mesma resistência e tenacidade em permanecer nestes nove pedaços de terra semeados no Atlântico, de sermos em suma, Região.

Se é certo que a referida abrangência está, quer em termos orgânicos quer em termos formais sobremaneira garantida, em termos substantivos ela deverá ser relembrada e reafirmada para que esteja **sempre** presente na mente não só dos que a personificam, mas também e talvez sobretudo, na daqueles que ela visa garantir, como estando integrados no todo regional.

Assim é, porque só na análise dos problemas e dos anseios de cada uma das ilhas, aqui trazidos pelos deputados por elas eleitos, só sua na apresentação aqui, e perante toda a Região representada nesta Câmara, a autonomia se revigora, a identidade como arquipélago se fortifica e a solidariedade entre todos os açorianos tem um forte impulso para a sua efectivação prática.

Claro está, e salvo melhor opinião, que o paradoxo é apenas aparente enquanto nesta Assembleia a consciência de sermos arquipélago prevalecer sobre a tentação de nos considerarmos apenas como um conjunto de ilhas.

A este propósito, parece-nos que aquilo que Antoine Saint-Exupéry, na sua obra "Terra de Homens" diz a propósito do ser humano em geral, poderá também ser dito a respeito da nossa condição do povo de um arquipélago.

E assim poderíamos, em jeito de adaptação, dizer:

Ser-se açoriano é precisamente ser-se responsável. É ter-se vergonha em face duma miséria que não parecia depender de si. É ter-se orgulho duma vitória que outros conquistaram. É sentir-se, ao colocar a sua pedra, que contribui para construir o mundo.

É neste entendimento que, tomo a liberdade e talvez até a ousadia, de julgar comum a todos aqui presentes, iniciaria então uma caminhada sobre as Propostas de Plano a Média Prazo 1997/2000 e Plano para 1997, no que à Ilha de São Miguel respeita.

Em termos de método de análise, parece-nos mais correcto seguirmos de perto a estrutura desses documentos, referindo assim as áreas relativas à Base Económica Regional e demais vectores de desenvolvimento económico Regional.

Em termos de cumprimento das expectativas geradas, tomaremos como ponto de partida, quer o Programa de Governo, quer os compromissos que foram assumidos pelo P.S./Açores para com a Ilha de São Miguel, sem contudo nos atermos apenas aos

objectivos fixados nesses dois documentos e tendo também presente, como é óbvio, as necessidades da ilha.

Começando pela Base Económica Regional que engloba a Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Florestal, temos que em relação a estas, e como algumas das medidas a destacar, a acção referente a Caminhos Agrícolas em que para 1997 está prevista uma verba de 77.150 contos sendo o previsto no P.M.P. de 417.150 contos; a aposta decisiva na Sanidade Animal e Vegetal, em cumprimento, aliás do que vem consagrada quer no Programa do Governo — pág. 3 1, Ponto 3 —, quer no Compromisso do P.S. para com a Ilha de São Miguel, consagrando-se para este projecto uma verba de 1.505.500 contos, dos quais estão previstos no Plano para 1997, a quantia de 582.750 contos a repartir por três acções. A saber: Infraestruturas Sanitárias, Sanidade Animal e Sanidade Vegetal.

Destas, a Sanidade Animal recolhe a maior parte com 541.750 contos no Plano para 97.

Tais medidas e tais montantes enquadram-se, a nosso ver, dentro duma lógica de consideração da sanidade animal como condição essencial para o assegurar-se a higiene e qualidade dos produtos finais, com a consequente melhoria de competitividade dos mesmos.

Ainda dentro da Agricultura, de salientar igualmente em termos de proposta inovadora em relação ao Plano de 1996, uma verba no Plano para 1997, no valor de 5000 contos a utilizar em Melhoramento Animal na Ilha de S. Miguel.

Constitui esta matéria a concretização do que, ao nível do Programa do Governo e dos Compromissos do P.S. para com S. Miguel se encontra estabelecido.

Nesta linha de actuação do Governo, não pode deixar de referir-se a acção Qualidade que no Plano para 97, para S. Miguel, encontra uma verba de 33.000 contos e no P.M.P. uma verba total de 132.000 contos.

Especial referência merece, em nosso entender, a consagração ao nível da acção da Rede de Abate Regional com uma dotação no P.M.P. de 1.537.177, contos em que 70 mil se encontram previstos para 1997.

Temos ainda, em cumprimento daquilo que ao nível do Programa do Governo — pág. 30 parafº. 1º — e do compromisso do P.S. para com S. Miguel, a consagração do

nível da acção da valorização profissional com uma verba de 10.350 contos para 1997, sendo a prevista no P.M.P. de 33.282 contos.

E não poderia terminar a análise, no que à Agricultura respeita, sem referir a efectivação do apoio às organizações de Produtores que, tendo no P.M.P. uma verba de 178.422, encontram em 1997 a afectação de 116.082 contos.

Concluo com uma referência expressa à Reforma Antecipada em que no P.M.P. se encontra prevista a verba de 106.000, tendo 1997 a quantia de 18.000 contos.

Ao nível das Pescas, salienta-se a acção " Estruturas Portuárias", cuja dotação para o P.M.P. é de 3.130.901 contos, sendo o previsto para 1997 de 176.845 contos.

Refira-se a este propósito o seguimento dado ao nível de planos do que vem previsto na pág. 33, ponto 5, do Programa do Governo.

Quanto ao Desenvolvimento Florestal, há ao nível do Projecto Infraestruturas e Equipamentos Florestais a atribuir no P.M.P. uma verba na ordem dos 655.600 contos estando previstos para 1997 a quantia de 30.600 contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Passando agora a outro vector de desenvolvimento temos, em relação ao Turismo a preocupação manifestada ao nível do estímulo da procura, através da promoção turística, com a afectação de 1.276.123 contos no P.M.P. e de 317.707 contos no Plano para 1997.

De salientar a previsão ao nível dos documentos agora em análise do Pavilhão de Exposições de Ponta Delgada e do Centro de Congressos, sem esquecer a actuação sobre a orla marítima de Ponta Delgada, totalizando estas acções o montante de 1.340.000 contos no P.M.P. e 100.000 contos no Plano para 1997.

Passando ao Sistema Rodoviário Regional, e no que a S. Miguel respeita, entre outros, temos três novos troços, a saber a variante Lagoa/Ponta Delgada, a variante a Vila Franca do Campo e a variante a Água de Pau, com uma dotação no Plano para 97 de 90.000 contos e no P.M.P. 2.823.200 contos.

Releve-se ainda, entre outras, mas com especial referência, a correcção e pavimentação do troço Portal do Vento/Sete Cidades com uma dotação já no Plano para 1997 de 5.000 contos, sendo certo que no P.M.P. está prevista uma verba de 290.000 contos.

Para além desta, e numa forma sumária, referência às pavimentações da E.R.P. Formoso/ Barreiros, Vila Franca/ A. D' Alto/ Pisão, Burgete, Ramal da Maia, Porto da Ribeirinha, Lombinha da Maia/Achada, Mosteiros/Capelas, Mosteiros/Ginetes.

Referência em relação a construções escolares, à construção das escolas EB/JI da Lagoa, EBI 2, 3 Maia, EB/JI de São Vicente, da ESG/B da Lagoa e intervenção em outras escolas tendo uma dotação no P.M.P. de 5.801.074, sendo a verba destinada a 1997 de 1.432.531 contos.

Por último e em relação à Saúde, refira-se a construção do Centro de Saúde da Lagoa com uma dotação para o quadriénio de 130 mil contos e estando prevista para 1997 a quantia de 30.000 contos.

Esta enumeração, apesar da aparência, não é de forma alguma exaustiva em relação a todas as matérias que quer o Plano a Médio Prazo, 1997/2000, quer o Plano para 1997 prevêm para São Miguel.

Para esta visão pormenorizada de todas as medidas previstas em dois documentos para a Ilha de São Miguel, temos a desagregação Territorial por Programas/Projectos e Acções.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aqui chegados impõe-se fazer um juízo global sobre os dois documentos no que a São Miguel respeita.

Assim julgamos que quer em relação ao P.M.P. quer em relação ao Plano para 1997 é possível e plenamente justificado, fazer-se um juízo positivo, fundamentado na coerência e na efectivação dos compromissos assumidos, quer na campanha eleitoral, quer no Programa do Governo.

É óbvio que qualquer um destes documentos não respondem por completo a todas as aspirações e anseios de São Miguel.

Afirmar o contrário seria contrariar a própria natureza humana de insatisfação permanente.

Contudo, algo que podemos afirmar com segurança é que, na conjuntura actual e ponderadas as necessidades da Ilha de São Miguel e as disponibilidades financeiras, o Governo, este parece ter conseguido algo difícil e que só por isso é já meritório:

aquilo que poderemos considerar um bom ponto de equilíbrio entre as capacidades e as necessidades.

Concluindo, e reafirmando que nem tudo está feito em São Miguel resta-me manifestar a satisfação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e em especial dos deputados por São Miguel, pela forma como as necessidades, anseios e aspirações desta ilha foram contemplados neste documento.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta oportunidade para felicitar a presença de um grupo de agricultores da Ilha de São Miguel que estão, de uma forma muito feliz, a providenciar um conjunto de contactos com os grupos parlamentares, com o Governo Regional e com a Assembleia, de uma forma geral, para apresentarem as suas preocupações. Bem hajam a esta Casa.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, gostei da sua intervenção descritiva sobre as dotações destinadas, nas várias acções dos programas, à Ilha de São Miguel, mas gostaria de colocar algumas questões.

Este Governo afirmou-se sempre por uma abordagem diferente, segundo a sua opinião, na resolução dos problemas estruturais da agricultura.

Uma das questões sempre levantada nesta Casa, prende-se com as infraestruturas agrícolas, designadamente os caminhos e o abastecimento da água.

O Sr. Deputado acha que com uma dotação de 32.500 contos, destinada ao abastecimento da água, e 77.150 contos aos caminhos agrícolas, o problema nestas áreas fica satisfatoriamente resolvido, no que diz respeito à Ilha de São Miguel?

Em relação à brucelose, o Sr. fez alguns comentários afirmando que agora tudo ficará resolvido. No entanto, gostaria de fazer uma referência.

É triste e é negativo que este documento oficial do Plano a Médio Prazo faça referência a um número exagerado, no meu entender, de abate de bovinos brucélicos.

V. Exa. faz referência concretamente a 10.320 bovinos.

Na minha opinião, independentemente da estratégia estar correcta no sentido de se avançar o mais rapidamente possível na resolução do problema da sanidade animal, é contraproducente, sabendo-se que o Governo vai actuar essencialmente ao nível da Ilha de São Miguel, criar a imagem de que há um problema grave e que está dimensionado sem qualquer base de sustentação que permita a confirmação deste número que é apontado.

Um outro objectivo deste Governo, prende-se com a rede de abate. Recordo que o actual Secretário Fernando Lopes, quando era Deputado desta Casa, chegou a apresentar uma proposta de alteração ao Plano de 96, no sentido de se iniciar rapidamente a construção do Matadouro Industrial de São Miguel. Na altura pensava que ele devia ser feito em 1996, apesar de ser do seu conhecimento que o projecto não estava concluído.

O Sr. Deputado acha que com uma dotação de 70 mil contos, consegue iniciar uma obra, em 1997, que custa muito acima de 1 milhão de contos?

Presidente: Sr. Deputado, informo-o que está no fim do seu tempo.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Não faz sentido, Sr. Deputado, que na discriminação exaustiva que faz, faça referências no género de 5 mil contos para São Miguel para melhoramento animal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conforme disse no final da minha intervenção, nem tudo está resolvido.

Se me pergunta se no ano 2000 não haverá necessidade de verbas para caminhos agrícolas — julgo que é este o seu raciocínio — é óbvio que isto não é assim. Haverá sempre necessidade de dinheiro.

Uma acção que em 96 tinha 62.580 contos e em 97 tem 77.150 contos, também não está tão má como o Sr. Deputado parece querer insinuar, sem esquecer que estas verbas se referem apenas ao orçamento regional. Portanto, há ainda os fundos

comunitários. Mesmo assim, a argumentação que expandi a propósito vale plenamente.

Quanto ao problema da brucelose e da sanidade animal, em termos mais vastos, a mesma argumentação pode ser feita.

Em 96, para a Ilha de São Miguel, havia uma verba de 57.500 contos, agora há 541.750 contos.

Se houver menos vacas brucélicas, todos nós ficamos a ganhar com isto, mas o que resulta daqui é que o Governo está prevenido e está consciente da necessidade, na Ilha de São Miguel, proceder à eliminação deste gravíssimo problema.

Se o aumento substancial da verba não o convence, não sei o que o convencerá.

Quanto ao problema da rede de abate regional, é óbvio que para 97 não se vai fazer tudo. Esta Legislatura tem 4 anos.

Portanto, o Governo durante 4 anos irá trabalhar na área da agricultura, em relação à rede de abate regional.

Mais uma vez se diz, em relação a esta matéria, que, para este ano de 1997, já há a previsão de 70 mil contos para se começar a trabalhar nisso.

Mais uma vez reafirmo: eu não defendi, e pela minha intervenção pode ver isso, que tudo estava bem. Há muito trabalho para fazer, mas este é um bom começo e isso ninguém pode negar.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Somente para esclarecer um ponto muito preciso que, aliás, foi alvo da intervenção dos dois Srs. Deputados que me antecederam, ou seja, a questão do plano da erradicação da brucelose.

Eu fiz questão, desde que assumi estas funções de, decidida e frontalmente, dizer que era necessário avançar com um programa de erradicação da brucelose, principalmente na ilha onde esse problema era mais acentuado, como é o caso de São Miguel. Fi-lo decididamente, porque penso que o perigo para a saúde e bem estar público e ainda

para o rendimento dos lavradores dos Açores, nomeadamente da Ilha de São Miguel, era um grande perigo, ou seja, face à legislação comunitária existente no país, existindo a possibilidade de restrições à circulação de animais, nós estávamos a incorrer num grave perigo se não déssemos um sinal claro de que iríamos avançar decididamente na resolução desse problema.

Esse sinal foi dado através de intervenções minhas e, inclusive, de um desafio que foi bem aceite pelas organizações de produtores no Conselho Regional de Agricultura, e está claramente consubstanciado neste Plano com a verba que lhe foi concedida.

Posso dizer também, pelo último relatório que tenho sobre o plano de erradicação da brucelose em São Miguel, que o programa está a decorrer bem. No que respeita ao primeiro trimestre, já foram realizadas 25% das provas de "Anel", ou seja, o "ring test", e 33% das colheitas de sangue que estavam previstas. Neste aspecto estamos bem posicionados.

Para além disso, posso dar-lhe também uma outra boa notícia a si e aos agricultores que aqui estão, ou seja, neste momento, com esta acção decisiva, conseguimos reduzir o nível de infecção na Ilha de São Miguel, para 5% do total do rebanho. Estamos num bom caminho. Esta acção foi tomada de forma decisiva.

Eu disse e volto aqui a reafirmá-lo, o passo mais importante tinha que ser dado no decurso deste ano de 1997 e temos que acabar com este problema em 1998.

É o rendimento, é a qualidade dos produtos, é a imagem desta Região e essencialmente a saúde pública, que estão em causa.

Desse ponto de vista, estamos num bom caminho e só podemos congratular-nos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Precisamente por razões de imagem, por razões que se relacionam com os produtos agrícolas dos Açores, coloco-lhe uma pergunta:

Confirma, ou tem alguma sustentação, o facto de indicar no Plano a Médio Prazo que vai abater 10.320 bovinos?

Foi nesse sentido que orientei a minha intervenção e não no sentido de achar errado que se desse continuidade — não existe um novo programa de erradicação da brucelose — àquilo que se vem fazendo nas nove ilhas dos Açores e que pelos vistos vai concluir-se na Ilha de São Miguel.

Este problema é preocupante para mim em relação à imagem, tendo como base um número que é transmitido com algum rigor e que, pelos vistos, não corresponde à realidade.

Aliás, segundo referiu, se as últimas conclusões são de 5% do efectivo, os 10.320 bovinos, não correspondem obviamente à realidade e, no meu entender, é um indicador negativo num documento oficial.

Aproveito também a oportunidade para lembrar, na sequência do que disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que em São Miguel também estão destinados 10 mil contos para as novas culturas.

Acho muito estranho que um Governo que prometeu a diversificação da produção agrícola, tenha destinado à Ilha de São Miguel apenas 10 mil contos para o ano de 1997. É certamente o indicador de que nada se fará nessa área.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não estamos aqui somente a tratar de uma questão de imagem.

O problema da brucelose da forma como estava a ser tratado, ou seja, escondendo-se a existência do problema, não resolve nada.

O que nós quisemos demonstrar publicamente, foi que havia uma decisão tomada para o resolver em tempo útil.

Essa resolução está a ter efeitos benéficos neste momento.

Os efeitos benéficos estão a cifrar-se, por um lado, num bom avanço ao nível do programa e, por outro lado também, numa melhor aceitação por parte dos nossos parceiros, de que estamos a ser rigorosos ao nível dos animais que exportamos, ou seja, eles não estão infectados.

Foi preciso tomar esta medida e foi preciso reassegurar, a todos aqueles que importavam animais da Ilha de São Miguel, que isso estava efectivamente a acontecer. Se isso não acontecesse, se esta decisão não tivesse sido tomada, poderiam ser postas em vigor medidas de restrição ao tráfego de animais, eu disse isso no Conselho Regional de Agricultura.

É evidente que não teria que tomar este tipo de decisão de forma tão acentuada, se este programa já estivesse mais avançado, ou seja, se a anterior execução deste programa não estivesse no ponto em que estava.

Nós estávamos quase no fim da execução do programa abrangido pelas medidas veterinárias e precisávamos de, decididamente, dar um sinal. Esse sinal está dado.

Posso dizer-lhe que — e daí o facto de eu achar que nos devemos congratular — neste momento, em termos de abates que foram feitos, logo no início deste ano, conteve-se efectivamente uma maior expansão da doença, porque como sabe, ela expande-se sobretudo na altura em que se dá a maior parte das partições e eu fiz questão de que se fizesse um esforço suplementar, exactamente nessa altura, para que não houvesse um aumento.

De facto, as perspectivas que temos neste momento, em termos dos testes, é que é possível que o número de animais que necessitamos de abater seja inferior ao previsto no âmbito do programa das medidas veterinárias.

Se isso acontecer, foi porque houve uma decisão rápida e atempada e por isso só temos que congratular-nos, porque brevemente podemos reafirmar a imagem dos produtos regionais, mais precisamente da carne.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

De facto, criar expectativas negativas e torná-las positivas com os resultados, na realidade é bom.

O que é mau, e aí é que eu acho que é um mau contributo, é anunciar num documento oficial indicadores que são prejudiciais e, tal como acabou de dizer, não correspondem à realidade.

Não faz sentido que esteja preocupado com a exportação de animais vivos e de produtos regionais e, em simultâneo, se coloque num documento oficial um número bem identificado de bovinos que passados dois meses da elaboração desse mesmo documento, não corresponde à realidade.

Na minha opinião, é um mau contributo alguns dos indicadores que constam de um documento que define a estratégia da política sectorial para os próximos 4 anos. É nesse sentido que acho que há um mau contributo. Tal como acabou de dizer, esse número não corresponde à realidade e se calhar nem vamos chegar a metade do que ali está afirmado.

O indicador que está escrito é um péssimo contributo para a nossa imagem, porque o que ali se diz não corresponde à realidade.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A interpretação é sua.

De facto, sendo dois meses — eu referi números das acções desenvolvidas no 1.º trimestre deste ano, portanto não são de 2 meses, mas sim de 3 meses — e se os números melhoraram, é sinal que se actuou decididamente. Aí eu não comungo da sua perspectiva pessimista. Eu acho que se empenharam meios e eles estão começando a dar resultados.

No que respeita à Ilha de São Miguel — o relatório é recente, foi elaborado há dias fazendo-se a avaliação do 1.º trimestre —, é possível que se excedam inclusive as previsões de abate do número de animais já abatidos. Portanto, mesmo a este nível, vão-se abater muitos mais animais dos que já estavam previstos, o que quer dizer que nós não estivemos a gerar expectativas negativas muito altas para depois virmos aqui congratular-nos.

Nós estamos a acelerar esta acção e a única coisa que, tanto eu como os senhores, temos que nos congratular, é que os serviços e os profissionais que estão a actuar nesse sentido, estão a responder mais rapidamente do que aquilo que os técnicos que

defenderam este programa e que o apresentaram, no âmbito das medidas veterinárias, defenderam.

Eu não estou aqui a tomar uma posição política. Esta minha intervenção, é um esclarecimento de natureza técnica.

Eu estou a reproduzir as informações que os técnicos dos serviços de desenvolvimento agrário e dos serviços veterinários me forneceram.

Não há aqui posições pessoais nem posições deste Governo. São posições meramente técnicas.

No que respeita ao investimento em melhoramento animal, nomeadamente à inseminação artificial e ao contraste leiteiro, essas funções estão, neste momento, a ser exercidas pelas organizações de produtores, concretamente na Ilha de São Miguel. Essas funções foram funções delegadas na anterior administração e estão a ser financiadas ao abrigo do programa PROAGRI.

Quando falamos aqui na verba de melhoramento animal, não estamos efectivamente a contabilizar toda a despesa em melhoramento animal para a Ilha de São Miguel, porque há despesas que vêm no apoio às organizações de produtores, nomeadamente no apoio que é dado à Associação Agrícola dessa ilha, que é gasta e muito bem em melhoramento animal, como seja, na inseminação artificial e no apoio dos serviços no que respeita ao contraste leiteiro e nós esperamos que continue a ser bem realizado, para bem da nossa pecuária e para melhoramento do rendimento dos nossos agricultores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário: Parece que não me fiz entender.

Em primeiro lugar, a última reestruturação do programa de erradicação da brucelose, não foi iniciada há dois meses, mas sim na anterior Legislatura e teve logo efeitos imediatos, face à alteração na intervenção que na altura se decidiu que era a melhor, no sentido de a tornar mais eficaz.

Portanto, não tente dar a entender que o programa da erradicação da brucelose foi iniciado nesta Legislatura e que é da sua responsabilidade.

É bom continuarmos com este contributo e volto a referir que não é aconselhável — e falo em termos de política sectorial — num documento oficial, apresentar indicadores que poderão ser negativos para o sector.

Já agora, aproveito para questionar o Sr. Secretário sobre a questão da rede de abate. De facto, o que é que V. Exa. pretende fazer com o Matadouro Industrial de São Miguel em 1997?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Somente para terminar esta breve troca de informações.

No que respeita ao Matadouro de São Miguel, estão orçamentados no âmbito deste Plano a Médio Prazo, 1 milhão e 200 mil contos.

Posso dizer-lhe que, no que respeita a 1997, efectivamente, os trabalhos que já vinham da anterior administração, estão ligeiramente atrasados.

Como sabe faltava a apresentação de um relatório técnico geotécnico e por outro lado, há também questões que, incompreensivelmente, foram deixadas em aberto. Posso dizer algumas delas, porque eu, na qualidade de Deputado, fiz algumas perguntas e julguei que elas já estivessem respondidas, nomeadamente no que respeita ao abastecimento de água ao matadouro e rede de esgotos. São questões que vão ser resolvidas em cooperação com as autarquias locais e espero que sejam resolvidas rapidamente para que esta administração e a Região, possam beneficiar, o mais rapidamente possível, do matadouro.

Por isso, a verba que apontou, das primeiras estimativas para as últimas, baixou, porque pensamos que face a esses atrasos técnicos, não é possível executar mais neste ano de 1997.

Estes atrasos surpreenderam-me, porque em 1992, quando pela primeira vez me candidatei a Deputado a esta Casa, perguntei — acompanhado aliás pelo Sr. Presidente da Associação Agrícola de São Miguel — ao então responsável pelo IAMA, como é que estavam os projectos do matadouro. Na altura, foi-me afirmado que estavam muito bem. Passaram 4 anos e nem sequer estão acabados.

Isto é algo pelo qual não podemos ser responsabilizados, mas a única coisa que lhe posso dizer é que a actual administração e eu, como Secretário, estamos empenhados, porque empenhei-me, ao longo de 4 anos repetidas vezes nesta Casa e fora dela, em defender a necessidade de um Matadouro Industrial para São Miguel e eu não vou abdicar a sua execução, por isso está aqui cabimentado.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário: Das suas palavras posso deduzir que não vai ser iniciada a construção do Matadouro Industrial em São Miguel, em 1997.

Gostaria de dizer que a informação que tenho é que, em termos processuais, a documentação que era necessária para avançar com o Matadouro foi concluída no dia 27 de Janeiro deste ano.

Portanto, há condições, segundo as informações que tenho, para que esse processo fosse despoletado em 1997 com toda a certeza, aliás, como V. Exa. sabe, porque acompanhou na última Legislatura o que se passou com o Matadouro Industrial do Faial, o que o levou a apresentar uma proposta de alteração com toda a urgência.

Gostaria também de lembrar que o Sr. Secretário pretende efectuar, em 97, a diversificação da produção agrícola, com uma dotação de 10 mil contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para encerrar uma informação de carácter técnico sobre o Matadouro de São Miguel.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado António Almeida e a todos os Srs. Deputados que estão presentes nesta Casa, que iremos tomar todas as precauções para que não se cometam os mesmos erros que se cometeram no Matadouro do Faial.

Neste momento, pretensamente acabado, estão a ser revistas algumas questões, nomeadamente as que dizem respeito ao saneamento.

Posso dizer-lhe também, que estamos a ser obrigados a rever projectos que já vinham de trás, nomeadamente no que diz respeito ao Matadouro das Flores e o Matadouro da Ilha de São Jorge.

Não estou disposto a investir dinheiro deste montante — acima de 1 milhão de contos — para depois prestar um mau serviço ou, mais tarde, vir a fazer reparações e incorrerem custos a mais.

Quanto à informação que aqui veiculou, posso dizer-lhe com toda a certeza que está errada.

A informação que lhe dei no que respeita às necessidades de rever questões de natureza ambiental e que são uma das razões porque é necessário fazer este investimento e mudar a zona de implantação do actual matadouro para uma outra zona, tem que ser resolvida agora. Portanto, não estava resolvida anteriormente.

O processo, do ponto de vista técnico, está errado. A informação que tem não é correcta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante a campanha eleitoral, houve alguém que disse o seguinte:

"É hora de mudar os Açores para melhor, de ter um Governo que reconcilie a família açoriana, que ajude todas as ilhas, que apoie o espírito empreendedor dos açorianos, que alargue a solidariedade aos mais pobres, aos sem emprego e aos que realmente precisam."

Isto foi dito pelo actual Presidente do Governo Regional.

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado eleito pela Ilha de São Miguel e não posso deixar de questionar o Sr. Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente, sobre uma matéria que me parece que põe em causa aquilo que foi afirmado pelo actual Presidente do Governo.

O Sr. Deputado eleito por São Miguel, na sua intervenção, falou de caminhos agrícolas.

Eu olho aqui para as verbas que estão estipuladas no Plano a Médio Prazo e vejo o seguinte:

Para a Ilha de São Miguel, que parece que tem 3 vezes mais a distância de caminhos agrícolas do que a Ilha Terceira, existe uma verba estipulada de 417 mil 150 contos.

Para a Ilha Terceira, nesse mesmo Plano a Médio Prazo, está estipulada uma verba de 532 mil 850 contos.

Não posso deixar de perguntar ao Sr. Secretário nesta ocasião, a que se deve esta diferença?

Mais:

Já disse aqui que existem filhos e enteados para a actual Secretaria Regional da Agricultura.

Parece que mais uma vez fica bem demonstrado que eles existem.

Disse.

(Pausa)

Deputado João Cunha (PSD): Não há resposta?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como na sua conclusão ficou tudo demonstrado, não há necessidade de esclarecimentos.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): Muito obrigado.

Assim, confirmou-se aquilo que eu dizia dos "filhos e enteados"!

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nosso trabalhos por meia hora.

Regressaremos às 18.00 horas para continuarmos, mas antes disso vou fornecer mais uma vez os dados sobre os tempos disponíveis:

PS — 3 horas e 57 minutos e 15 segundos.

PSD — 3 horas, 32 minutos e 15 segundos.

PP — 1 hora, 29 minutos e 30 segundos.

PCP — 45 minutos e 30 segundos.

Governo — 3 horas, 39 minutos e 35 segundos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Eram 17.35 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, com a intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Eram 18.15 horas.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais

O Turismo assume um papel fundamental no desenvolvimento sócio-económico das Regiões.

Durante os últimos anos, a actividade turística na Região tem-se reflectindo mais no alojamento do que na animação. A actual capacidade de alojamento ronda 3 mil camas, sendo a ocupação média anual de 30%. A maior concentração no investimento tem sido feita em S. Miguel, Terceira e Faial, provocando um desequilíbrio entre estas ilhas e as mais pequenas, principalmente no que se refere à capacidade de alojamento.

Para que haja um maior incremento da oferta turística, é imprescindível que sejam realizados eventos nas épocas mais baixas e construídas novas infraestruturas, sendo para isso necessário a cooperação séria entre as entidades públicas e privadas, de modo a que empreendimentos e manifestações turísticas, não se transformem em pesadelos, em vez de serem boas oportunidades de negócio ou de bons programas de animação turística.

Para que se consigam obter resultados proveitosos, o Governo Regional dos Açores dispõe neste Plano a Médio Prazo de verbas que espelham bem a aposta que

pretende fazer neste sector. Assim, as obras em curso e financiadas pelo SIFIT II têm as verbas asseguradas e permitirão que os empreendimentos prossigam sem sobressaltos. Além deste, o DLR 25/87/A e DLR 4/94/A, têm orçadas verbas suficientes que permitem que os investimentos apoiados ao abrigo dos supracitados, não sofram acidentes de percurso por falta de financiamento.

Outro programa que terá uma importância vital para o desenvolvimento económico das ilhas, é o SITRAA que vai proporcionar apoios aos empresários que pretendam investir em infraestruturas com custos superiores a 20 mil contos, apoios estes, que poderão ser aplicados na construção, na ampliação ou na remodelação de unidades hoteleiras. Existem já intenções de investimento para ampliação de 4 Hotéis, sendo 3 em São Miguel e um na Horta, mas este Governo prevê verbas neste Plano a Médio Prazo que virão possibilitar o investimento em outras ilhas, desde que haja essa vontade por parte dos empresários.

Haverá também, quando for modificada e adaptada a legislação, a possibilidade de recorrer ao SIFIT 3 e a um novo programa destinado aos jovens empresários, o que poderá fazer com que novos e diferentes investimentos surjam na Região.

O Governo Regional dos Açores pretende com a implementação deste Plano a Médio Prazo incentivar o crescimento, a modernização e o aumento da oferta hoteleira nos Centros de recepção/distribuição de forma gradual e segura, não esquecendo porém o quanto é importante o incremento do Turismo Rural ou de Habitação, principalmente nas ilhas fora desses centros, como forma de cativar os turistas.

Referindo-me ainda a estes centros, não percebo, como é que a Sra. Deputada Berta Cabral manifestou o seu desacordo com os mesmo, quando foi o seu partido, o PSD, o responsável pela elaboração no Plano Director do Turismo, que previa precisamente a criação desses mesmos centros e se calhar a Sra. encontrava-se lá.

Aliás, julgo que essas ilhas terão, para conseguirem atrair esses mesmos turistas para os seus locais, de ter o poder de imaginação suficiente para promover eventos diferentes, que poderão também servir para divulgar a nossa cultura e costumes, o nosso património construído, as potencialidades turísticas ligadas às actividades náuticas, à caça, à observação da Natureza, actividades essas que serão certamente apoiados pelo Governo que dispõe das verbas para esse efeito.

Para que seja possível o aumento da oferta turística, o Governo propõe-se, como forma de aumentar o turismo nas épocas mais baixas, remodelar o Teatro Micaelense transformando-o em Centro de Congressos, construir um Pavilhão de Exposições, apoiar a Construção do Campo de Golfe do Faial, além de pretender construir parques de campismo na Região, de efectuar acordos com as Juntas de Freguesia para obras de interesse turístico e de revitalizar as termas existentes nas nossas ilhas, que durante anos não mereceram a devida atenção. Não foram aproveitados nem divulgados devidamente os benefícios terapêuticos das nossas águas, nem foi fomentado tão pouco este tipo de turismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais

Um dos problemas mais graves com que se debate o sector que estou a abordar, é a dificuldade que enfrentam as pessoas em chegar à Região e de se movimentarem dentro dela.

Da resolução desta questão depende muito o aumento da procura dos Açores e a movimentação das pessoas entre as ilhas, que é fundamental para poder haver turismo interno. Há que encarar este problema de frente. Este Governo já o começou fazê-lo, modificando algumas tarifas da SATA que permitem às pessoas movimentarem-se com menos custos entre as ilhas, premiando principalmente as visitas às ilhas mais pequenas. Mas há que estudar todas as possibilidades para que os açorianos viagem mais, entre os Açores e destes para o exterior com menores custos, com poucas paragens, permitindo assim que a chegada ao destino se faça no mais curto espaço de tempo e com menos inconvenientes.

No que concerne ainda ao transporte inter-ilhas, não podemos deixar de referir o empenho que o Governo Regional demonstra em melhorar e remodelar o transporte marítimo de passageiros, permitindo a todos os açorianos, que se conheçam mais e melhor utilizando os transportes marítimos, meios estes, a que não podemos voltar as costas, pois eles fazem parte do nosso quotidiano.

Assim, o Governo Regional dos Açores propõem-se revolucionar este transporte, permitindo que marienses e micaelenses tenham o prazer de usufruir, depois de largos

anos sem esta possibilidade, dizia eu, de viajar por via marítima entre as ilhas de uma forma agradável e menos onerosa.

Mas se o Grupo Oriental vai ter este privilégio, também os habitantes das Ilhas das Flores e Corvo, graças a um protocolo a celebrar entre o Governo Regional e as Câmaras Municipais dessas ilhas, podem, dentro de pouco tempo, utilizar um barco misto de carga e passageiros para obviar definitivamente as dificuldades agora existentes. A vontade da parte do Governo existe e espera-se que as Autarquias se empenhem também para que tudo se resolva a contento de todos aqueles que vivem nessas ilhas mais Ocidentais da Europa e que merecem todo o nosso respeito e empenho do Governo Regional.

Ainda e relativamente ao transporte marítimo inter-ilhas queremos realçar o facto do Executivo Regional ter resolvido de modo consensual o transporte de passageiros da Graciosa para o exterior, apoiando com bonificação de juros, a aquisição de uma embarcação rápida que irá certamente solucionar este problema. Quanto ao Grupo Central o Governo Regional pretende alugar mais uma embarcação rápida que irá reforçar a actual frota que opera neste Grupo, permitindo assim que o transporte entre as ilhas do triângulo se faça com normalidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Existem também verbas significativas neste Plano a Médio Prazo que se destinam à construção das Gares Marítimas nas Velas, na Calheta, em São Roque, e ainda a conclusão da Gare da Madalena, uma vez que estas infraestruturas são imprescindíveis para um bom acolhimento dos turistas que nos visitam e para todos aqueles que necessitam de utilizar este meio de transporte. Não se percebe muito bem, diria até, de modo algum, como é que infraestruturas como estas ainda se encontram construídas.

A população dos Açores já reconhece que este novo Governo está, efectivamente, a resolver problemas que o Governo anterior, apoiado pelo PSD, se limitou a esquecer ou fazer ouvidos de mercador, aos pedidos insistentemente formulados pelos responsáveis políticos dessas ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Mas nem só os transportes marítimos têm problemas graves a resolver, pois são principalmente as viagens aéreas que inviabilizam a vinda de mais turistas, pois elas são ainda bastante dispendiosas. É urgente que os turistas provenientes do Continente Europeu tenham acesso à Região a preços mais baixos do que aqueles que são praticados actualmente.

Para remediar este problema, enquanto não houver a liberalização do espaço aéreo, a SATA terá junto do mercado europeu, que vender o destino Açores e efectuar voos CHARTER que possibilitem aos turistas viajarem o mais directo possível e com menos custos, porque só assim poderemos alcançar os objectivos atrás referidos. É também de primordial importância a continuação da operação que está a ser efectuada pela SATA para os EUA e Canadá, pois estas operações não são deficitárias.

O exemplo que a nova administração da SATA deve seguir é o que se prende com o bom serviço prestado pela AZORES EXPRESS que, apesar da TAP ter regressado a Boston, utilizando tarifas mais baixas, não veio influenciar negativamente o número de passageiros que viajam na companhia subsidiária da SATA, unicamente porque o serviço em terra é bom e porque os nossos emigrantes preferem viajar na nossa Companhia Regional. É preciso que os novos administradores da SATA tenham em conta que o segredo dos açorianos para atrair turistas, deve assentar no facto de serem amáveis, de viverem numa Região segura, de gostarem de receber bem e por isso mesmo estes valores devem ser cada vez mais explorados em prol do desenvolvimento turístico da nossa Região.

Não poderia de modo algum deixar de alertar o Governo Regional para ter atenção redobrada e cuidada, em especial com as ilhas mais frágeis, em ordem a que as mesmas participem também nesse desenvolvimento turístico que se pretende para a Região Autónoma dos Açores. Para isso teremos que ter em conta as características e necessidades específicas de cada ilha que serão abordadas certamente pelos deputados que irão intervir mais pormenorizadamente sobre cada uma delas.

Muito Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer alguns comentários acerca da intervenção que o Sr. Deputado Humberto Chaves acabou de proferir.

Começaria pelo Decreto Legislativo Regional 25/87/A, onde frisou as grandes vantagens de utilização.

Eu posso dar-lhe alguns exemplos que demonstram como tem funcionado o desenrolar de pedidos de apoio através desse Decreto. Estes meus exemplos centram-se na realidade que melhor conheço, ou seja, a Ilha de Santa Maria.

Houve um projecto que foi aprovado pelas entidades competentes em termos de volumetria, de arquitectura e de localização. Portanto, estava localizado junto de uma estrada regional. Esse mesmo projecto foi aprovado pela Câmara Municipal e foi-lhe emitida uma licença de construção.

Quando o mesmo foi enviado para a Secretaria Regional do Turismo, a fim de ser concedido o apoio, a resposta foi que tinha condições para poder estar classificado em 3.^a classe e reunia condições para ser um restaurante, mas tinha problemas de arquitectura, de localização e de volumetria. No entanto, depois de ter passado pelas entidades competentes que já se tinham pronunciado, inclusivamente pela Secretaria Regional do Ambiente que já tinha dado um parecer favorável, ao entrar na Secretaria do Turismo, em vez de haver uma resposta sobre as condições que o edifício tinha para funcionar ou não um restaurante, voltou atrás e teve que se iniciar o processo de novo.

Pergunto: este é que é o bom funcionamento do Decreto Legislativo Regional n.º 25/87/A?

A nível do Plano Director do Turismo, eu não percebi na intervenção proferida pela Deputada Berta Cabral, que ela estava contra os centros de distribuição. Ela apenas

referiu que as outras ilhas também deviam usufruir de construção de unidades hoteleira.

Também aproveito para lembrar o Sr. Deputado que o Plano Director de Turismo, foi talvez um dos documentos que nos últimos 4 ou 5 anos, sofreu uma das maiores discussões em termos de todas as entidades ligadas, fossem elas públicas ou privadas. As opiniões estão lá e são o resultado de uma longa discussão com todas as entidades. Não foi um documento aprovado pelo Governo do PSD. Foi um longo trabalho de dois ou três anos, no qual se recolheu impressões de diversas pessoas.

A nível das tarifas da SATA, eu também já ouço dizer a algum tempo, após a deslocação do Secretário da Economia a Santa Maria, que as tarifas tinham baixado.

Eu não dei por isso. Eu continuo a pagar o mesmo bilhete que pagava entre São Miguel / Santa Maria ou Santa Maria / Horta.

Criaram foi "packajes" de fim-de-semana, o que não é novidade nenhuma, porque já em 1995 e 1996 estavam em funcionamento.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ainda bem!

O Orador: Portanto, esta não é uma novidade que se traga agora como se tivesse sido uma descoberta deste Governo. Sendo assim, não são tarifas são "packajes", as tarifas continuam sendo as mesmas, antes pelo contrário, aumentaram tal como aumentaram as tarifas da TAP e na altura não ouvimos o Partido Socialista se insurgir contra isto.

Presidente: Sr. Deputado, informo que já ultrapassou os seus 3 minutos.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Quanto aos transportes marítimos, a confusão é muito grande.

O Sr. Secretário uma vez diz que vem o "Pátria", outra vez já não é o "Pátria" é o "Independência". Outras vezes vem fazer ligação entre o Grupo Central, depois já é com o Grupo Ocidental.

Hoje, já ouvimos a novidade que também vão haver ligações para o Corvo e para as Flores, embora com uma grande diferença, ou seja, o Grupo Central e Oriental têm barcos de passageiros, a Flores e o Corvo têm um barco para passageiros e carga.

Se esta é a resolução de um problema global destes, em que se vai levar turista junto com carga, isto só aponta insegurança, falta de critérios e toda esta operação está baseada numa falha total técnica e financeira...

Deputado José Humberto Chaves (PS): Os Srs. nunca tiveram capacidade para fazer isso!

O Orador: ... e ninguém sabe como é que isto vai funcionar. Pelo menos nós não sabemos, porque todos os dias há uma novidade diferente.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ainda bem! É sinal que se está evoluindo!

Deputado João Cunha (PSD): Já é bom! A evolução na continuidade é bom sinal!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Isso seria uma coisa muito triste!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para referir que o que eu disse foi que no documento Plano Director do Turismo, existiam já os centros de distribuição e de recepção.

O que eu disse — e se calhar o Sr. não ouviu porque está atrás da Sra. Deputada — foi que a Sra. Deputada tinha dito que não concordava com os centros de distribuição. Desculpe, mas ela disse e está gravado, pode confirmar-se.

Em relação ao Decreto Legislativo Regional 25/87/A, o que se passa é que o projecto foi remetido para o SIRALA para ser aprovado.

Realmente houve a aprovação da Câmara e dos outros parceiros, como a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas. Quando agora se foi verificar esse projecto, a Direcção Regional do Turismo entendeu e muito bem, de sugerir que fosse alterada a fachada.

Esta sugestão já foi aceite pela pessoa em causa a semana passada. Tivemos o prazer de ter em Santa Maria uma adjunta do Sr. Secretário que falou com essa pessoa e o projecto está em andamento.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Houve um erro!

O Orador: Não houve erro! Foi isto que aconteceu.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Está mal informado!

O Orador: Provavelmente era a informação que tinha.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo:

Em Novembro último, foi aprovado por esta Assembleia o Programa do VII Governo Regional, elemento orientador das políticas sectoriais que irão ser aplicadas durante o quadriénio 97/2000. Neste Programa, não só se faz um diagnóstico claro da situação económica actual, como também se definem os principais rumos a tomar para que o tecido empresarial dos Açores se torne mais forte e mais competitivo. A aprovação, agora, do Orçamento, do Plano de 97 e do Plano a Médio Prazo 97/2000, permitirá a este Governo encontrar os meios financeiros adequados à prossecução das políticas anteriormente definidas por esta Assembleia e amplamente sufragadas, aquando das eleições de Outubro último.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Como é do vosso conhecimento, a Secretaria Regional da Economia tem a seu cargo as áreas ligadas ao turismo, ao comércio, à indústria e à energia, aos transportes aéreos e marítimos, às comunicações, ao artesanato, ao cooperativismo, à inspecção das actividades económicas e à gestão dos Sistemas de Incentivos Regionais e de alguns Sistemas de Incentivos Nacionais, que se encontram descentralizados. Assim, e de uma forma breve, irei expor os principais objectivos e as diferentes metas para cada uma destas áreas e sempre que possível lançarei para discussão as dotações financeiras correspondentes às diversas acções.

A programação para o sector do turismo, enquadra acções que têm como objectivo criar nos três centros de distribuição da Região — Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta — infraestruturas que potenciem a construção de novas unidades hoteleiras de qualidade e que contrariem o elevado grau de sazonalidade actualmente existente. São os casos da construção dos Campos de Golfe do Faial e da conclusão do Campo do Golfe da Batalha, da adaptação do Teatro Micaelense a Centro Cultural e de Congressos, e da construção, reparação e ampliação de alguns portos de recreio e áreas de lazer. São investimentos de carácter estruturante que visam criar, nos centros de distribuição, mais atractivos aos turistas que nos visitam, aumentando-se desta

forma a viabilidade económica das unidades hoteleiras existentes e incentivando-se o aparecimento de novas unidades. Para além disto, o Programa 7, Desenvolvimento do Turismo, possui diversas vertentes correspondentes à Promoção Turística, Projecto 7.1, à Animação Turística, Projecto 7.2, e à Informação e Formação, Projecto 7.4. Nestes projectos, encontram-se as dotações financeiras consideradas adequadas, para a promoção e divulgação do destino Açores, para a formação de recursos humanos e para o apoio a acções de âmbito cultural, recreativo e desportivo com interesse para a animação turística.

O conjunto de Incentivos Regionais, previstos para o crescimento e modernização das infraestruturas hoteleiras é de 3.9 milhões de contos, Programa 8 do Plano a Médio Prazo.

Se adicionarmos a este montante a possibilidade dos empresários se candidatarem também aos sistemas de Incentivos Nacionais, podemos afirmar com elevado grau de certeza, que no final do quadriénio teremos um grande aumento da nossa capacidade hoteleira, correspondente a um investimento global da ordem dos 15 a 20 milhões de contos. Basta que para tal se considere que em média a taxa de cobertura dos sistemas de incentivos, a fundo perdido, ronde os 30 a 40% do valor global do investimento e que será possível ir buscar cerca de 2 milhões de contos aos Sistemas de Incentivos Nacionais. O facto de nos ter sido garantido pelo Ministro da Economia que, na revisão do SIFIT, os Açores serão considerados uma Região passível de serem candidatáveis a projectos de novos empreendimentos, ao revés de outras Regiões que já atingiram a saturação, permite-nos afirmar que uma boa parte dos nossos sistemas de incentivos poderá funcionar de uma forma complementar ou suplectiva.

Este grande aumento da capacidade hoteleira, correspondente a um investimento global entre 15 a 20 milhões de contos, permitirá ganhar a massa crítica suficiente para que outras ilhas venham a beneficiar significativamente do incremento dos fluxos turísticos e desta forma se possam criar outros Pólos de atracção com as respectivas infraestruturas hoteleiras capazes de sustentar uma actividade lucrativa, durante todo o ano. Até lá, há que fazer um enorme esforço para rendibilizar e melhorar a qualidade das unidades hoteleiras existentes e para incrementar em todas as ilhas novas actividades ligadas à animação, ao turismo rural e ao agro-turismo.

Gostaria também aqui de afirmar que o Regime de Apoio às Micro Empresas e o Sistema de Apoio aos Jovens Empresários, com um plafond de 30 milhões de contos a nível nacional, será brevemente adaptado à Região e que tal permitirá o acesso dos jovens empresários e de todos os empresários em geral, a novos incentivos no âmbito do Turismo, nomeadamente do Turismo Rural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

O Plano a Médio Prazo tem avultadas verbas que permitirão dar um salto qualitativo e quantitativo em todas as áreas ligadas à actividade turística. Pretende-se que haja um rápido aumento da capacidade hoteleira, mas pretende-se também que este aumento seja sustentável, que não provoque rupturas no sistema e que não venha pôr em perigo o equilíbrio financeiro ainda precário de muitas unidades hoteleiras. Será que mais incentivos irão provocar mais investimentos sustentáveis? Será que uma taxa de cobertura do investimento privado da ordem dos 40%, a fundo perdido, por parte dos sistemas de incentivos, não é suficientemente elevada ou será que se pretende voltar ao tempo, do passado em que o Governo Regional era o principal empresário hoteleiro?

É preciso ter a noção clara do nosso estado de desenvolvimento e "não se dê ao paciente demasiada comida senão ele arrisca-se a morrer de indigestão!" O Plano a Médio Prazo reserva nos Programas 7 e 8 o valor global de 11.6 milhões de contos. Trata-se de um acréscimo em relação ao executado em 93/96 da ordem dos 50% e mesmo em relação ao programado para este mesmo período da ordem dos 25%. Valores estes todos bem superiores à taxa de inflação acumulada neste período que ronda os 18%. Dê-se pois lugar aos privados. Este é o grande desafio deste Plano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

O Desenvolvimento Industrial, o Desenvolvimento do Comércio e Exportação e os seus correspondentes Sistemas Complementares de Incentivos e a Consolidação e Modernização do Sector Energético, encontram-se descritos nos Programas 9, 10, 11 e 16, respectivamente, e totalizam uma verba global de 9.3 milhões de contos. Também aqui poderemos considerar que há um aumento significativo de verbas em relação à execução do quadriénio anterior que foi de apenas de 7 milhões de contos. Para além disto, este Governo já fez avançar, através do REGIS II, finalmente a fase

B da Geotermia, há tanto tempo protelada e que corresponde a um investimento da ordem dos 2.2 milhões de contos.

No programa de Desenvolvimento Industrial, Programa 9, pretende-se levar a cabo acções que visam apoiar a dinamização de parques e zonas industriais, nomeadamente a dinamização do Parque Industrial da Ribeira Grande e a Zona Industrial da Praia da Vitória, através do apoio à AGESPI. Pretende-se também sensibilizar os diferentes agentes económicos para a melhoria da competitividade das empresas em termos de qualidade, bem como para a transferência das unidades industriais para zonas demarcadas. Será dinamizada a cooperação técnica e de parceria com o exterior e serão promovidos contratos-programa, apoiados pelo Governo e por fundos comunitários, a celebrar entre as indústrias e instituições científicas regionais, nacionais ou estrangeiras. Daremos apoio à cooperação entre empresas do mesmo sector, visando o estabelecimento de estratégias comuns de distribuição, comercialização e promoção de produtos, com vista à penetração em novos mercados e à consolidação dos já existentes. No que diz respeito ao Artesanato, Projecto 9.3, pretende-se apoiar a formação profissional, através de acções de reciclagem e de actualização, estabelecer e garantir a fiscalização de um selo de genuinidade e de qualidade e estimular o aparecimento de uma rede de comercialização tanto a nível regional, nacional e até ao nível das nossas comunidades emigrantes. Providenciaremos a assistência técnica, sempre que possível ao artesão, no seu próprio local de trabalho e incentivaremos a criação de uma carreira profissional com diferentes graus, permitindo ao mestre artesão exercer uma acção educativa devidamente remunerada, ou seja, a possibilidade de fazer escola no seu local de trabalho. Para além disto, está delineado um pacote integrado de medidas, que vão desde o apoio à construção e reconstrução de equipamentos e oficinas, até à realização e participação em concursos e feiras regionais, nacionais e internacionais.

No que diz respeito ao Programa 10, Desenvolvimento do Comércio e Exportação, está nele inserido um conjunto de acções de apoio à modernização da actividade comercial, nomeadamente do comércio tradicional, de apoio à defesa dos direitos dos consumidores, através das suas associações, de campanhas de incentivo ao consumo

de produtos regionais, de actualização, reciclagem e formação profissional dos seus agentes e de apoio directo nas despesas com a expedição de produtos regionais para mercados externos considerados prioritários. A promoção de produtos açorianos e da imagem dos Açores assume um papel importante no nosso desenvolvimento económico, quer seja no sector turístico, industrial ou comercial. Sempre que possível serão feitas campanhas promocionais conjuntas que visem o marketing integrado do produto Açores.

No Programa 11 estão descritos os sistemas Complementares de Incentivos às Actividades Comerciais e Industriais que totalizam uma verba global de 5.8 milhões de contos. Se adicionarmos a esta verba o montante adstrito ao turismo, poderemos afirmar que o Plano a Médio Prazo atribui um conjunto de incentivos às actividades produtivas dos sectores secundários e terciários no valor de 9.7 milhões de contos. Como se pode ver, trata-se de um montante muito elevado e que representa mais do dobro da verba executada no quadriénio anterior, que foi apenas para estas mesmas actividades de 4.2 milhões de contos. É um acréscimo significativo que irá dar um contributo decisivo para a recuperação económica dos Açores. Se combinarmos estes incentivos com a possibilidade de haver, a curto prazo, substanciais reduções fiscais, com a aprovação da Lei das Finanças Regionais, penso que teremos finalmente criadas as condições para que os Açores sejam um lugar atractivo para o investimento privado. Para que tal venha a acontecer é preciso ainda resolver o problema do tarifário da energia eléctrica e do custo dos transportes.

É evidente que não será através do Programa 16, Consolidação e Modernização do Sector Energético, que se atingirá o desiderato de termos um tarifário mais aproximado do Continente Português. Para isto já foram iniciadas negociações com o Governo Central que permitirão chegar a um consenso sobre a fórmula em que a EDP, após a sua privatização, poderá participar no capital social da EDA. Terá de haver por parte da EDA um grande esforço de racionalização e, porque não dizê-lo, de moderação salarial, mas terá de ser encontrada no âmbito das conversações com o governo central uma fórmula de compensação pelo facto de um sistema energético disperso por nove ilhas ter custos acrescidos. No âmbito do Programa 16 cabem acções que têm como objectivo a utilização racional da energia, o apoio à EDA na

realização de investimentos necessários nas centrais hídricas e na distribuição da electricidade na Ilha das Flores, na prossecução de apoio financeiro à realização de infraestruturas eléctricas de usufruto público e na regularização de débitos derivados da iluminação pública.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Se há Região que pela sua natureza está mais vulnerável às modificações estruturastes que se vierem a desenhar na área dos transportes marítimos e aéreos, nos próximos dois anos, esta Região é sem dúvida os Açores. Este Governo tem plena consciência disto. O tempo que medeia até à liberalização dos transportes, já não é longo e há que encontrar, rapidamente, plataformas de entendimento e de cooperação entre os diversos agentes, para que o actual sistema marítimo e aéreo de transporte de passageiros e de carga entre as diversas ilhas dos Açores e entre os Açores e o Continente se torne mais eficiente e barato, satisfaça melhor as populações e seja um factor determinante para o nosso progresso e desenvolvimento.

No que diz respeito aos transportes marítimos, de carga e de passageiros que no Plano a Médio Prazo encontram as suas dotações financeiras definidas nos Programas 14, Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos, e no Subprograma, 33.4, relativo às Calamidades respeitantes aos transportes marítimos, existem verbas excepcionalmente elevadas que visam a reparação, reconstrução e reposição das infraestruturas portuárias nos Açores. Basta dizer que se adicionarmos a estas verbas, as verbas relativas aos transportes aéreos, Programa 15, podemos afirmar que iremos investir nos próximos 4 anos um montante de cerca de 19 milhões que é cerca de 82% superior ao executado no quadriénio anterior. As intempéries que assolaram a Região, em Dezembro último, mostraram a fragilidade das nossas estruturas portuárias e a forma pouco cuidada como algumas foram projectadas e construídas. Apesar da violência das tempestades que flagelaram toda a Região, em Dezembro último, é um facto que existem portos que têm vindo a ser reparados consecutivamente e que já se perde a noção de quando se está a concluir uma reparação e a iniciar já uma outra. É verdade que quem faz depois, faz melhor, porque aprende com os erros do passado, mas também é verdade que terá havido pouca seriedade quando se mandaram construir portos com cabeços cujas zonas de

protecção vão aos menos 45 metros, como é o caso do Porto de S. Roque do Pico. Gastaram-se milhões no passado, milhões estes que foram mesmo para deitar ao mar, em alguns casos. Quantas vezes se construiu e se voltou a reconstruir o porto de Santa Maria? Que eu saiba já vamos na terceira vez!

Como é de vosso conhecimento no dia 19 de Maio foram já abertas as propostas relativas à reconstrução do Porto de Ponta Delgada, que terá início ainda este Verão, em Abril último, foi lançado o concurso internacional para a reparação do porto da Praia, na Graciosa e no mês passado deu-se início às obras de reparação do Porto de Vila do Porto. Neste momento, estão a ser feitos os levantamentos topo-hidrográficos nos outros portos para que rapidamente se realizem os projectos de reconstrução do porto de Pipas, na Ilha Terceira, do porto de S. Roque e da Madalena, no Pico, e do porto da Casa, no Corvo, o qual, se essa for a vontade desta Assembleia, será ampliado.

Deputado João Greves (PP): Acho muito bem!

O Orador: Para além disto, prosseguiremos com todas as obras descritas no Plano tentando seguir de perto a programação prevista.

Cabe a este Governo preparar as condições para que os transportes marítimos nos Açores sejam mais eficientes e mais baratos. Para isto não são só precisas as infraestruturas físicas e tecnológicas, mas também são necessários os mecanismos que venham a introduzir no sistema maior concorrência e como tal maior competitividade. É nosso entendimento desenvolver todos os esforços para permitir o alargamento do âmbito do tráfego local a todas as ilhas dos Açores, quer seja ao nível de carga, quer seja ao nível dos passageiros. Tal contribuirá decididamente para a criação de um mercado regional e para a redefinição de um serviço de cabotagem insular mínimo capaz de gerar concorrência e competitividade. A definição deste serviço deverá ter em conta as especificidades do tráfego de cada ilha e a capacidade do tráfego local de vir a substituir em parte o tráfego de baldeação existente. Considero porém que será sempre necessário a vinda dos navios de cabotagem às diversas ilhas dos Açores. A frequência deste tráfego é que será matéria para debate e futuros entendimentos. Outro assunto de não menos importância para a eficiência e embaratecimento dos transportes marítimos, é a flexibilização das operações de estiva

e o embaratecimento das operações portuárias, permitindo sempre aos operadores e armadores uma maior eficiência nos meios a utilizar. A este propósito gostaria aqui de publicamente anunciar que, a partir do dia 1 de Junho, as taxas de reestruturação portuária das Ilhas do Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa, Flores e por via desta ilha o próprio Corvo, verão as taxas de reestruturação portuária significativamente diminuídas. Amanhã daremos, público conhecimento dos valores das novas taxas que sofreram desagravamento. Para o ano proceder-se-á nestas mesmas ilhas a uma nova e análoga descida de preços, para que rapidamente as ilhas mais pequenas, que estão a pagar mais, venham a ter taxas de reestruturação portuária, semelhantes a Ponta Delgada. Iremos fazer um esforço extra através da Inspeção das Actividades Económicas para que esta diminuição de custos relativos aos transportes não venha a ser assimilada pelos transitários, armazenistas e outros intermediários, não chegando à mesa do consumidor.

No que diz respeito ao desenvolvimento dos transportes aéreos, definido no Plano a Médio Prazo no Programa 15, existem diversos Projectos que visam a reparação e remodelação dos terminais de carga e de aerogares, a melhoria da operacionalidade das pistas dos aeródromos, com especial realce para a pista do Pico...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e o apoio financeiro à gestão dos aeródromos regionais e à transportadora aérea regional, SATA. As verbas atribuídas a esta empresa em termos de indemnizações compensatórias assumem o valor mais elevado de sempre. Basta dizer que o Governo anterior atribuiu no ano passado apenas 300 mil contos. Se partirmos dos pressupostos da Resolução n.º 86/96, de 23 de Maio, e admitindo as taxas de câmbio de referência do Anexo desta Resolução, bem como os valores da inflação para 97 de 3.2%, que se encontram significativamente alterados, o valor que o Governo Regional deveria entregar à SATA, em termos de indemnizações compensatórias seria de 1 milhão e 50 mil contos. Acontece, porém, que estes cálculos feitos por peritos independentes serão pela primeira vez aplicados a uma empresa que tem uma estrutura de custos que tem vindo a ser paulatinamente alterada devido à sua diversificação nos mercados exteriores. Por outro lado, é razoável haver da nossa parte algum cepticismo positivo em relação à fórmula encontrada. Através

do Fundo Regional dos Transportes, relativo ao sector aéreo, é sempre possível transferir ainda algumas verbas para a SATA, caso se verifique no decorrer do ano que tal se justifica. Também é possível rectificar no próximo ano tal situação, mas será de bom tom estimular a administração a fazer um esforço extra de racionalização dos custos da sua própria empresa.

Mas muito mais importante do que discutir o montante das indemnizações compensatórias é discutirmos sobre o futuro desta empresa e o papel que ela pode e deve desempenhar nos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Muito bem!

O Orador: Como é do conhecimento dos Srs. Deputados, no próximo ano, serão novamente definidas as obrigações de serviço público para os Açores e para a Madeira e será aberto um novo concurso, em Janeiro de 1999. As diversas companhias aéreas podem concorrer para uma ou mais rotas. Ora a SATA que está actualmente a fazer Horta / Lisboa, por conta da TAP, que tem um avião alugado a fazer voos na Europa, entre os Açores e a Madeira e entre os Açores e Lisboa e que tem já alguma experiência, através da sua associada Azores Express em voos para os Estados Unidos, poder-se-á encontrar melhor posicionada para desta vez concorrer a alguma rota deste concurso ou para encontrar uma parceria externa que lhe permita vir a ganhar algum espaço de manobra na sua área natural de expansão que será sempre Lisboa ou o Continente Americano. Cabe à nova administração que tomará posse em Junho próximo, desenvolver esforços para que tal venha a acontecer e para que desta forma se torne esta empresa mais apetecível para uma futura privatização, que poderá ter lugar no espaço de três anos.

Ao contrário de todas as participações do Governo Regional em empresas na área do Turismo ou dos Transportes que devem ser rapidamente alienadas — tudo faremos para que isto aconteça que haja apetência dos privados — a SATA deve merecer por parte deste Governo uma atenção especial, visto que pode estar dependente da sua actuação uma baixa significativa no tarifário aéreo Lisboa/Açores, aquando do próximo concurso em Janeiro de 1999. É preciso relembrar a todos os presentes que a TAP que cobra ao residente a tarifa de 43 100 escudos, tem como tarifa de referência para os Açores o valor de 72 800 escudos, recebendo como indemnizações

compensatórias montantes muito elevados que têm vindo a crescer a taxas superiores a 10% ao ano. Claro que assim esta rota é lucrativa para a TAP e extremamente penalizante para todas as actividades económicas dos Açores.

A Secretaria Regional de Economia tem no Plano e nos Programas PEDRAA II e REGIS II, investimentos programados que totalizam o valor de 47.7 milhões de contos. Cerca de 9.7 milhões são dirigidos aos sistemas de incentivos, cerca de 26.6 milhões de contos são dirigidos a investimentos de carácter estruturante, como sejam portos, aeródromos, portos de recreio, fase B da Geotermia e cabo de fibra óptica e cerca de 11.4 milhões de contos de apoio indirecto à iniciativa privada, através de campanhas publicitárias ou outros apoios que visam a melhoria da qualidade e da competitividade. Este Plano é um repto à iniciativa privada dos Açores, mas também é um repto à sua capacidade de atrair parcerias externas para que nesta Região surja a massa crítica capaz de enfrentar os desafios do século XXI.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de colocar algumas questões ao Sr. Secretário Regional que se prendem com a sua intervenção e, sobretudo, com o citado compromisso eleitoral do Partido Socialista que há pouco referi.

Nesse mesmo compromisso dizia-se, a determinada altura, que no desenvolvimento industrial era preciso avançar com a construção do Parque Industrial da Praia da Vitória. O Sr. Secretário, na sua intervenção referiu isso.

Contudo, gostaria que me esclarecesse se a verba de 40 mil contos que se encontra inscrita para este ano é suficiente, porque na minha perspectiva é insuficiente dado o acordo que foi assinado e que depois, tanto quanto estou informado, do visto do Tribunal de Contas, o Governo comprometia-se a entregar 50 mil contos.

Relativamente ao comércio, Sr. Secretário, quanto ao apoio à reconversão do pequeno comércio e ao aumento da competitividade dos pequenos estabelecimentos

em face dos mercados ou das alterações de mercado verificadas, propõe-se para a Ilha Terceira, no caso concreto daqueles que são abrangidas pela Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, uma verba de 400 mil contos.

É do nosso conhecimento e consta do parecer que é dado por esta entidade, que só em 96, a verba dispendida foi de 530 mil contos. Portanto, há aqui um défice de cerca de 130 mil contos que gostaria, se fosse possível, que o Sr. Secretário me esclarecesse como tenciona ultrapassá-lo.

Relativamente à produção de produtos regionais que o Programa do Governo refere, como o leite, a manteiga, a carne, o queijo e o atum, há uma verba destinada para este ano, relativamente à Ilha Terceira, de 8 mil contos que, confrontada com a verba prevista para a Ilha de São Miguel de 100 mil contos, na nossa opinião, há aqui algum desajustamento. Não queremos que a verba se equipare, mas pelo menos em termos de justiça relativa, julgamos que esta rubrica não está suficientemente dotada.

Relativamente à energia Sr. Secretário, no compromisso do Partido Socialista nas últimas eleições regionais, dizia-se que era necessário — passo a citar — "criar condições favoráveis ao investimento privado no sector energético, nomeadamente na produção de energia de origem geotérmica e eólica, dando prioridade ao desenvolvimento do projecto geotérmico da Ilha Terceira".

Uma vez que há interessados privados — e essa era também uma proposta do Partido Socialista — gostaria de saber o que é que o Sr. Secretário e a sua Secretaria tencionam fazer a este nível e em que medida, dado que o REGIS II prevê investimentos também para a nossa Região, ou permite verbas que contemplem esses investimentos. Portanto, gostaria de saber em que pé é que está o projecto geotérmico da Ilha Terceira, se vai haver ou não entidades privadas envolvidas nele e que prazo e expectativa é que nós podemos ter em ver o mesmo avançar?

Quanto aos apoios à electrificação pública, outra das dotações que V. Exa. tem no seu Plano em verbas não desagregadas, para 1997, o Sr. Secretário prevê uma verba de 55 mil contos. Gostaria que me informasse se está prevista alguma verba para contemplar investimentos na Ilha Terceira, no caso concreto deste serviço de abastecimento público?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Também para uns pedidos de esclarecimento, porque, de facto, há aqui coisas que eu não entendi bem e gostava de ser esclarecido, nomeadamente na área do turismo e dos transportes.

Eu não queria entrar muito pelos números,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Como convém!

O Orador: ... mas não consigo perceber pelos dados que tenho, como é que foram feitas estas percentagens que o Sr. Secretário aqui apresenta em termos de crescimento de verbas, porque eu vejo no Plano a Médio Prazo 93/96, 9 milhões 285 mil contos...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Executados!

O Orador: ... que a preços actuais dariam 10 milhões e 500, contra 11.575 no Plano a Médio Prazo para 97/2000, o que não me parece assim uma diferença tão grande.

De qualquer maneira, uma coisa é certa: o peso do turismo na estrutura do Plano actual é inferior — e isso não pode sofrer contestação — ao orçamentado no Plano anterior.

Há outra coisa que também gostaria de ver esclarecida, ou seja, o Sr. Secretário falou aqui em 20 milhões para investir neste quadriénio e julgo que em oferta hoteleira ou na oferta total turística.

Gostaria de saber como é que estes 3 milhões 893 mil contos que aqui estão nos sistemas de incentivo ao turismo, vão potenciar 20 milhões de contos de investimento?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É só fazer as contas!

O Orador: Já agora, se essa verba vai ser aplicada na oferta hoteleira, eu só compreendo esses 20 milhões de contos de investimento, na sua grande parte, em unidades hoteleiras de grande e média dimensão.

Como é que o Sr. no ano 2000 quer ter assim tantas camas nos Açores, se tem que fazer um concurso de ideias?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu já lhe explico isso!

O Orador: Agora é exigido concurso de ideias, estudo prévio, anteprojecto, projecto e sujeitam-se a aprovação das diversas entidades oficiais. Para executar tudo isso como é que vai ter todas as camas no ano 2000?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Estão a referir-se aos terrenos da Calheta, não é?

O Orador: Isto é um pedido de esclarecimento, Sr. Secretário, porque eu não entendi bem!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ele não percebe!

Deputado João Cunha (PSD): Ele é que não percebe! Ele é que perguntou!

O Orador: Contrariamente ao cepticismo positivo do Sr. Secretário, eu, relativamente a isto, tenho um cepticismo negativo.

Relativamente aos transportes marítimos, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, no que concerne aos transportes rápidos para a época do Verão, se V. Exa. delegou no Sr. Deputado José Humberto Chaves as grandes novidades a dar a esta Câmara?

Eu não coloquei perguntas ao Sr. Deputado José Humberto Chaves, porque esperava que o Sr. Secretário falasse nisso. Porém, não falou.

Presidente: Sr. Deputado, informo que está no fim do seu tempo.

O Orador: Então eu espero que o Sr. Secretário preste os esclarecimentos já pedidos e depois volto ao barco.

Obrigado.

Presidente: Com certeza!

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário da Economia:

Quero congratular-me pelo facto de ter anunciado que vai baixar as taxas de reestruturação portuária nas ilhas antigamente abrangidas pelo SINPCOA.

Peca por tardia,...

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

... porque quando se fez a reestruturação portuária, o primeiro baixamento devia ter tido lugar em Janeiro de 1997.

Deputado João Cunha (PSD): E esta, heim?! Seis meses de atraso!

O Orador: Para além de congratular-me com isso, há uma coisa que me preocupa bastante, ou seja, o facto do Sr. Secretário ter anunciado que eventualmente poderá transferir verbas do Fundo Regional de Transportes para a SATA.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Transportes aéreos!

O Orador: Que eu saiba, o Fundo Regional de Transportes é só um. Não há o aéreo e o marítimo.

(Risos da bancada do PSD)

Além do mais, e é isso que me preocupa, as receitas do Fundo Regional de Transportes Aéreo e Marítimo, são fundamentalmente provenientes das taxas de reestruturação portuária.

Fundamentalmente, há outras receitas pequenas que não dão para acumular grandes valores.

Se se vai transferir desse Fundo para a SATA verbas que venham a compensar as indemnizações, isto significa, que se pode baixar ainda mais as taxas de reestruturação portuária. Se isso não se vier a verificar, então, é porque as ilhas que têm taxas mais altas vão continuar a pagar as indemnizações compensatórias da SATA...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não Sr., não é isso!

O Orador: ... penalizando essas ilhas, ou seja, os recebedores de mercadorias dessas ilhas vão pagar para que a SATA tenha indemnizações compensatórias.

Quanto à questão dos portos que o Sr. referiu, que foram mal feitos, hoje em dia há catedráticos de tudo e, rapidamente, alguns chegaram a catedráticos de engenharia.

Quando se fizeram os primeiros portos nos Açores, não havia informação fidedigna sobre a ondulação que existia nestes mares.

Foram tomados como referência valores do manual que existia na marinha inglesa

Esses estudos levam anos a fazer-se e das duas uma, ou se faziam os portos com a informação da agitação que existia, ou então não se faziam os portos e esperava-se mais 10 anos até se obter essa informação.

Os últimos portos que se fizeram já foram construídos com a informação correcta, na medida em que os anteriores Governos montaram bóias que lhes permitiram então calcular portos para a nossa agitação correcta e corrigir aqueles que, eventualmente, no passado não tinham sido feitos com os valores de agitação dos nossos mares.

Outra questão que gostaria de colocar-lhe, diz respeito ao Plano.

Neste Plano há uma verba destinada a reparar os cruzeiros.

Sendo a Transmaçor uma empresa com lucros, devendo a mesma ao Governo o aluguer dos Cruzeiros, tendo-se iniciado um processo de reformulação da empresa, porque razão é o Governo a pagar a reparação dos cruzeiros e não a própria empresa?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pretendia fazer uma referência à intervenção do Sr. Secretário no que diz respeito às construções portuárias, porque já hoje pela terceira vez, se acusa a má construção. A parte técnica já foi explicada pelo Sr. Deputado Jaime Medeiros, mas gostaria de acrescentar um pouco mais, ou seja, se nós tivéssemos que esperar 10 anos pela tal informação que não existia na altura — porque estes portos foram construídos há 10 e 12 anos, quando nas diferentes ilhas faltavam todos os meses a gasolina, a farinha, a manteiga, o óleo e esta foi a pressão exercida sobre o Governo de então para a construção dos portos, porque estes seriam infraestruturas primordiais para estas ilhas — nós, mensalmente vivíamos na carne a falta de estruturas portuárias.

Não havia informação técnica na altura. De facto, os Srs. agora dispõem de toda esta informação, até mandam vir técnicos de alto gabarito para confirmar aquilo que a gente já sabe, porque há portos nesta Região que já têm medições da ondulação montadas há seis anos. Esta ondulação já está toda estudada e toda a gente sabe qual a configuração que os portos devem ter.

Quanto à afirmação que faz aí de que o porto de Santa Maria caiu pelo menos 3 vezes...

Deputado José Humberto Chaves e Rui Pedro Ávila (PS): A reparação!

O Orador: ... quero dizer-lhe que na cabeça de alguns, provavelmente, até já caíu algumas 10 vezes.

(Risos da bancada do PSD)

... porque ao longo dos anos que estou nesta Casa, todos os anos aquele porto caíu no chão.

(Risos da bancada do PSD)

Às vezes quando chegava à Ilha de Santa Maria, ficava admirado, porque o porto não estava caído.

Portanto, não foram duas vezes, já foram algumas 10 vezes.

Queria lembrar o Sr. Secretário que o porto foi destruído uma vez quando se encontrava em fase de construção e já que vem demonstrando ao longo dos tempos que é um técnico bem informado nesta área, digo-lhe que qualquer porto em fase de construção é um porto fragilizado e aquele estava, porque não estava acabado e daí ele ter caído.

Ele já aguentou estas intempéries todas, até os últimos temporais e não caíu.

Quanto a reparações, se bem me lembro, não se efectuaram nenhuma. As reparações que teve foram muito pequenas.

As grandes reparações e o porto caído no chão, é de facto, um pensamento de muita gente que tem estado ao longo do tempo nesta Assembleia. Na realidade isso não tem acontecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao porto, no dia 11 de Fevereiro de 1986, ele estava no início e caíu. Tudo o que estava lá ficou destruído. Esta é a primeira, vá contando que há mais.

(Risos da bancada do PS)

No ano seguinte, o porto estava a meio e caíu novamente. Lembra-se disto?

Agora, ainda não caíu, felizmente para nós.

Deputado João Cunha (PSD): Não se preocupe, Sr. Deputado! Não lhe façam obras que ele cai de certeza!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. Secretário perguntou o seguinte:

"Quantas vezes se construiu e reconstruiu o porto?"

Duas vezes.

Que eu saiba, já vamos na terceira vez. Esta é a terceira vez...

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. disse que não caíu. Agora já caíu. Que confusão!

O Orador: Quando o Sr. Deputado esteve a falar, eu estive calado.

Deputado Mark Marques (PSD): Não estive!

O Orador: Estive. Se não estive é porque estava distraído.

(Risos da bancada do PS)

Portanto, esta é a terceira vez.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário disse, na sua intervenção, que se for vontade desta Casa ampliar o Porto da casa, assim o fará.

Pergunto: Porque é que esta ampliação não entrou no Plano?

Tanto quanto sei, de uma maneira ou de outra, isso vai acontecer.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou começar pelo fim e, provavelmente, vou esquecer-me de alguma questão porque tinha acabado de fazer a minha intervenção.

Começando pelo Corvo, o que eu disse foi exactamente isto: nós estamos a fazer levantamentos topo-hidrográficos nos outros portos, para que rapidamente se possa realizar os projectos e se for vontade desta Assembleia, este porto será ampliado.

Deputado Victor Cruz (PSD): Isso não é novidade nenhuma!

O Orador: Nós temos uma verba inscrita de 280 mil contos e se chegarmos à conclusão que queremos construir esse porto, vamos construí-lo.

Aliás, quando o Governo foi ao Corvo, não negou a sua ampliação e disse que ia encontrar as verbas para o fazer.

Todos nós estamos coerentes nesse processo.

Quanto à Transmaçor, é evidente que a parte que nos pertence será privatizada rapidamente. Nós vamos pegar nos nossos navios, vamos repará-los, colocá-los na empresa e vender as nossas acções. Isto será feito até final do Verão. Podem estar descansados quanto a isso. Nós não somos empreiteiros nem empresários na Região.

O Estado não o é.

Quanto aos portos, reparação e reconstrução, julgo que isso já está bem claro e não é preciso falar novamente. O porto de Santa Maria é um bom exemplo.

Deputado José Maria Bairos (PSD): De quê?!

O Orador: O que disse foi:

"Quantas vezes se construiu e voltou a reconstruir o Porto de Santa Maria?

Que eu saiba, já vamos na terceira reconstrução."

Quanto ao Fundo Regional dos Transportes, como sabem, este Fundo tem várias componentes, ou seja, a parte terrestre, a parte aérea e a parte marítima.

Aquilo que se ganha na parte aérea é proveniente das aerogares. Esta parte é passível para ser posta na SATA, segundo os estatutos. Nós agora estamos com um saldo positivo de cerca de 50 mil contos. Vamos fazê-lo. Não é muito, mas até ao final do ano poderemos ter mais.

Quanto às taxas de reestruturação portuária, nós agora vamos reduzir um pouco, porque renegociamos primeiro as taxas bancárias e temos que ter a certeza como é

que vão evoluir e qual a verba que dispomos, porque nós não só queremos baixar este ano, mas todos os anos.

Rapidamente, não podemos fazer tudo isto de uma vez, porque senão passamos a não ter dinheiro para pagar a dívida, mas este ano vamos reduzir uma verba muito significativa e se podermos abater no capital, feitas as contas, nós vamos abater.

Quanto ao concurso de ideias dos terrenos da Calheta, penso que a bancada do PSD nem sequer quer ouvir falar nisso.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ai queremos, queremos. Aí é que se engana!

O Orador: O processo do concurso desses terrenos, é um processo sobre o qual os senhores devem estar bem calados.

Deputado João Cunha (PSD): Porquê?!

O Orador: Coloquem essas perguntas, porque estiveram calados durante muito tempo.

O concurso de ideias é muito simples. Há uma parte daquela zona, cujo programa de pormenor feito na Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, a Câmara, a Direcção Regional do Turismo e os próprios candidatos que concorreram não concordam com ele.

Presidente: Sr. Secretário, está no fim dos seus 3 minutos.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Gostaria de dar continuidade às questões que comecei por levantar há pouco e que não continuei por ter esgotado o meu tempo.

A primeira questão que gostaria de colocar ao Sr. Secretário Regional da Economia, é a seguinte: quem é que tutela o Fundo Regional de Transportes? É a Secretaria Regional da Economia ou a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos?

Pergunto isto, porque vi uma resolução do Conselho do Governo que altera o conteúdo das funções do Fundo Regional de Transportes e acrescenta uma, nomeadamente, adquirir sinais para a rede rodoviária regional.

Paralelamente e no Plano, existe nas verbas não desagregadas, uma verba destinada à sinalização da rede rodoviária.

Perante isto, fico sem saber se a tutela é bipartida ou se tem que haver entendimento entre os dois secretários sempre que um quiser mexer nas verbas de um fundo.

Outra questão que vem neste Plano, refere-se a uma verba de 30 mil contos para a transformação do Teatro Micaelense em centro de congressos.

Parabéns, Sr. Secretário!

Essa ideia foi lançada há algum tempo. Inicialmente não foi acarinhada, mas vejo que a acolheu e acolheu muito bem, porque, na minha opinião é a melhor solução.

Porém, há uma questão que é preciso que nós saibamos. Por acaso existe algum contrato com a Fundação de Nossa Senhora da Vila ou com o proprietário do imóvel? Havendo, em que condições é que essa infraestrutura será cedida ao Governo e em que condições é que será explorada?

Há uma questão muito simples que gostaria de ver esclarecida, ou seja, quando é que saem os navios da orla marítima de Ponta Delgada que, segundo este Plano, estão previsto que sejam removidos pelo Governo?

Há intenção de construir parques de campismo no Plano de 97, mas depois nas verbas que desagregaram, não há uma única verba destinada a isso.

Finalmente, a última questão:

Em Janeiro deste ano, a TAP aumentou o tarifário para os Açores cerca de 3% nuns casos, noutro 2,7 e noutros 3,1, excepto a tarifa de residente, de estudante e de equipas desportivas.

A TAP, mais uma vez veio penalizar o Turismo nos Açores.

Não ouvi da parte do Sr. Secretário, nem de nenhum membro do Governo, publicamente, nenhuma crítica àquela companhia, antes pelo contrário, o que vi foi que a TAP abandonou a rota da América e retomou-a no princípio deste ano fazendo concorrência desleal à AZORES EXPRESS, praticando preços mais baixos que os charters, naturalmente para obter lucro, mas aquilo não é um serviço público.

O que nós não entendemos é como é que a TAP continua a praticar tarifários para os Açores a preços de referência superiores àqueles que são praticados para a rota dos Estados Unidos.

Presidente: Sr. Deputado, informo que já está no fim do seu tempo.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Em vez de ouvirmos o Sr. Secretário contestar isso, o que vimos foi V. Exa. receber um convite e viajar no voo inaugural.

Se eu tivesse recebido aquele convite, ia ao aeroporto e pregava dois berros no ouvido do Presidente da TAP e voltava para trás. Ele ia sozinho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

Eu ouvi com muita atenção a intervenção do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que hoje, e muito bem, se estreou nesta Casa a falar no Corvo.

Registei ainda com maior atenção, que no fim da sua intervenção, o Sr. Deputado José António Monjardino perguntou ao Presidente do Grupo Parlamentar do PS, que se apresentasse uma proposta para a construção do porto da casa, se aquele Grupo Parlamentar votava a favor.

A resposta do Sr. Deputado Fernando Menezes, naturalmente autorizado por ser Presidente da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi mais ou menos isto: se o Governo aceitar, nós estamos disponíveis.

Ouvi também com muita atenção, a intervenção do Sr. Secretário Regional da Economia.

No fim da sua intervenção, o Sr. Deputado José Manuel Avelar Nunes salientou uma frase que estava patente na intervenção do Sr. Secretário, ou seja, que se fosse vontade desta Casa faria o porto.

Perante isto, eu tenho que fazer uma pergunta para ver se nos entendemos.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS diz que se o Governo aceitar vota, o Secretário Regional da Economia diz que se esta Casa votar favoravelmente faz o porto. Em que é que ficamos?

Também aproveito a oportunidade para perguntar ao Sr. Secretário Regional da Economia se, perante essa sua abertura para aquilo que é mais do que evidente — porque o Sr. Secretário no mesmo passo que nos manda calar sobre alguns temas tem aqui uma postura tão humilde — o Governo fará o que a Assembleia decidir?

Isso é inevitável, Sr. Secretário, por isso é que não nos devia mandar calar. Porque os governos nesta Casa estão para ser fiscalizados e não para mandar calar os Deputados. Os governos nesta Casa estão para cumprir o que os Srs. Deputados votam, o sistema que vivemos de governo é um sistema parlamentar, o que não significa que se sinta diminuído nos debates.

Pergunto:

1.º — Porto da casa: em que é que ficamos?

2.º — Essa sua postura de abertura é ou não compatível com o facto do Presidente do Governo e de vários membros do executivo dizerem por diversas vezes que aceitando possíveis alterações ao Plano, não aceitarão certamente governar com um Plano que não corresponda ao projecto eleitoral do Partido Socialista?

Nesta fase da discussão do Plano a Médio Prazo e do Plano e Orçamento para 1997, julgo ser esta uma questão política importante e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata gostava de ter alguma luz sobre esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu não falei em nenhum sítio da minha pequena intervenção de há pouco, dos terrenos da Calheta.

O Sr. picou-se logo!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É evidente!

O Orador: Mas vamos falar nisso. Não vai ser agora, provavelmente logo ou amanhã, mas voltaremos a falar neles se o Sr. quiser.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Quando quiser.

O Orador: O que disse, relativamente aos 20 milhões de contos, foi o seguinte:

Como é que o Sr. quer ter uma oferta hoteleira no ano 2000 com tanto dinheiro, se é preciso um concurso de ideias, um estudo prévio, um anteprojecto, um projecto e aprovação? Como é que ia ter todas essas camas disponíveis no ano 2000? Foi isso que disse e não falei em terrenos da Calheta, nem vou falar agora.

Vamos voltar aos transportes marítimos que há pouco ficaram atrás.

Este Governo já tem provado que é useiro e vezeiro em dizer, desdizer, voltar a dizer, em afirmar, negar, voltar ao princípio, em nomear, desnomear, voltar a nomear e com o barco rápido acontece a mesma coisa.

Vamos voltar um pouco à história disto.

O Governo foi informalmente abordado pela Associação de Municípios do Triângulo, no final do ano passado, relativamente à repetição da experiência do ano anterior no triângulo.

Formalmente, a mesma Associação abordou o Governo em Fevereiro. O Governo pressionado, mais concretamente o Sr. Secretário, respondeu em Abril, mas não respondeu satisfatoriamente.

Depois de uma reunião que se realizou, veio dizer que não era possível dinheiro para dois barcos e que a prioridade era para um barco de centenas de passageiros que percorreria o Grupo Central e o Grupo Oriental, com excepção da Graciosa, mas depois veio corrigir, que tinha sido esquecimento. Porquê? Porque tinham chumbado o projecto de um barco rápido de pequena dimensão, específico para a Graciosa, que depois de pressionados quando o Governo visitou aquela ilha, viabilizaram.

Também parece que já há um barco para as Flores e para o Corvo.

Agora, segundo o que o Sr. Deputado José Humberto Chaves anunciou aqui, afinal já vai haver um barco para o triângulo. Era isso que eu efectivamente desconhecia.

Gostaria que o Sr. Deputado me confirmasse, porque folgo imenso com esta notícia, porque sou defensor disso já há muito tempo e já referi isso aqui por diversas vezes, só temo — como disse há pouco o meu colega Deputado Mark Marques, também interessado nisto como Deputado de São Jorge, uma das ilha do triângulo — que já se tenha perdido muito tempo e que muitos operadores turísticos já tenham desprogramado viagens, que naturalmente tinham que programar a tempo e a horas, pelo facto de nada estar definido acerca deste assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir uma questão que há pouco me esqueci.

Aquando da apresentação da Anteproposta do P.M.P., de facto, levantaram-se algumas vozes incómodas nos pareceres que foram dados sobre a mesma.

Na altura, houve uma forma de calar algumas vozes incómodas. Convidaram-se pessoas para ir para a Presidência da EDA e aí uma das bases desta nomeação foi, de facto, a privatização da EDA e possíveis estudos acerca dos tarifários.

Na questão do tarifário, nós que andamos aqui há anos a cansar o crânio...

(Risos da bancada do PSD)

... à procura de uma descoberta para resolver o tarifário da EDA, há pouco tempo fomos confrontados com uma notícia no jornal, que dizia o seguinte: "aproximamos o tarifário ao tarifário do Continente, custa 3 milhões de contos e o Governo paga".

Afinal, a solução estava aqui à nossa frente.

Mais uma vez o Sr. Secretário na sua intervenção mostra esta preocupação.

Na minha opinião, acho que já tem neste momento, a solução para o futuro, fornecida pela administração da própria EDA, para que o tarifário dessa empresa seja imediatamente reduzido em termos de custos para os consumidores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho mais algumas perguntas para fazer, mas duvido se as devo fazer agora, porque eu não consegui obter resposta às primeiras, receio que fazendo agora mais perguntas, não consiga obter resposta nem às primeiras, nem às segundas.

Talvez é melhor esperar que o Sr. Secretário responda a algumas questões e depois colocarei as perguntas que pretendo ver esclarecidas

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PS): Sabes, é muito diálogo por parte deste Governo!

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Victor Cruz:

Eu, quando vejo o Sr. Deputado levantar o braço já sei que é para mim, porque há uma certa fixação, mas tudo bem, eu até lhe agradeço que me cite e que me dirija a palavra.

Sr. Deputado:

Eu não tenho dúvidas de qual o papel da Assembleia Legislativa Regional e qual o papel do Governo. Não tenho quaisquer dúvidas acerca disso.

Sei que estes documentos são propostas do Governo e compete ao Governo executar as propostas que aqui forem aprovadas. Só que como bem sabe, porque o PSD governou esta Região durante 20 anos, tem que haver concertação entre o Grupo Parlamentar que suporta o executivo e o Governo.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Ah! Agora! Antigamente não era assim!

O Orador: Devo dizer-lhe a este propósito, que há uma forte solidariedade e uma coesão muito grande entre este Grupo Parlamentar e aquela bancada.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Boca santa!

O Orador: Portanto, respeitando esta solidariedade, esta coesão e esta necessidade da concertação, por respeito a isso e por respeito às competências desta Câmara e às competências executivas daquele Governo, dei a resposta que dei.

Posso dizer-lhe agora, que na verdade, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PS, entendemos que aquele porto deve ir para a frente e que no âmbito da tal concertação que tem que existir com o Governo, essa situação já está esclarecida e aceite.

Portanto, não existe qualquer contradição, Sr. Deputado. Cada um sabe o seu papel e desempenha-o da melhor forma e sobre este aspecto nós estamos conversados e estamos de acordo para bem do Corvo, neste caso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que eu não posso responder a todas as perguntas que me foram colocadas. Os meus três minutos vão ser esgotados a responder a algumas perguntas, as últimas.

Em relação à EDA, é evidente que o seu problema não são só os três milhões de contos para baixar o tarifária. É mais do que isto. Foram gestões que no passado colocaram pessoas a mais e hoje essa empresa tem muitos funcionários e não se pode despedir essas pessoas. No entanto, temos que racionalizar a EDA.

É preciso encontrar um parceiro estratégico, com um melhor conhecimento, ou seja, a EDP, para entrar na EDA. Porquê? Porque é que temos que esperar?

Porque ou se fazia isso muito antes, há um ano ou há um ano e meio atrás, antes da privatização do anúncio da privatização EDP, ou se faz depois da privatização. Isto é claro.

Conversações existem entre o Governo Regional e o Governo Central. A EDP, esteja o Sr. Deputado descansado, entrará para o capital social da EDA e encontrar-se-á uma forma para que haja alguma compensação e para que os privados também possam entrar no capital social da EDA.

Quanto ao barco rápido, queria em primeiro lugar, agradecer esta oportunidade para explicar.

Vai haver um barco rápido. No dia 15 a 20 Junho estará cá o Independência que, neste momento, está na Transtejo.

Isto são negociações demoradas, porque não é só alugar um barco, é preciso encontrar o barco ideal, porque barcos aparecem a 600 contos por dia.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Por isso é que deviam ter começado mais cedo!

O Orador: Aquele custa 125 contos por dia

Conseguiu-se este barco através de uma intervenção pessoal na Transtejo, porque ele está alugado a ela e, neste momento, está sendo reparado. Quando acabar a sua reparação virá para os Açores.

Além disso, também estamos a receber os certificados do outro barco que está no mediterrâneo e que se for aprovado pela Direcção Geral de Navegação, no início de Junho estará cá.

Portanto, haverá dois tipos de barcos diferentes para os Açores. Um é o hydrofoil e o outro é um catamaran.

Este ano poderemos provar qual o barco que melhor se adapta aos mares dos Açores, porque o nosso mar é complicado,...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Isso nós já sabemos há muito tempo!

O Orador: ... ele não só tem ondas como também tem o período da onda. Portanto, temos que ver qual se adapta melhor.

Desde o início, eu queria uma solução para os Açores que incluísse o Grupo Central e o Grupo Oriental. Nas reuniões que tive com a Associação de Municípios do Triângulo, isso ficou bem claro e está aqui um representante da Associação que não me deixa mentir.

Nessa reunião foi dito que a Graciosa não seria servida. Que isto fique claro.

O que disse na altura foi que ele ia prestar serviços para todo o Grupo Central e Oriental e que ficaria 2 dias no Grupo Oriental e cinco dias no Grupo Central, se for um só barco. Se conseguirmos dois barcos, havemos de ver qual a melhor solução.

É evidente que o barco rápido tem problemas em relação ao enjoio. A partir de uma hora de navegação as pessoas enjoam com muita facilidade.

As ilhas do triângulo são as que melhor se adequam ao barco rápido. São estas que serão privilegiadas no aluguer e no transporte do mesmo.

Presidente: Sr. Secretário, está no fim dos seus 3 minutos.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Menezes:

Não há qualquer fixação nem interesse em discutir esse assunto. Há apenas aqui um Deputado que fala quando acha que deve falar.

Por vezes tem acontecido que o Sr. Deputado tem sido alvo das minhas intervenções como muitos outros Deputados que aqui estão. Portanto, não envolve nenhum tipo de fixação política.

Eu não perguntei se havia qualquer consonância, respeito mútuo, solidariedade, entendimento, entre o Grupo Parlamentar do PS e o Governo Regional dos Açores.

O que disse foi que tive conhecimento da sua resposta e que a mesma não era compatível com a do Sr. Secretário, porque o Sr. remeteu para o Governo e o Governo remeteu para a Assembleia. Eu apenas fiz uma pergunta para esclarecer algo que me deixou confuso.

Como o Sr. Deputado sabe, o porto da casa, a par de mais algumas 5 ou 6 reivindicações, está a dar que falar se não aqui para já, pelo menos na opinião pública e nos órgãos de comunicação social. Não fui eu nem nenhum Deputado do PSD que fez qualquer pergunta no sentido de intrometer-se em qualquer tipo de negociação.

Foi o Sr. Deputado José António Monjardino, líder do PP, que fez a pergunta e o Sr. disse que isso dependia do Governo, mas que estavam disponíveis.

Porém, quando o Deputado do PSD, na sequência da intervenção do Secretário Regional, faz a pergunta, ele reafirma que está pronto para fazer, mas isso depende da Assembleia.

Eu como sou Deputado e este assunto está sendo falado aqui por iniciativa do líder do PP e muito bem, por iniciativa da sua intervenção que falou sobre o Corvo e por iniciativa do Sr. Secretário Regional, o qual tem que explicar aqui a sua política, não percebi o que é que se passava.

Deputado Fernando Menezes (PS): Mas agora percebeu!

O Orador: Devo dizer-lhe que agora estou esclarecido e fico muito grato por ter descoberto que as grandes dúvidas que se põem na opinião pública neste momento, afinal podem ser esclarecidas aqui com pequeninas perguntas. Vamos já depressa preparar mais 5 ou 6 para sabermos afinal em que é que ficamos.

(Risos da bancada do PSD)

(Aplausos da bancada do PSD)

Devo dizer que isto não envolve qualquer crítica. É salutar, é normal e desta vez fico contente com a resposta, porque quando foi a discussão do Programa do Governo, íamos já a meio do campeonato, perguntei se havia alguma interferência do Partido Popular no texto do Programa do Governo e o Sr. Secretário, que na altura estava aqui e que tinha como responsabilidade responder, nunca me esclareceu.

Fiquei sempre sem saber.

Acabou a discussão do Programa do Governo e só depois, muito mais tarde, é que vim a saber que afinal a minha pergunta fazia sentido.

Não há qualquer problema em haver qualquer negociação, ou diálogo, seja com quem for. Só que eu gostava de ter conhecimento, sobretudo neste caso, quando se fala em tanta transparência.

Eu não pergunto ao Partido Popular, porque ele está a fazer a sua própria estratégia.

Eu não estou aqui para fiscalizar o PP, o PCP ou o PS. Mas o Governo eu fiscalizo.

Quando pergunto ao Governo o que é que está a fazer e não me respondem, aí eu penso que se está a passar algo de mau.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não está!

O Orador: Não responderam bem aquando do Programa do Governo. Agora foi preciso haver uma contradição para eu ficar sabendo alguma coisa e espero atentamente pela próxima.

Quanto ao respeito entre o Grupo Parlamentar do PS e do Governo, acho muito bem que tenham, só que no nosso tempo, chamavam a esta solidariedade de diálogo e de entendimento, subjugação do Parlamento ao Governo, agora é entendimento.

Bem bom que já aprenderam alguma coisa em 6 meses.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas duas ou três questões muito rápidas.

A primeira questão é um esclarecimento de ordem histórica.

O porto de São Roque do Pico Sr. Secretário, para que o Sr. de alguma forma ponha mais simplicidade nas suas acusações, não é da responsabilidade de nenhum Governo Regional.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu não disse isso!

O Orador: O Sr. juntou todos os portos, mas o porto de São Roque é da responsabilidade do Governo da República da altura e da Junta Regional.

Depois é que passou, por descentralização, para o Governo e foi o Governo Regional que obstou que ele fosse para além dos 45 metros, porque ele estava para ir.

Naturalmente que há ainda nesta Casa algumas pessoas que terão reclamado na altura, o facto do Governo ter mandado suspender as obras.

Sobre isto estamos conversados.

Todos os portos desta Região foram estudados e trabalhados no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e submetidos aos técnicos da Direcção Geral de Portos.

Foram feitos com todos os cuidados, as técnicas e o rigor que se impunha na altura.

É perfeitamente desajustado e o Sr. Secretário não tem qualquer necessidade intelectual de o fazer, numa intervenção equilibrada, ceder a essas facilidades e àquilo que eu julgaria ao fim e ao cabo, uma concessão pouco comum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com atenção a questão que se refere à privatização da empresa, ou melhor, da parte do Governo da empresa que serve o canal Faial/Pico, e gostaria desde já perguntar ao Sr. Secretário, qual a previsão da alteração tarifária que se vai verificar por essa privatização, dado que estamos num serviço público concessionado e, como tal, tem que ser limitado no seu tarifário?

Gostaria de saber, porque não vejo concomitantemente com essa vontade de privatização, qualquer verba no Plano que sirva para o apoio a este tipo de transporte e é evidente que esta é uma questão que toca muito de perto na vida de 30 mil pessoas que aqui giram durante todo o ano.

Finalmente gostaria de constatar um facto, ou seja, duas facturas já estão pagas: o porto do Corvo e a privatização da SATA.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

Deputado Carlos Fraga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Segundo entendi, o Sr. Deputado levantou uma questão em relação ao parque industrial da Praia da Vitória, dizendo que no ano anterior tinha sido assinado um protocolo com o valor de 50 mil contos e que este ano, no Plano, só vinham contemplados 40 mil contos.

Esses 40 mil contos tratam-se de uma comparticipação do Governo Regional, sendo a parte restante comparticipada pelas Câmaras da Praia da Vitória e de Angra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir acerca do barco rápido, mas vou fazê-lo porque fui de alguma forma confrontado com o facto de ser representante da Associação de Municípios do Triângulo.

Aqui dentro, eu sou Deputado.

Há algum tempo atrás, eu fui de algum modo prejudicado pelo facto de ser membro de outras organizações que não esta, com acusações infundadas e maldosas, por isso, estava a tentar não intervir.

No entanto, é preciso esclarecermos algumas coisas em relação ao barco que vem para o triângulo.

De facto, o que o Deputado Manuel Azevedo disse, é verdade; houve abordagens informais iniciais.

No dia 26 de Fevereiro, foi enviado um fax para a Secretaria da Economia em que se expressava a posição da Associação de Municípios do Triângulo relativamente ao barco e demonstrando interesse em estudar com o Governo uma participação conjunta, num modelo semelhante ao do ano passado e com as alterações que a aprendizagem normal destas experiência provocam.

Na altura, o Triângulo tinha um barco em vista que estava disponível. No entanto, teve que esperar até ao dia 4 de Abril pela resposta da Secretaria e isto porque tinha na altura uma assembleia inter-municipal que, dois ou três dias antes, teve que fazer uma comunicação para saber afinal como é que as coisas ficavam para se poder decidir.

A resposta que veio não foi satisfatória e nessa assembleia foi resolvido, por unanimidade, estando presentes as autarquias do triângulo, que a resposta não sendo satisfatória ir-se-ia pedir uma audiência ao Sr. Secretário.

Nessa audiência, foi claro, da parte do Sr. Secretário, que não estaria disponível para apoiar uma embarcação exclusivamente para o triângulo, mais o percurso da Terceira,

só estando disponível para apoiar uma embarcação para todas as ilhas dos Açores, com excepção das Flores e do Corvo, corrigindo uma informação que tinha vindo a público da sua parte, em relação a esse barco não ir à Graciosa e que no documento que nos foi apresentado nessa reunião, também não estava incluída essa ilha.

Porém, o Sr. Secretário comunicou aos serviços para fazerem um estudo incluindo a Ilha Graciosa. Penso que não estou faltando à verdade.

De facto, segundo parece, a Graciosa foi incluída nesse processo.

Contudo, também foi dito que o Governo só apoiaria a Associação de Municípios do Triângulo e as outras entidades que estavam envolvidas neste processo, se falhasse o "Pátria".

Quando se diz que já houve várias notícias e evoluções neste processo, também é verdade.

Até aqui, em relação à Associação de Municípios, o processo foi este que expliquei.

De início era o Pátria. Posteriormente, já não era o Pátria, era o barco grego "hydrofoil".

Em seguida já não queriam um barco, mas sim dois e aí já havia verba para os dois barcos.

O que acontece é que estamos a chegar ao mês de Junho, os agentes turísticos, tal como já foi aqui referido, estão a ser altamente prejudicados e um projecto que tinha tido muita participação de vários agentes privados, câmaras de comércio e entidades públicas e que passava por ganhar algum mercado, fazer um serviço aos cidadãos e fazer experiências navais com vista a uma futura embarcação, está comprometido e voltou-se ao início. Penso que não é ainda o "hydrofoil", nem o catamaran Independência, que vão provar o que quer que seja.

Ainda falta experimentar o monocasto que era o barco que a Associação de Municípios do Triângulo tinha e que não avançou para processos negociais, porque não tinha uma resposta da parte da Secretaria e quando obteve essa resposta, o barco já tinha desaparecido do mercado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voltando novamente ao assunto dos portos, apesar do Sr. Secretário já ter afirmado que sobre essa matéria nós já estamos esclarecidos, eu gostaria de pedir mais alguns esclarecimentos porque há assuntos que para mim ainda não estão claros.

Relativamente ao porto da Calheta, gostaria que o Sr. Secretário me indicasse o que é que pretende fazer com 150 mil contos?

Esses 150 mil contos que foram orçamentados, partiram de que base?

Tanto quanto sei, não há nenhum projecto com esse valor.

Portanto, gostaria de ser bem esclarecido sobre isso.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou encerrar de uma vez por todas essa história do barco rápido.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não, não vai! Como é isso agora?!

O Orador: Como o Sr. Deputado Duarte Freitas sabe e muito bem, na Terceira, na presença de outras pessoas como os Srs. Presidentes das Câmaras de Angra e da Praia da Vitória, eu disse claramente que o que se pretendia era um barco que servisse o Grupo Central e o Grupo Oriental.

Os representantes da Associação de Municípios do Triângulo enviaram-me um fax a dizer que estava tudo bem, excepto a Graciosa — está lá escrito — o triângulo e a Terceira; Santa Maria, nem pensar.

Quanto ao barco de "Malo", como o Sr. sabe, é preciso sermos verdadeiros nisto, passada uma semana desapareceu do mercado, porque a volatilidade destes processos são assim.

O barco está na Noruega, no Mediterrâneo, na França, ou seja, num sítio que não é próximo dos Açores e não se pode firmar o contrato sem visitar o barco, sem ver as condições que ele tem, porque então "enfiamos um barrete".

Em relação ao Pátria, nós fomos lá visitá-lo, verificámos as condições que ele tinha.

Em relação ao barco grego e ao Independência, fizemos a mesma coisa.

É preciso fazermos estudos económicos senão é um barrete tão grande como o do ano passado que deu 40 e tal mil contos de prejuízo.

Como o Independência vai nos sair muito mais barato, 125 contos por dia, em 100 dias são 12 mil e 500 contos o aluguer, é possível ter dois barcos.

É preciso fazer contas, porque este processo não é como comprar laranjas, nem comprar fruta no supermercado.

Se ele não está disponível aqui, nós temos que ir visitá-lo e ele aparece e desaparece rapidamente no mercado.

A Rinave esteve constantemente à procura do barco.

Julgo que isto está esclarecido.

É evidente que há muitas outras coisas ainda por esclarecer.

No que diz respeito à questão levantada pelo Sr. Eng. Jaime Medeiros, que falou sobre a TAP e a rota para Boston, eu julgo que a TAP ao ir para Boston está prestando um serviço também à comunidade açoriana.

Não se confundam as coisas!

A SATA não tem medo da concorrência. A SATA deve trabalhar na concorrência, porque não quer o monopólio para si.

Se calhar a SATA, neste momento, está a ganhar dinheiro, enquanto que a TAP está a perder e ainda bem que é assim. Não tenhamos medo da concorrência, é bom, é salutar.

Se a SATA quer ser alguém, tem que ir ao mercado, tem que ir à luta e nós devemos ser delicados com as pessoas que nos convidam.

Em relação aos navios que estão em Ponta Delgada, como o Sr. sabe, eles têm até ao final de Maio para serem desmantelados.

Porém, temos que abrir um concurso e já está sendo preparado — porque de facto aquilo cai no 55 e não nas calamidades, porque aquilo não é uma empreitada, é uma prestação de serviços.

Nós já contactámos uma firma que faz o preço de 150 mil contos e por isso é que encontramos esse valor no Plano, distribuídos em 100 mil contos para este ano e 50 mil contos para o ano, porque sabemos que aquilo leva tempo e provavelmente não poderá ser feito imediatamente, mas a curto prazo nós lançaremos o concurso para resolver essa situação.

Quanto ao Teatro Micaelense terei todo o gosto em explicar o que é que se está passando. Nós vamos fazer uma sociedade em que será avaliado o valor do património "Teatro Micaelense" e será também avaliada a nossa participação

como está aí colocado, 350 mil contos. Nós pensamos que essa verba será suficiente para reparar o Teatro Micaelense e transformá-lo num centro cultural e de congressos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à Graciosa, eu penso que ficou claro. Qualquer pessoa tem o direito de ter lapsos e compreendemos que possa ter tido um lapso quando falou para a Comunicação Social da Graciosa.

No entanto, a nossa conversa na Terceira efectuou-se na presença dos Presidentes das Câmaras daquela ilha e estudou-se a possibilidade de eles entrarem num processo idêntico ao do ano passado.

O Presidente da Câmara da Ilha Graciosa não esteve presente e, na minha perspectiva, a Associação de Municípios do Triângulo não tem outra coisa a fazer senão defender os seus legítimos interesses.

Em relação aos barcos para aluguer que existem no mercado, todos nós sabemos que eles são poucos.

O Sr. Secretário não me vem ensinar nada disso, porque o ano passado estive envolvido em processos idênticos com outras pessoas e sei que é difícil arranjar barcos no mercado.

Se não se vai logo atrás daquele que existe, é complicado e pode desaparecer e talvez por o Sr. Secretário não saber isso é que demorou a responder e ele desapareceu.

Quanto à questão do prejuízo, no final deste processo que vamos ter em 97 e no futuro, iremos perceber se ele vai aumentar ou diminuir.

O que é certo é que os estudo já indicavam que íamos ter prejuízos e as pessoas estavam todas preparadas para os assumir.

Também é certo que a estrutura de custos que foi dada pela Transmaçor, e julgo que foi ela que forneceu o estudo para o Pátria, veio ou não a verificar-se.

Por outro lado, a ideia que permaneceu desde sempre, foi a parte de prejuízo ser assegurada pelas várias entidades, para que os agentes privados pudessem fazer esta experiência ganhando mercado e efectuando desde já um serviço que era necessário e

fundamentalmente, ganhando também o conhecimento de qual a unidade naval ideal para estas águas, para executar este serviço.

Um barco novo custar 500 ou 800 mil contos, não é nada do outro mundo, é o preço normal. É preferível gastar-se 40, 50 ou 110 mil contos em estudos para ter-se a garantia que o barco navega, porque o barco não é como um carro.

Temos que fazer essas experiências para se saber qual o barco ideal.

Simultaneamente, gastando este dinheiro com estudos e desde logo servindo as populações e o turismo, foi o objectivo que se tentou alcançar.

Pode perguntar a 90% das pessoas do triângulo e muitos dos açorianos que tiveram esta experiência, apesar dos problemas que houve, qual a opinião deles este ano em relação ao barco e em relação à política de transportes de passageiros nos Açores, nomeadamente no triângulo.

Foi um passo enorme que se deu e foi a Associação de Municípios que o liderou, mas as Câmaras de Comércio, a Transmaçor e o Governo Regional de então, perceberam, acompanharam e acarinharam.

Foi um passo decisivo para uma certa mudança que se verificava e que agora corremos o risco, se não for continuado como deve ser, de voltarmos à estaca 0 (zero).

É por isso que também digo, em relação à tipologia de barco, que foi pena aquele que se perdeu, porque era um monocasto.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Simplesmente para lembrar o Sr. Secretário que ele se esqueceu de esclarecer o meu colega de bancada Aires Reis e já agora eu também estava interessado em saber a resposta sobre a questão lançada.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como sabe, o porto da Calheta terá neste Plano uma verba de 150 mil contos e nós consideramos curta esta verba, mas é suficiente para dar início. Isto não significa que termine agora.

Há um estudo que aponta para um valor um pouco mais elevado.

Nós não pretendemos fazer um grande porto na Calheta. O que nós pretendemos é arranjar aquele porto, desassoreá-lo e aumentar as condições para que o Cruzeiro do Canal e o Cruzeiro das Ilhas possam lá ir com segurança e também sirva as embarcações piscatórias que lá estão situadas.

Porém, isso não significa que o projecto tenha que se realizar num quadriénio. Vai ser começado e 150 mil contos é um bom início para começar a realizar esta obra.

Provavelmente será terminada um pouco mais tarde, mas as coisas são assim.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por aquilo que o Sr. Secretário esclareceu, eu depreendo que os 150 mil contos para o porto da Calheta são só para obras de beneficiação no aspecto de drenagem e de acostagem. Portanto, não tem obras de engenharia civil propriamente ditas no porto da Calheta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou repetir as perguntas, mas pedia ao Sr. Secretário se seria possível, utilizando mais um tempo de resposta, esclarecer-me o que se passa relativamente ao projecto geotérmico da Ilha Terceira, à central de Angra e sobretudo às questões que lhe coloquei anteriormente para as quais não obtive resposta.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Ficam para amanhã!

O Orador: Eu penso que nós ainda temos a liberdade de questionar dentro desta Assembleia as pessoas que entendemos.

Além disso o Sr. Presidente é que recomendou outro dia para levantarmos questões.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não, senhor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, apenas para saber se o Sr. Secretário Regional da Economia está inscrito para responder às perguntas?

Presidente: Não, Sr. Deputado, neste momento, ainda não está.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Então perguntaria ao Sr. Secretário se ele está disposto ou não a responder, porque há mais perguntas para colocar.

Sei que tem limitações de tempo, mas o nosso Grupo Parlamentar também tem e já que estamos a debater o Plano a Médio Prazo, gostaríamos de obter respostas da parte do Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação ao projecto geotérmico, como sabe, nós tivemos uma reunião na Terceira com todas as pessoas ligadas ao processo geotérmico.

Eu disse a essas pessoas para consultarem o processo geotérmico de São Miguel e aprenderem com ele.

Como sabe, é um processo excelente para se aprender como é que se gasta tanto dinheiro.

É evidente que o passado, é passado. De facto, houve no processo geotérmico muita coisa mal feita que até podia ser devidamente analisada e nós colhermos lições.

O que nós sabemos hoje, é que ainda é extremamente caro insistir em energias endógenas e alternativas, porque a energia térmica, neste momento, ainda é mais barata.

Este foi o resultado de um estudo muito apurado que fizemos para a fase B da geotermia. Nós conhecíamos a sério esse processo e na situação da Terceira em que temos que iniciar tudo de novo, será muito difícil, neste momento, ser rentável.

Em relação à central eléctrica julgo que há um problema qualquer, mas não percebi...

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Se tenho que repetir as perguntas, ao menos que não me descontem no tempo!

Presidente: Lamento, Sr. Deputado. Se voltar a repetir as perguntas eu vou ter que contar o seu tempo.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Isto é queimar tempo.

Eu já coloquei as perguntas uma vez e não vou voltar a colocá-las.

Presidente: Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito simples:

O ano passado, foram adjudicadas as obras do porto da Horta e iniciaram-se no último trimestre.

O valor da adjudicação com o IVA, ronda os 2 milhões e meio de contos e o prazo de execução são dois anos.

Eu apenas vejo no Plano a Médio Prazo, 425 mil contos.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário onde é que está a restante verba para o porto da Horta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu sou Deputado pela Ilha Terceira e partilho das mesmas preocupações do meu companheiro de bancada Joaquim Ponte.

Portanto, não fiz as perguntas, porque sabia que ele ia colocá-las.

Vejo que o Sr. Secretário não quer responder. Nós colocamos as perguntas, mas não podemos obrigar V. Exa. a responder.

A propósito disto, quero lembrar aqui um episódio que alguns Srs. que aqui estão ainda se lembram.

No início do IV Governo Regional, eu estava naquela bancada, nós tivemos como Secretário da Educação e Cultura, o saudoso Dr. Rosa.

Lembro-me que na discussão do Programa do Governo, o Sr. Secretário fez o seu discurso.

Nessa altura, o Deputado que interpelava o Secretário da Educação e especialista na área da Educação e Cultura, era o Sr. Deputado Francisco Sousa o qual colocou uma

"bateria" de perguntas ao Secretário. Este por sua vez, disse-lhe: "eu limito-me apenas a responder ao conteúdo da minha intervenção" e sentou-se.

O Sr. Deputado Francisco de Sousa pediu novamente a palavra e insistiu, para saber a resposta às perguntas colocadas e o Sr. Secretário voltou novamente a dizer: "já disse ao Sr. Deputado que limito-me a responder sobre o conteúdo da minha intervenção" e voltou-se a sentar.

Não me parece que este seja o melhor processo, por isso lembro, só para registo histórico que este Secretário apenas esteve a exercer funções durante 6 meses no Governo Regional da altura.

Muito obrigado.

(Risos da bancada do PSD)

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. tem poucos dias! Tenha cuidado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço desculpa, mas não percebi a pergunta do Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Eu tenho respondido a uma série de perguntas. Tenho aqui uma lista delas que ainda não respondi, mas em 3 minutos não é possível responder a todas com a profundidade que é necessária.

Eu respondo com todo o prazer às questões levantadas sobre o Teatro Micaelense, o Fundo de Transportes, os navios de Ponta Delgada, os parques de campismo, a TAP, a rota de Boston, sobre AZORES EXPRESS, o mandar calar os Deputados, enfim vou responder a todas elas. Só que a pergunta sobre a central eléctrica eu não percebi. Realmente isto foi uma "bateria" de perguntas.

Deputado João Cunha (PSD): Eu vou oferecer uma lapiseira para o Sr. Secretário tomar nota das perguntas!

O Orador: Eu não posso responder a todas as perguntas ao mesmo tempo e tenho apenas 3 minutos para o fazer.

Em relação ao porto da Horta, vai haver uma alteração para que seja feito não só o porto da Horta, como também a própria marina.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Fiquei a saber que vai haver uma alteração ao Plano e suponho que foi proposta do próprio Governo, nomeadamente para reforço da verba do porto da Horta e pelo que vi inclui a ampliação da marina.

Quero que fique aqui muito claro que o que está em causa são 2 milhões de contos.

O porto da Horta foi adjudicado por 2 milhões e meio, foi iniciado no final do último trimestre, tem prazo de execução de 2 anos, deveria terminar no final de 1998, pondo mais um ano para trabalhos imprevistos, obra marítima, etc., termina no final de 1999.

Mesmo assim, estão em falta 2 milhões de contos.

Eu gostaria de saber, porque não são 200 mil contos, não são 20 mil contos, mas são 2 milhões de contos, se a proposta de alteração que vão propôr vai abranger esta quantia?

Presidente: O Sr. Deputado Joaquim Ponte pretende intervir?

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, eu prefiro que o Sr. Secretário responda primeiro às questões colocadas e depois então eu usarei da palavra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De facto houve um lapso no programa. Não se colocou o dinheiro lá, foi colocado noutro lado, mas eu explico o que se passou.

Há obras aqui que vão ser feitas pela Junta. Portanto, o dinheiro não é colocado na Secretaria da Economia, mas numa conta de ordem, à parte.

Neste caso, o porto da Horta e o porto da Praia da Vitória, eram casos únicos, porque como vinham detrás, era a Secretaria que tinha que ter o cabimento de verba.

Foi apenas por isto que vai haver uma alteração. Os dois milhões de contos estão garantidos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou tentar ser breve e principalmente vou tentar obter uma resposta do Sr. Secretário.

Relativamente ao plano do turismo, no que diz respeito à Ilha Terceira Sr. Secretário, não há nenhuma verba prevista para os investimentos estratégicos. Não sei se é estratégia do Governo não contemplar aquela ilha com qualquer espécie de investimento neste sector, porque as verbas neste campo centram-se nas Ilhas do Faial e São Miguel.

Sendo assim, gostaria de saber porque razão é que não se prevê nenhum investimento a este nível para a Ilha Terceira.

Relativamente ainda ao porto da Praia da Vitória, gostaria de saber duas coisas.

A primeira delas prende-se com o equipamento.

No Plano de 1997, os Srs. colocam uma dotação de 5 mil contos para os Portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e da Horta.

Nos anos de 1997/98, a Praia da Vitória não consta. Só no ano de 1999 com 80 mil contos e no ano 2000 com 150 mil contos.

Pergunto: o porto da Praia da Vitória só será equipado a partir do ano de 1999?

Também se possível, gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse porque razão o porto de pescas da Praia da Vitória está nesta rubrica e não no sector das pescas, onde julgo que tinha cabimento?

Relativamente à energia geotérmica, gostaria de dizer ao Sr. Secretário que o projecto é de investimento privado, tanto quanto estou informado.

Durante a campanha eleitoral, os Srs. disseram que iriam incentivar o investimento privado no sector energético.

Havendo um investidor privado interessado em investir, porque razão é que este investimento não avança?

Queria agradecer ao meu colega e estimado amigo Carlos Fraga, a tentativa de esclarecimento que fez sobre o parque industrial da Praia da Vitória, mas de facto as coisas não são como o Sr. diz. Percebo que me quis ajudar procurando esclarecer alguma coisa e ajudar naturalmente a bancada do Governo, mas de facto não

esclareceu, porque como o Sr. Secretário sabe, — suponho que sabe — o que se passa é que o Governo Regional tem a obrigação e o compromisso de entrar com 100 mil contos: 50 mil após o visto do Tribunal de Contas e os outros 50 mil em fase posterior, depois de apresentada a documentação comprovativa da despesa.

Por conseguinte, a dotação deste ano Sr. Secretário, não corresponde aos 50 mil contos, fica muito aquém. Se por ventura houver documentos de despesa até ao final do ano, o Sr. Secretário para cumprir e honrar os compromissos do Governo, terá que arranjar outros 50 mil.

A questão que coloquei foi a seguinte: como é que o Sr. Secretário tenciona ultrapassar esta dificuldade no caso dela se colocar?

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No que diz respeito a não haver investimentos estratégicos na Ilha Terceira, isso não é verdade, porque o Plano é uma coisa, mas temos o PEDRAA e há investimentos estratégicos através dele.

Em relação ao projecto privado da geotermia, é muito simples, os investidores podem investir e nós estamos todos de acordo com isso. Façam o investimento.

Porém, nós temos todo o dever de mostrar as contas do outro lado para não cometerem asneiras.

Em relação ao porto da Praia, as coisas são muito simples. Como sabe, há verbas. Isto é um programa e há diversos projectos.

Se de facto isto acontecer, poderá escorregar alguma verba de um lado para o outro, mas nem sempre se realizam as coisas.

Se nós colocarmos 100 mil contos este ano e não os gastarmos, é porque temos uma baixa taxa de execução.

É provável que sejam 40 mil este ano e 50 mil para o ano. É tão simples como isto.

É uma probabilidade que penso que será adequada.

Presidente: Atingida a hora regimental, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Antes porém vou anunciar os tempos ainda disponíveis:

PS — 3 horas e 40 minutos.

PSD — 2 horas, 45 minutos e 15 segundos.

PP — 1 hora, 29 minutos e 30 segundos.

PCP — 45 minutos e 30 segundos.

Governo — 3 horas, 2 minutos e 15 segundos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite.

Até amanhã às 10.00 horas.

Eram 20.05 horas.

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - António Silva Melo, Fernando Menezes, Francisco Oliveira; **PSD** - Aires Reis).*

As Redactoras da ALRA - Ana Paula Garcia de Lemos Nazaré e Maria da Conceição Fraga Branco